

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE Mestrado em Economia (Rural)

DISSERTAÇÃO DE Mestrado

+
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PIAUÍ:
PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS

○ Campina Grande, julho de 1982



LUIZ PEREIRA DA COSTA

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO PIAUÍ:
PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS DE CAMPINA
GRANDE, COMO PARTE DAS EXIGÊNCIAS DO
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA - ÁREA DE
DE CONCENTRAÇÃO ECONOMIA RURAL, PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MAGISTER SCIENTIAE.



C837e Costa, Luiz Pereira da.
Estrutura fundiária do Piauí : passado, presente e perspectivas / Luiz Pereira da Costa. - Campina Grande, 1982.
130 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1982.
"Orientação: Prof. Dr. Marcelo Grondin Nadón".
Referências.

1. Reforma Agrária - Estrutura Fundiária - Piauí. 2. Terras - Distribuição. 3. Comercialização de Produtos Agrícolas. 4. Economia - Dissertação. I. Nadón, Marcelo Grondin . II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.021.8:631.11(812.2)(043)

DEDICATÓRIA

A minha esposa e filha Zaíra Maria da Costa e Tatiana Costantini da Costa, pela compreensão e paciência que a mim dispensaram, privando-se do lazer e da minha dedicação.

À memória de meu inesquecível pai e amigo Antonio Tomaz da Costa, que me dedicou toda a sua vida; João Martins de Oliveira (João Barbeiro), e o ex-Governador Prof^o. Dr. Dirceu Mendes Arcoverde, que muito me ajudou durante minha caminhada.

O autor.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof^o Dr. Marcelo Grondin Nadón, meu orientador, que me convenceu de que poderia alcançar meus objetivos almejados.

Aos Prof^{os}. Elbio Troccoli Pakman e Eulália Enice Cardoso, pela contribuição e ensinamentos a mim dispensados durante a elaboração desta dissertação.

Ao Secretário do Planejamento do Estado do Piauí, Prof^o Dr. Felipe Mendes de Oliveira; ao Coordenador do POLONORDESTE, Dr. Helio Lúcio; ao Presidente da CEPA, Dr. Paulo Sobral; ao Dr. Bernardo Pinto; ao Dr. Francisco Amorim de Araújo; a meu irmão Francisco Tomaz da Costa, pelo incentivo e colaboração que tornaram possível a realização desta obra.

Aos professores da Escola Politécnica. Drs. José de Jesus Lemos e Luiz Gonzaga de Souza.

Agradecimento especial ao Eng^o Dr. Carlos Alberto de Oliveira (meu primo e amigo); ao médico Dr. Edvar Cavalcanti de Oliveira, pelo esforço incansável e a profunda amizade que a mim dispensaram ao longo de minha carreira técnica.

O. autor.

Í N D I C E

PÁGINAS

CAPÍTULO I: O PIAUÍ

1 - A FORMAÇÃO DO PIAUÍ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIAL	02
1.1. Considerações gerais sobre a colonização do Piauí	02
1.2. Bases físicas da evolução histórica	03
1.3. Penetração e estabelecimento dos primeiros ocupantes	05
1.4. Formação e implantação da estrutura econômica	06
1.5. Agricultura de subsistência e suas características	10
1.6. Aspectos básicos da estrutura fundiária do Piauí	12
2 - O PIAUÍ CONTEMPORÂNEO	17
2.1. Caracterização	17
2.2. A infra-estrutura: modernização versus estruturas arcaicas	19
2.3. Aspectos demográficos do Piauí.....	21
2.4. Aspectos geográficos do Piauí.....	21
2.5. Aspectos físicos do Piauí	22
2.6. Aspectos climáticos do Piauí	24
2.7. Distribuição de renda no Piauí	25
2.8. Indicadores sociais e econômicos do Piauí ...	25

CAPÍTULO II: O PROBLEMA

1 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	29
2 - IMPORTÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO - Seus Objetivos	32
3 - HIPÓTESES	35

PÁGINAS

3.1. Hipótese geral	35
3.2. Hipóteses específicas	36
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	
1 - ÁREAS PESQUISADAS: Caracterização e definição	38
População e espaço físico	38
Áreas aproveitáveis	40
Formas de exploração dos imóveis rurais	41
Pecuária	41
Culturas	41
2 - VARIÁVEIS A SEREM ANALISADAS	42
3 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS UTILIZADOS NESTA PESQUISA..	43
Assalariado permanente	43
Assalariado temporário	43
Posseiro/ocupante	44
Arrendatário	44
Parceria	45
Empresa rural	46
Latifúndio	46
Minifúndio	47
Unidades camponesas	48
4 - AMOSTRAGEM	49
4.1. Idoneidade da amostragem	49
4.2. Seleção da área a ser investigada	49
5 - COLETA DE DADOS	53
5.1. Instrumentos de coleta de dados	53
5.2. Testagem dos instrumentos de coleta de dados.	55
5.3. Limitações dos instrumentos de coleta de dados	55

5.4. Seleção e treinamento dos pesquisadores	56
5.5. As fontes de dados	56
CAPÍTULO IV: POSSE DA TERRA	
1 - CONCENTRAÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PIAUÍ	64
1.1. Posse da terra segundo as condições de propriedade	64
1.2. Análise das condições de propriedade da terra no Piauí	65
1.3. Posse da terra segundo as classes de área: latifúndio e minifúndio	67
2 - ANÁLISE CONCLUSIVA	70
CAPÍTULO V: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTO NA AGROPECUÁRIA	
1 - PESSOAL OCUPADO	76
1.1. Pessoal ocupado segundo as condições de produção	76
1.2. Pagamento do uso da terra pelo produtor	78
1.3. Situação dos produtores após a venda de suas colheitas	79
2 - ANÁLISE CONCLUSIVA	81
CAPÍTULO VI: ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	
1 - AGRICULTURA COMERCIAL E DE SUBSISTÊNCIA	89
1.1. Agricultura de subsistência no Piauí	90
1.2. Culturas comerciais no Piauí	91
2 - ANÁLISE CONCLUSIVA	91
CAPÍTULO VII: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	

	PÁGINAS
1 - AUTOCONSUMO E MERCADO	100
1.1. Produção e autoconsumo	100
1.2. O destino dos excedentes da produção	101
2 - ANÁLISE CONCLUSIVA	101
CAPÍTULO VIII: DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS	
1 - TERRAS EXPLORADAS E NÃO-EXPLORADAS	106
2 - ANÁLISE CONCLUSIVA	106
. CONCLUSÃO	111
. BIBLIOGRAFIA	117
. ANEXOS	121

ÍNDICE DOS QUADROS

	PÁGINAS
CAPÍTULO I	
- Distribuição percentual de renda individual nos Estados nordestinos	26
- Piauí e Nordeste: indicadores sociais e econômicos de desenvolvimento	27
CAPÍTULO II	
- Distribuição em percentual do número de estabelecimentos e área de acordo com as condições de propriedade do produtor	30
- Distribuição dos estabelecimentos e áreas em números absolutos e percentual, segundo as classes de área e períodos	30
- Distribuição em percentual das áreas, segundo as classes de área	31
CAPÍTULO III	
- Valores para cálculo da amostragem	58
- Número e área dos imóveis rurais por município selecionado	59
CAPÍTULO IV	
- Distribuição em percentual do número de estabelecimentos e área de acordo com as condições de propriedade do produtor, durante o período 1950/1980 no Piauí	71
- Distribuição em números absolutos e percentual dos estabelecimentos e área segundo as classes de área e períodos (minifúndio e latifúndio)	72
CAPÍTULO V	
- Distribuição percentual do pessoal ocupado no se	

	PÁGINAS
tor agropecuário nas datas dos censos no Piauí	84
- Distribuição em percentual das formas de pagamento pelo uso da terra, segundo os produtos	85
- Distribuição em percentual do pagamento em produtos pelo uso da terra, segundo os produtos e as classes de área	86
- Distribuição em percentual das condições dos produtores após a venda dos produtos	87
 CAPÍTULO VI	
- Distribuição em percentual do comportamento das atividades de subsistência e comercial, por classes de área e estabelecimento	93
- Distribuição percentual dos estabelecimentos e sua área pelas atividades predominantes (subsistência/comercial), por classes de área (1 960)	94
- Distribuição percentual dos estabelecimentos e suas áreas pelas atividades predominantes (subsistência/comercial), por classes de área (1 970)	95
- Distribuição percentual dos estabelecimentos e suas áreas pelas atividades predominantes (subsistência/comercial), por classes de área (1 975)	96
 CAPÍTULO VII	
- Distribuição em percentual da produção consumida e vendida sobre a produção total por classe de área, para os não proprietários na agricultura do Piauí ..	102
- Distribuição em percentual do destino da produção comercializada dos produtores proprietários - 1 980 ..	103
- Evolução da população urbana do Piauí - 1 950/70 ...	104

PÁGINAS

CAPÍTULO VIII

- Distribuição em percentual de cada um dos setores de exploração, segundo as classes de área - 1 950/75 ...	108
- Distribuição em números absolutos e percentual das terras exploradas e não-exploradas, segundo as classes de área - 1 950/75	109

ÍNDICE DOS MAPAS

	PÁGINAS
Mapa 1 - Estado do Piauí, Fazendas Estaduais	60
Mapa 2 - Estado do Piauí, Vale do Fidalgo	61
Mapa 3 - Estado do Piauí, Sul de Gurguéia	62

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

	PÁGINAS
- Demonstrativo da posse da terra em %, segundo as condições de propriedade	73
- Demonstrativo da posse da terra em %, segundo as classes de área (latifúndio/minifúndio)	74
- Análise comparativa dos estabelecimentos, segundo as atividades predominantes, 1 960/1 975	97
- Análise comparativa das áreas, segundo as atividades predominantes, 1 960/1 975	98

CAPÍTULO I

O PIAUÍ

CAPÍTULO I: O PIAUÍ

1 - A FORMAÇÃO DO PIAUÍ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIAL

1.1. Considerações gerais sobre a colonização do Piauí

As terras que hoje formam o Estado do Piauí foram efetivamente ocupadas a partir de 1660, num processo cuja etapa preliminar, de implantação, só se encerra no final do século XVIII. Apenas por volta de 1780 a estrutura social e econômica do território que hoje corresponde ao Estado do Piauí aparece relativamente definida, após algo mais de um século de exploração extensiva e predatória de suas terras e de caça sistemática aos índios que a habitavam. Nesse período de aproximadamente 120 anos, os agrupamentos indígenas da região foram praticamente dizimados. Logo no início da ocupação, estando ainda aquela área sob a jurisdição de Pernambuco, têm início graves conflitos entre posseiros e sesmeiros, o que determina a intervenção direta da Coroa portuguesa nos assuntos do território; a jurisdição do mesmo transfere-se, então, para o Maranhão, o que significa a vitória para os posseiros. Em data tão remota como 1701, portanto, dois fatos já marcam a história da realidade fundiária piauiense: o extermínio dos índios e a exploração desregrada de um vasto território, com todos os conflitos e contradições que tal prática possa despertar.

Quem tenha se debruçado sobre a história da organização fundiária do moderno Estado do Piauí houve que constatar que, decorridos três séculos, pouco ou nada de verdadeira evolução social e econômica ocorreu na Capitania, Província e, por fim, Estado do Piauí.

O comportamento da estrutura de posse, ocupação e exploração das terras piauienses, hoje, é, fundamentalmente, o mesmo que se manifesta a partir do final do século XVIII. Uma vez formada e definida, a estrutura fundiária do Piauí passa a se movimentar exclusivamente em torno de seus elementos constitutivos, em cerrada oposição à mudança e à novidade. Assim sendo, a princi

pal característica da história fundiária do Piauí é o seu imobilismo estrutural: agricultura minúscula e de baixo desempenho, pecuária de caráter extensivo, produção inexpressiva em relação às vastas terras que ocupa, relações de trabalho arcaicas e, com frequência, conflitivas entre as pessoas envolvidas na produção; tal é como se apresenta a economia rural do Piauí. Mesmo no contexto nordestino, o quadro econômico-social do Piauí, basicamente dependente de sua economia rural, é profundamente negativo. Baixo desempenho agrícola e pecuário, inexpressividade do volume da produção e condições gerais de vida e trabalho no campo são dados que, encontrados em quase todas as regiões nordestinas, são particularmente acentuados no caso piauiense.

O binômio pecuária/extratativismo está presente em toda a história econômica do Piauí e ainda hoje é a realidade dominante de seu panorama econômico e social. Na segunda metade do século XVII, por volta de 1660, os primeiros povoadores que se fixaram no vale do Parnaíba são atraídos pelas condições básicas físicas da região, favoráveis à pecuária e às atividades extrativas. O exame sumário desses fatores condicionantes de natureza geográfica é o objetivo dos parágrafos seguintes. Se o binômio pecuária/extratativismo é, de fato, tão determinante da história econômica piauiense, é de fundamental importância a análise daqueles aspectos físicos que atuaram como forte condicionamento para o estabelecimento desse binômio.

1.2. Bases físicas da evolução histórica

A região que começa ser ocupada por volta de 1660 e que vem a configurar, posteriormente, a Capitania piauiense permaneceu sem contornos definidos durante mais de um século ou, provavelmente, dois séculos. Os próprios ocupantes da área não tinham noção precisa de sua extensão, características e limites. Para as autoridades coloniais que viviam fora da região e para a própria Coroa portuguesa, essa noção, mesmo mínima, obviamente inexistia. Não há, portanto, como reconstituir os limites geográficos do primitivo Piauí, em especial no primeiro século de sua existência. Um documento muito utilizado nas tentativas de re

constituição dos limites do Piauí seiscentista é um recenseamento cuja autoria é atribuída ao padre Miguel do Couto (1). Graças a ele, pode-se afirmar ainda, com as devidas reservas, que o Piauí do final do século XVII consiste em extensa porção da bacia do Parnaíba: Alto Gurguéia, quase toda a extensão dos rios Piauí e Canindé, boa parte do rio Poti ou Itaim-Açu e, por fim, as cabeceiras do Longá. Já nessa época há missões dos jesuítas estabelecidas na serra da Ibiapaba. Resumindo-se os dados que se pode extrapolar do documento do padre Miguel Couto, considera-se que, no início do século seguinte ao da colonização, estão ocupados cerca de dois terços do que é hoje o território do Estado, ainda que sejam baixíssimos seus índices demográficos.

Esta parte da bacia do Parnaíba mantém características físicas de transição entre o Nordeste oriental e a Amazônia. É uma região "pré-amazônia" em sua plena conceituação e apresenta características físicas notáveis, como:

- recursos hidrográficos consideráveis, com grandes rios perenes e lagoas ao lado de áreas afetadas pelas secas;
- graduação climática de tipo moderado, entre a semi-aridez quente do Nordeste Oriental e a umidade quente da Amazônia;
- associação vegetal correspondente à zona de transição definida, constituída por grandes pastos naturais, importantes cocais e numerosas várzeas, algumas muito férteis, localizadas entre caatingas arbóreas e arbustivas, cerrados e chapadões (2).

A conformação geológica da região, com a predominância de rochas areníticas, em associação com suas características físicas, determina a formação de um quadro natural peculiar, com abundantes reservas hídricas, por um lado, e disponibilidade de vastas porções de terras cujo teor de fertilidade é relativamente baixo, por outro. Duas atividades são, de início, impraticáveis: o extrativismo vegetal, porque não havia, nessa zona, um

(1) BARBOSA, Lima Sobrinho. "Devassamento do Piauí"; Odilon Nunes, "Economia e finanças do Piauí Colonial"; "Devassamento e conquista do Piauí", "Os primeiros currais".

(2) Cf. "Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento", Teresina, Fundação CEPRO, 1970, p. 12.

produto que interessasse particularmente às necessidades do mercado e o plantio e industrialização da cana-de-açúcar. A região não era favorável à produção de açúcar, à época a grande riqueza da Colônia e a única atividade econômica a merecer real interesse. Um dos principais fatores impeditivos de uma agroindústria de cana-de-açúcar no Piauí colonial é a inexistência de facilidades para o escoamento da produção rumo aos mercados internacionais. Numa outra ordem de coisas, as características físicas pré-amazônicas não são expressivas o suficiente para que surja no Piauí uma estrutura econômica e social como a que se desenvolveu na Amazônia propriamente dita. De fato, as condições físico-geográficas do Piauí, para os seus primeiros ocupantes, são excelentes para a criação de gado. A fartura de produtos vegetais coletáveis e animais de caça facilita sobremaneira a subsistência de uma população vinculada, pelo menos numa primeira etapa, exclusivamente à atividade pecuária.

Uma série de fatores de índole diversa transforma o território piauiense numa área privilegiada para o gado, em contraste com as demais regiões do Nordeste. À primeira vista, o principal deles parece ser uma capacidade de resistência à estiagem prolongada que outras regiões nordestinas estão longe de possuir. Com efeito, ainda que atingido pelas secas prolongadas em boa parte de seu território, o Piauí dispõe de recursos naturais mais do que suficientes para minimizar suas sequelas. Essas condições extremamente positivas fazem com que as outras regiões pecuarísticas busquem o gado do Piauí para a reconstituição de seus criatórios após as estiagens prolongadas. A tendência que se manifesta nessa época, final do século XVII, é, pois, a transferência para terras tão favoráveis de boa parte do conjunto de atividades pecuárias do Nordeste.

1.3. Penetração e estabelecimento dos primeiros ocupantes

Não foi este, sem embargo, o móvel imediato dos primeiros contingentes a se fixarem na região. Por volta de 1660 ou 1670, ocorre intensa penetração de bandeirantes paulistas e fazendeiros baianos cujo objetivo é o aprisionamento de índios.

dios. Ainda aqui não há, pois, fixação de fato dessas expedições em terras piauienses, e sim uma permanência, às vezes prolongada em função de sua tarefa específica, a caça ao índio. Aliás, no século XVI algumas expedições ⁽³⁾ cruzam terras piauienses a caminho do Maranhão ou de Pernambuco, ainda que, apenas cem anos mais tarde, tais expedições comecem a se deter mais longamente na bacia do Parnaíba ou na serra da Ibiapaba, sítios de grande concentração de tribos e de fartos recursos para a sobrevivência. Uma velha polêmica ainda se mantém sobre a fixação da bandeira de Domingos Jorge Velho no Piauí, mas é certo que esta, por volta de 1690, está em plena guerra do Açu, no Rio Grande do Norte e, posteriormente, no massacre dos negros da Palmares. Assim, parece correto admitir-se que os baianos que a Casa da Torre envia em 1674 para dar combate aos índios Gueguês ou Gurgéias, revoltados no São Francisco, nas proximidades do Sul do Piauí, sejam os primeiros expedicionários a se estabelecerem em terras piauienses com finalidades colonizadoras: no caso, apenas dois dos chefes da expedição, Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião Afonso Serra, que recebem 24 léguas de terra às margens do rio Gueguéia em sociedade com a Casa da Torre. Em sucessivas ocasiões, até 1684, recebem outras sesmarias ao longo dos rios Parnaíba, Paraim e Tranqueira. A partir de então, sucedem-se as concessões de sesmarias nos mais diversos pontos da bacia do Parnaíba. Uma grande área é ocupada em menos de 20 anos, a se acreditar na já citada carta do padre Miguel de Couto. Tal ocorre devido à disponibilidade aparentemente sem limites de pastagens para a criação extensiva de gado, após o esgotamento de grandes espaços no interior nordestino.

1.4. Formação e implantação da estrutura econômica

A estrutura econômica do Piauí é assentada sobre dois polos não conflitantes ainda que distintos entre si. O primeiro é a pecuária, cuja história é dividida em três fases para

(3) Francisco Pinto e Luís Figueira (1607); Baltazar Álvares Pestana (1616); André Vidal de Negreiros (1656) e Padre Antonio Vieira (1660).

efeito de exposição e análise. Nas primeiras décadas de sua implantação no Piauí, portanto, ainda no século XVII, a pecuária está diretamente relacionada com a agroindústria açucareira, a ela subordinando-se. A pecuária extensiva piauiense é, nos seus primórdios, mera fornecedora de tração animal e de alimentos à grande unidade produtiva que são a fazenda e o engenho de cana-de-açúcar. Quando essa conciliação se torna impossível, com os canaviais em expansão exigindo as terras ocupadas pelos pastos e com a expansão natural dos rebanhos, a fazenda de gado torna-se uma unidade produtiva separada do engenho, ainda que dele dependente. Apenas numa terceira fase, no século XVIII, a fazenda de gado piauiense aparece como unidade autônoma, não mais pertencendo ao proprietário do engenho. Agora, a pecuária ocupa enormes extensões do sertão e os rebanhos são bastante desenvolvidos; seu crescimento obedece a impulsos endógenos, não mais diretamente se ligando às exigências do mercado consumidor local. Essa última fase marca a implantação de uma estrutura econômica na bacia do Parnaíba.

A expansão da pecuária no território piauiense não é, de modo algum, efeito das necessidades da fazenda açucareira. A crise que afeta a indústria açucareira a partir da segunda metade do século XVII coincide com a afirmação da pecuária e com a sua vertiginosa expansão; é mais razoável supor-se, então, que a decadência da zona do açúcar, ao liberar alguma mão-de-obra dos canaviais e dos engenhos para a criação de gado, está mais relacionada à implantação da economia pecuária.

No entanto, é preciso esboçar algumas considerações sobre a situação da economia pecuária no quadro geral da economia da Colônia. Num quadro onde quase tudo é produzido para a exportação, os rebanhos existem para suprir um mercado interno diminuto e inconstante; em vez de se orientar para o mercado externo, tal como o faz a economia colonial como um todo, a pecuária vive em função de um mercado consumidor engendrado pelas grandes atividades econômicas como a mineração e a cana-de-açúcar. No decorrer do século XVIII, ocorre não só o colapso da economia açucareira como também o apogeu e o declínio do ciclo da mineração, com o conseqüente desaparecimento dos dois tipos de mercado de que depende a economia pecuária. Esta é então forçada a desenvolver um sistema de auto-subsistência que a afasta ainda mais do princípio exportador da economia colonial. Por esse motivo, a pecuária já

mais ultrapassa uma posição meramente secundária na economia do Brasil Colônia.

É necessário observar ainda que a economia pecuária colonial é determinada pela quase total ausência do trabalho humano no processo de reprodução do gado. Abandonado a uma vida vegetativa nos pastos, o gado alimenta-se, cresce e se reproduz no mais geral espontaneísmo, mantendo contato com o homem apenas no momento da venda do rebanho. Trata-se, por assim dizer, de um "extrativismo" animal ou quase isso; no fundo, os dois pólos que fundamentam a economia do Piauí tangenciam-se no essencial, a atitude do homem diante do fato da produção. Nos dois casos, com ligeira diferença, a relação entre o homem e a produção é marcada pela passividade, pela ausência de investimento ou de esforço e, ainda pior, pela regra de um máximo de benefícios à custa de um mínimo de trabalho. Tais continuarão sendo os traços elementares da economia rural do Piauí pelos séculos vindouros até o presente.

O fato de que a implantação da economia pecuária ocorre no Piauí sob o calor da luta armada pela posse da terra não altera em nada o caráter indolente e predatório dessa economia. As guerras entre arrendatários e sesmeiros devem ser consideradas como expressão aguda do valor alcançado pela terra dentro da incipiente economia recém-implantada no Piauí. Em todo caso, o conflito, seja manifesto ou latente, é inseparável da história fundiária do Piauí e está intimamente associado à forma específica que esta assume em função de aspectos tão essencialmente conflitivos como a posse da terra, as relações de trabalho no campo ou a problemática convivência das pequenas propriedades com o grande latifúndio.

Deixando por ora à parte o extrativismo, voltamos a examinar a questão da implantação da estrutura econômica piauiense através da expansão da pecuária. A pecuária do período colonial, por depender de um mercado interno flutuante e inseguro, desenvolve uma certa imunidade a essas crises de seu mercado consumidor. No contexto nordestino, a pecuária do Piauí desenvolve essa imunidade mais do que outras áreas pecuarísticas. Mas, para alcançar tal nível de auto-subsistência, é necessário recorrer-se a formas de produção ainda mais primitivas e rudes que as de outras regiões pecuarísticas do Nordeste. Com efeito, a criação de gado no Piauí muito pouco significa como modificação do ambiente ou preparação técnica: apenas algumas casas toscas, alguns currais e uma fazenda. Não se derrubam matas, não se lavra a terra; tudo se

conserva praticamente em seu estado primitivo. Desnecessário dizer que tal economia, por sua elementaridade, exige nível mínimo de investimento: o capital é representado fundamentalmente pela terra e pela mão-de-obra, sendo esta basicamente servil. Na composição histórica da estrutura fundiária piauiense aliam-se, pois, baixa densidade demográfica e nível de investimento praticamente nulo; a economia é uma atividade autógena, por assim dizer, alimentando-se de sua própria elementaridade e expandindo-se por força da multiplicação natural dos rebanhos e da quase inesgotável disponibilidade de terras para as pastagens.

A pecuária piauiense se estabelece com um caráter claramente escravista, apresentando traços que a distinguem dentro do escravismo da Colônia. No final do século XVII, a população escrava do Piauí representa no mínimo 70% da população geral. Os índios escravizados chegam a representar 15% ou mais da mão-de-obra das fazendas. Os escravos representam grande parte do capital investido na criação de gado; e nenhuma unidade produtiva possui mais que dois escravos, em média. A população escrava é, portanto, muito diminuta nas fazendas de gado do Piauí; supõe-se então que outras modalidades de mão-de-obra e outras formas de controle da mesma tenham forçosamente existido no Piauí. Tais formas e modalidades devem, em consequência, fugir aos esquemas tradicionais que enquadram as relações de trabalho no Brasil Colonial.

Sempre a nível de hipótese, pode-se interpretar algumas modificações sofridas na composição percentual da população do Piauí entre o final do século XVII e o final do século XIX, isto é, do início da colonização até a extinção do trabalho escravo no Brasil. Numa data avançado como 1867, há no Piauí, 13 823 escravos e 28 519 pessoas livres; menos de 1/3 desta população livre é constituído por brancos, sendo a grande maioria formada por negros e mulatos. Um século antes, em 1762, há 4 644 escravos e 7 349 pessoas livres no Piauí. A proporção de escravos sobre pessoas livres é possivelmente, bem maior no final do século XVII, em torno de 70%. Sobre esses dados pode-se traçar algumas hipóteses, não necessariamente excludentes entre si:

- a) teria ocorrido, no Piauí, grande afluência de brancos ou mulatos livres provindos de regiões vizinhas, em especial nos últimos anos do século XVIII;
- b) no contexto das relações de trabalho, teria ocorrido

mudança da condição de escravos para a de agregados, rendeiros ou outro tipo de residentes livres dos latifúndios, com o elemento feminino, apenas muito raramente constituído por mulheres brancas, engendrando uma multiplicação de mulatos livres;

c) teria ocorrido, no século XVIII, deslocamentos de escravos para as zonas de mineração ⁽⁴⁾.

O mais provável é que essas três hipóteses tenham de fato ocorrido, em grau maior ou menor e simultaneamente com outros fatores menos expressivos que não cabe aqui considerar.

1.5. Agricultura de subsistência e suas características

Com o domínio absoluto da pecuária nos termos ainda há pouco observados, pouco espaço resta à agricultura piauiense. Esta, inexpressiva mesmo no contexto nordestino, jamais consegue suprir as necessidades da população. Historicamente, o Piauí sempre depende de seus vizinhos e do centro-sul do país para alimentar-se. Essa inexpressividade da agricultura piauiense não deve ser atribuída, como às vezes se tem feito, a condições naturais adversas, pois, como vimos, o meio natural piauiense é particularmente favorável à agricultura se comparado aos de outras regiões do Nordeste. É certo que as grandes extensões de terras férteis às margens do rio Gurguéia e de outros cursos d'água poderiam comportar satisfatoriamente uma população igual ou menor do que a existente hoje no Estado. O atraso secular da agricultura no Piauí está vinculado ao subsetor básico da economia local, a criação extensiva de bovinos, à medida que esta determina em grande parte a distribuição demográfica, a disponibilidade de mão-de-obra e, em especial, a própria estrutura fundiária, entre outros aspectos.

A concentração da propriedade da terra, a des

(4) Op. cit., p. 24.

tinação da mesma para as pastagens e à ausência de um mercado interno são fatores inibidores das atividades agrícolas associados à pecuária de caráter extensivo ou dela diretamente derivados. Em outras palavras, o domínio da pecuária sobre os demais setores da economia, ao longo de toda a história do Piauí, determina a formação de um quadro específico: a grande propriedade pecuarística, arcaica e imobilista, configurando latifúndios, com seus interstícios utilizados em culturas de subsistência. A agricultura é muito pouco praticada no interior da grande propriedade pecuária; na melhor das hipóteses, seus moradores cultivam, em regime de parceria, alguns poucos produtos de ciclo curto como o milho, o feijão, o arroz, a mandioca e, eventualmente, a cana-de-açúcar. Esses produtos ganham importância na alimentação à medida que a população cresce e após a consolidação do extrativismo, mas, ainda assim, seus níveis de produção são extraordinariamente baixos em relação às necessidades reais do consumo. O algodão e o fumo são outros produtos que chegaram a despertar o interesse dos proprietários; mas, pelo seu caráter de culturas comerciais, não iremos comentá-los aqui.

As terras das fazendas devem estar sempre à disposição do gado; o proprietário permite apenas culturas de curta duração, pois o gado deverá ocupar o espaço da roça após as colheitas. E as roças devem estar sempre cercadas, o que significa um ônus considerável para os parceiros.

É, no entanto, a pequena propriedade a responsável pela produção de gêneros agrícolas no Estado. Ela se encontra às margens dos rios, ocupando aquele espaço que perfaz os interstícios da propriedade latifundiária no decorrer do século XIX. No início do século XX há uma transformação com o advento do extrativismo, aumentando então o número de pequenas propriedades, com as fazendas, sem abandonar as atividades de criação, encontrando na borracha e na carnaúba novas possibilidades de extrair renda. Mas a inépcia dos latifundiários para a atividade agrícola, especialmente a de gêneros alimentícios, continua marcando o panorama social do passado como do presente, com a cultura de alimentos confiada apenas a uma classe de indivíduos depauperados, deserdados da terra e tornados párias de uma realidade social e econômica particularmente rígida, monopolística e excludente.

Sem um mercado interno vigoroso, essa agricultura, já de si insignificante, não consegue firmar-se como verdadeira

deira, ainda que incipiente fornecedora de alimentos aos centros urbanos. Estes, por sua vez, mal passam de velhas e arruinadas cidades, com a sua marca de uma passada prosperidade relativa decorrente de alguma fase eufórica do extrativismo ou, então, da política assistencialista do governo federal. Sem embargo, quando esses fatores determinam uma fase próspera das cidades, forma-se de imediato um pedado e inútil aparelho burocrático estatal que, ao dar ocupação a filhos de famílias proprietárias através da multiplicação de cargos e funções remuneradas, provoca a elevação dos impostos num nível incompatível com a estrutura produtiva do Estado.

Algumas palavras devem ser dedicadas ao fumo e ao algodão. O primeiro sempre foi produzido e exportado do Piauí em quantidades mínimas. Já o algodão, mais expressivo que o fumo, vem sendo cultivado desde o início do século XVIII; em 1815, o porto de Parnaíba registra alguma saída do produto, mas é apenas na segunda metade do século XIX que, acompanhando a tendência de outras regiões brasileiras; o algodão do Piauí toma considerável impulso, chegando a um ponto máximo por ocasião da guerra de Secesão norte-americana. No entanto, os grandes proprietários são fundamentalmente pecuaristas e apenas se interessam pelo algodão em suas fases áureas.

1.6. Aspectos básicos da estrutura fundiária do Piauí

Informações censitárias ⁽⁵⁾ atualizadas expressam a característica mais importante da estrutura fundiária do Piauí: a concentração da propriedade da terra, com o seu cortejo de consequências sobre toda a economia. Em 1950, os estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares correspondiam a aproximadamente 51% do número total de estabelecimentos, mas a sua área representava tão só 6% da área total dos mesmos. Em 1960, esses números são, respectivamente, 71 e 8%; em 1970, 86 e 11%. Quanto aos estabelecimentos com área superior a 50 hectares, apre

(5) Fundação IBGE, Censos Agropecuários, 1970.

sentaram os seguintes números: 49, 29 e 14% em relação ao número de estabelecimentos, contra 94, 92 e 81% de sua área total, respectivamente nos anos de 1 950, 1 960 e 1 970. A situação ganha contornos mais dramáticos quando se observa que os estabelecimentos com área entre 0 e 5 hectares tiveram suas áreas médias diminuídas de 2,8 ha em 1 950 para 1,86 ha em 1 960 e 1,4 em 1 970, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 50 ha apresentaram área média de 1 055 ha em 1 950, 844,5 em 1 960 e 837,8 em 1 970. Em 1 970, os estabelecimentos com área acima de 500 ha se reduzem, em número, para 2% do total, mas elevam a sua participação na área total para 63%.

Nos anos de 1 970 e 1 975, os estabelecimentos agrícolas piauienses com área inferior a 2 ha correspondiam a 46 e 43% do total de estabelecimentos, enquanto que, no país como um todo, essa proporção é de 20% em 1 975. Em 1 970, no Piauí, de um total de 217 886 estabelecimentos agropecuários, 100 511 possuíam área inferior a 2 ha. A pulverização representada por tais números coloca, de imediato, a questão de que produtor com terra e produtor sem terra têm a diferenciá-lo tão somente um grau de pobreza maior ou menor, de acordo com as circunstâncias.

Aplicando-se o coeficiente de Gini, obtém-se forte imagem do grau de concentração da propriedade da terra no Piauí. Para os anos de 1 960, 1 970 e 1 975 conseguiram-se os valores de 0,83, 0,89 e 0,90, respectivamente. A concentração da terra será máxima se o coeficiente atingir o valor correspondente à unidade.

Tem-se, portanto, no Piauí, um perfil bem nítido do comportamento da estrutura fundiária, ressaltando-se um aspecto particularmente grave: a tendência à atomização da pequena propriedade. As causas de tal fenômeno são complexas e relacionam-se à existência mesma do latifúndio. No entanto, é preciso salientar aqui, desde já, que os mecanismos da política econômica atuantes no Piauí favorecem esse processo atomizador e, conquanto não se confundam com suas causas reais, têm um papel de grande importância, num plano secundário. A falta de meios de acesso do pequeno proprietário/produtor à aquisição de terras, ou seja, as limitações do crédito fundiário, e ainda, a inexistência de apoio integrado à produção e comercialização ⁽⁶⁾.

(6) As transmissões de propriedades por herança também se incluem entre os fatores de atomização do minifúndio.

Esses produtores sem terras vêm sofrendo, no Piauí, um gradativo empobrecimento, conforme revelam estatísticas da FIBGE e a análise de fichas cadastrais do INCRA. No ano de 1977, em 49 municípios que contribuíram com uma população rural de 43% em relação à do Estado, havia 69 882 produtores rurais classificados nas categorias de proprietários, parceiros e arrendatários; desse total, 54,42 eram classificados como não-proprietários. A grande maioria desses produtores explora diretamente terras de terceiros - grandes e médios proprietários - através de contratos verbais de parceria, do pagamento da renda da terra, de pagamentos antecipados e de arrendamentos efetuados através de acordos verbais e por curto prazo de tempo.

As várias formas de contrato, via de regra, variam entre municípios e micro-regiões quanto às obrigações ou contrapartidas do produtor para com o proprietário. O único aspecto comum consiste na obrigação, por parte do produtor, de transferir para o proprietário uma parcela da produção obtida com o seu trabalho. Essa porção varia, de acordo com a região - o proprietário é quem o determina - de meia para terça ou quarta, assumindo às vezes outras formas de medida, aplicadas sobre a produção ou sobre o total das vendas ou, ainda, sobre qualquer valor de referência da produção. Importante é observar que os produtos cultivados por agricultores sem terras são de subsistência, mas, por ocasião das colheitas e do pagamento das obrigações, os proprietários exigem os produtos de melhores preços e mais fácil comercialização⁽⁷⁾. Nesse processo, a concessão ao produtor, pelo proprietário, de carta de anuência que permite àquele o acesso ao crédito agrícola reforça a relação de dependência. Representando uma fiança para o banco que dá o empréstimo, a carta de anuência resulta em benefício mais do proprietário que do produtor. Se o empréstimo resulta em maior eficiência da lavoura, o proprietário pode aumentar a taxa de confisco, com grande parte dos excedentes da produção desempenhando o papel de renda ou tributos adicionais crescentes.

Outra forma de concessão de terra praticada no Piauí é feita mediante cobrança antecipada, consistente no repasse, ao proprietário, de produtos estocados pelo produtor, antes

(7) Em algumas áreas onde existe um historial de conflito é comum os proprietários proibirem a realização de investimentos por parte do produtor sem terra, temendo futura demanda judicial por parte do mesmo, visando a indenização.

mesmo do início do cultivo da terra assim obtida.

No Piauí, o trabalho assalariado permanente⁽⁸⁾ é ainda insignificante no setor. Entretanto, os trabalhadores assalariados temporários, que somavam 210 997 em 1 972, segundo o INCRA, constituem importante parcela de força de trabalho do setor rural. Os salários pagos a esses trabalhadores sofrem flutuações como consequência da sazonalidade da demanda de mão-de-obra no intervalo entre plantio e colheita. Isso se deve à inexistência de outras atividades na fazenda, como preparo do solo, cultivo e processamento na própria unidade. Com isso, os salários oscilam, bem como a taxa de emprego⁽⁹⁾.

O subemprego e o desemprego no setor agrícola piauiense alcançam índices crescentes, apesar de as estatísticas disponíveis não permitirem mensuração exata. No entanto, as migrações e o êxodo rumo às cidades são cada vez mais intensos. Nas cidades, obviamente, os camponeses não são absorvidos pela economia; cria-se então nas cidades uma situação semelhante à do campo, ou seja, uma aguda marginalização.

Por tudo o que foi apresentado até aqui, conclui-se que a pequena agricultura, responsável pela maior parte da produção de alimentos do Piauí, encontra-se em situação extremamente crítica. Sofre a enorme pressão do latifúndio, mas não só. A irrealista política estadual sobre assuntos fundiários, aliada aos desvios das diretrizes de recursos de programas especiais como o POLONORDESTE, que passou a ser o grande financiador da infraestrutura agrária, mantêm eles, a dramática insolvência desse setor estrategicamente fundamental da vida piauiense, não obstante tão negligenciado. É obvio que uma simples reestruturação fundiária baseada na mobilização de terras subutilizadas não transformaria⁽¹⁰⁾ em substância a agricultura do Piauí; sem embargo, já seria um início.

(8) Em 1 972, o número de trabalhadores assalariados permanentes no campo piauiense era de 2 679; cf. INCRA, Estatísticas Cadastrais, 1 972.

(9) Gary Katcher e Pasquale L. Scudizno, "Relatório de Pesquisa a nível de Região", v. 1, cap. VII, Conclusões das Análises de Perfil. Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, Banco Mundial.

(10) Segundo o relatório do Banco Mundial, op. Cit, a terra não se apresenta como fator abundante no Nordeste, apesar de sua subutilização. Segundo os seus autores, uma reforma agrária na região deixaria ainda cerca de 50% da força de trabalho desempregada, se mantidos os atuais padrões de manejo das propriedades agrícolas.

Dinamizadas, ainda que se mantenham no universo do latifúndio improdutivo, da burocracia estéril e da injustiça nas relações de trabalho, essas terras poderiam começar a suprir verdadeiramente as necessidades do consumo de alimentos, contribuindo também com mais impostos ao Estado. Em suma, essa seria uma possibilidade a médio prazo.

É possível então afirmar que os produtores de gêneros alimentícios e os produtores rurais em geral, no contexto de uma agricultura de subsistência, podem vir a desempenhar importantes funções na sociedade piauiense, as quais podem ser resumidas em poucos tópicos:

- a) fornecer bens alimentícios a preços baixos, contribuindo assim, para um menor custo de reprodução da força de trabalho no setor urbano;
- b) fornecer matérias-primas a preços baixos ao setor industrial, contribuindo assim, para um menor custo de produção de manufaturas;
- c) fornecer mão-de-obra para o setor urbano;
- d) contribuir para a formação de capital pela transferência de valor através do sistema de preços relativos, fato até aqui anulado pela diferença de produtividade entre o setor urbano e o rural.

2 - O PIAUÍ CONTEMPORÂNEO

2.1. Caracterização

Como já foi visto, a colonização do Piauí processou-se no sentido do interior para o litoral, através das fronteiras da Bahia e de Pernambuco, de onde vieram os primeiros colonizadores em busca de terras para o gado. Na metade do século XIX, o Piauí, em fase de prosperidade graças ao extrativismo agrícola, chega a ter um porto de grande movimento na cidade de Parnaíba. De lá saem a borracha, mas também algodão e outros produtos que são exportados; lá têm entrada todas as mercadorias de que o Piauí necessita, bens que ele não produz, industrializados ou não. Mas Parnaíba não influenciou como pólo dinâmico, o interior da Província, devido principalmente à dificuldade de se estabelecer navegação regular pelo rio Parnaíba, não houve o florescimento de cidades ao longo do seu curso. Outro motivo foi a curta duração do "boom" exportador do porto de Parnaíba, durante a primeira metade do século XIX. Declinando o movimento do porto, a cidade perdeu rapidamente a sua importância e a influência que chegou a irradiar retraiu-se também.

Com a crise nos setores extrativistas, com o declínio algodoeiro e conseqüentemente, com o fim da prosperidade de Parnaíba, restou a pecuária. Esta, praticamente sozinha em terras que não conheciam a diversificação agrícola, acabou por declinar também; e com isso toda a economia piauiense se estagnou. De modo geral, desde então nada de novo ocorreu na economia do Piauí, a não ser uma esporádica, eventual e breve efervescência em torno de um ou dois itens da produção extrativa vegetal, com caráter de surto. Por volta de 1910, começa o ciclo da carnaúba, com toda uma história de euforia e bancarrotas devida às flutuações de preços nos mercados internacionais. Tal como o babaçu, cujas exportações começaram em 1911, a carnaúba é ainda um item de relevo da economia piauiense. Mas, no extrativismo como na pecuária, tudo se processa passivamente: não se planta intensamente, não se prepara a terra, não se inovam os processos, não se alteram os hábitos. As grandes transformações - se o produto rural é exportável - ocor

rem fora do país, nas bolsas européias e nos centros mundiais de comércio. Toda a economia piauiense, ou mais propriamente parte dela, se remaneja lenta e superficialmente cada vez que os preços sobem vertiginosamente na Europa ou baixam a níveis quase nulos. Esta tem sido a dinâmica histórica da economia rural piauiense em seu aspecto mais elástico e moderno, o extrativismo. Fora isso, pouco ou quase nada.

Ora, desnecessário dizer, então, que a economia piauiense tem sido um pálido reflexo das economias capitalistas vigentes na América do Norte e no Velho Mundo.

O Piauí é, portanto, uma área cujas características históricas podem fornecer subsídios para um estudo do comportamento das formas de organização da produção agrícola; trata-se, no entanto, de um estudo que exige análise minuciosa e prudente de todos os elementos que concorrem para a configuração da economia rural do Estado, particularmente complexa quando se consideram as relações sociais no que se referem a propriedade e emprego.

O contingente dedicado à economia camponesa cresce de 49,9% do contingente total, em 1950, para 76,9% em 1970. Também se percebe substancial redução relativa do pessoal ocupado nos latifúndios, de 48,1% em 1950 para 22,7% em 1970. No entanto, tomando-se a área total ocupada com atividades agrícolas no Estado, a economia camponesa representa, em 1920, 1,1% do total da área cultivável, ou seja, 61,5 mil hectares e 9 511 estabelecimentos, enquanto que, em 1970, representa 6,6% ou 633,5 mil hectares e 217 886 estabelecimentos.

Outra faceta da organização agropecuária piauiense que não pode ser negligenciada, diz respeito à participação crescente das lavouras permanentes no quadro rural entre 1950 e 1975. Em 1950, as lavouras temporárias representavam 96% contra 4% representados pelas lavouras permanentes. Em 1975, essas percentagens alteraram-se para 76,9% e 23,1%, respectivamente.

De acordo com o IBGE, em 1975 registraram-se no Piauí, 216 860 estabelecimentos agrícolas ou pastoris onde vivia uma população de quase 1,4 milhão, ou seja, cerca de 2/3 da população do Estado. A área total ocupada por atividades agropecuárias é de 10,5 milhões de hectares (aqui distribuídos, para fins estatísticos, em estabelecimentos de 0-10, 10-50, 50-200, 200-

1 000 e mais de 1 000 hectares).

Pretende-se observar os fatores que influenciam as diversas formas como se organiza a produção agrícola no Piauí, onde 76% da população rural (394 114 habitantes) ocupam os minifúndios e 24% (124 458 habitantes) os latifúndios. A força de trabalho no Estado ainda se compõe de unidades familiares e assalariados temporários cuja produção é voltada à subsistência. Podemos analisar, em seguida, os efeitos desse quadro nas relações de trabalho entre proprietários, parceiros, arrendatários e ocupantes, relações estas de comportamento tão sensível que podem mesmo conturbar o setor urbano, entre outras formas através da inflação.

O Estado do Piauí foi escolhido como objeto deste estudo devido também à sua homogeneidade física e, dentro desta, uma estrutura ocupacional marcada pela diversidade de comportamentos. Nossa abordagem deverá perseguir uma síntese de todas essas manifestações díspares da estrutura fundiária piauiense, buscando a unidade na variedade, ou a variedade no interior de uma unidade.

2.2. A infra-estrutura: modernização versus estruturas arcaicas

Na década de 70, a partir de seus primeiros anos, uma moderna infra-estrutura sanitária, educacional, de comunicações, eletrificação e transportes começa a ser implantada no Estado: parte-se do modelo que consiste na atualização dos equipamentos ou em sua criação ou expansão, sem que o modo de produção e suas relações específicas de trabalho sofram qualquer alteração estrutural. Em todo caso, com energia elétrica mais abundante, com mais escolas de todos os níveis, com uma rede eficiente de telefones, com estradas pavimentadas e tantas outras melhorias, o Piauí se coloca em condições de efetuar, se quiser, as reformas da estrutura rural mais facilmente e sem traumas fatais. Se porventura o setor social e econômico é reformado em profundidade, principalmente no campo, o Piauí pode tornar-se uma sociedade moderna, justa e eficiente. O "background" da modernização geral já existe: examinemo-lo.

Antes de 1970, apenas algumas cidades do Estado contavam com abastecimento regular de energia elétrica, assim mesmo à custa de geradores movidos à diesel ou de equipamento termoeletrico antiquado. Em 1977, todas as 114 cidades do Estado e mais 32 povoados estão ligados ao sistema CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco, sendo abastecidas pela Usina de Boa Esperança. Em 7 anos foram instalados 5 254 Km de linhas de transmissão. Mas cumpre observar que apenas Teresina, capital do Estado, concentra 55% do consumo total de energia elétrica, nela vivem 46% dos consumidores de todo o Estado.

Em 1970, o Piauí tinha apenas 282 Km de estradas federais pavimentadas e 9 sob administração estadual. Hoje, há 1 308 Km de rodovias federais pavimentadas e outros 1 312 de estradas estaduais do mesmo nível.

O número de aparelhos telefônicos saltou de 3 610, antes de 1970, para 10 584 nos dias de hoje. Os sistemas DDD - Discagem Direta à Distância; DDI - Discagem Direta Internacional e o de microondas asseguram a ligação telefônica do Estado com todo o país e o exterior.

Em 7 anos, a partir de 1970, duplicou-se o número de leitos da rede hospitalar estadual. São hoje, 2 169 leitos distribuídos em 4 hospitais só em Teresina e mais 26 em cidades do interior. Incluindo-se a rede hospitalar particular, esses números sobem para 3 403 leitos em todo o Estado.

Em 1972, implanta-se uma reforma do ensino que, entre outros resultados, multiplica o número de matrículas, hoje de 223 mil no ensino de primeiro grau (aumento de 25%), 11 mil no de segundo grau (23%), 54 mil no supletivo e 40 mil outras em estabelecimentos particulares. Quase 5 mil alunos estão matriculados na Universidade Federal do Piauí, constituída em 1971 e hoje com cerca de 30 cursos diversos.

De 1970 a 1977, no setor de água encanada, passou-se de zero para 63 cidades servidas por esse melhoramento. Mais 17 cidades deverão contar com redes muito brevemente. Cerca de 87% da população urbana do Estado, ou seja, 662 863 habitantes, são servidos por rede de água encanada, se se somar as populações dos municípios onde o serviço foi implantado. Se se considerar a população servida diretamente, a proporção cai para 54%. Esse per

fil ainda baixo ressurge, sem embargo, de forma impressionante, se se levar em conta a situação em 1 970, quando não havia, literalmente, rede de água no Piauí.

2.3. Aspectos demográficos do Piauí

Com 1 680 573 habitantes em 1 970, correspondentes a 6,06% da população brasileira, o Piauí apresenta densidade populacional baixa, de 6,91 habitantes por Km² e uma taxa de crescimento de população elevada, de 3,2% ao ano entre 1 960 e 1 970. Na capital, a taxa foi ainda maior, de 4,7%. No Nordeste, no mesmo decênio, ela foi de 2,4% e no Brasil, de 2,9%.

A população urbana constitui 32,3% do total, com crescimento de 6,5% naquele decênio. No mesmo período, a população rural cresceu à média de 2% por ano.

A cidade mais populosa do Estado é Teresina, com 300 mil habitantes, seguindo-se Parnaíba, com 72 mil e Picos, com 29 mil. Todos esses números correspondem a estimativas feitas em 1 977.

Em 1 970, a população economicamente ativa representava 28,8% do total estadual. Eram, então, 484 666 habitantes, dos quais 71,6% ocupados no setor primário, 7,8% no setor secundário e 20,6% no terciário.

Cincoenta e seis vírgula sete por cento da população encontra-se na faixa etária de 0-19 anos, sendo que tal proporção tende a aumentar.

2.4. Aspectos geográficos do Piauí

O Piauí está situado entre 29° 44' 05" de lati

tude Sul e entre 40° 29' 24" de longitude Ocidental, ocupando 250 934 Km² (16,20%) dos 1 548 672 Km² que constituem o Nordeste brasileiro. É o terceiro maior Estado nordestino, inferior, em área, à Bahia e ao Maranhão e o nono do Brasil em extensão territorial, correspondente a 2,95% da área total do país. Está o Piauí dividido em 114 municípios agrupados em 11 micro-regiões mais ou menos homogêneas e ainda, em 7 regiões e sub-regiões, estas ainda em organização, para efeito de administração estadual.

2.5. Aspectos físicos do Piauí

Ainda que possa soar estranho, o Piauí apresenta profundas diferenças físicas em relação às regiões que lhe são vizinhas. Apresentando, ao mesmo tempo, características de Nordeste semi-árido, de pré-Amazônia e de Planalto Central, é o mais típico Estado brasileiro em transição de uma região natural e outra. Junto com o Maranhão, o Piauí constitui, do ponto de vista fisiográfico, uma região independente, o Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

A individualidade da região piauiense considerada como Nordeste Ocidental ou Meio-Norte é determinada principalmente por elementos geológicos. O Estado situa-se quase que totalmente dentro da bacia sedimentar do Piauí-Maranhão. O espesso pacote sedimentar, que contém litologias diversas e rochas que vêm do paleozóico inferior (siluriano), ao mesozóico superior (cretáceo), cobre cerca de 30% da superfície do Estado. Já os restantes 20% abrangem, em estreita faixa a sudeste, rochas cristalinas e metamórficas do pré-cambriano e do cambro-ordoviciano.

A existência de espesso pacote sedimentar sobre a estrutura cristalina assegura uma grande reserva de águas subterrâneas. As rochas areníticas, que são predominantes, constituem excelentes aquíferos.

O relevo é representado basicamente por formas tabulares resultantes dos processos de esculturação em estruturas sedimentares, sob condições climáticas as mais diversas. As for

mas tubulares são contornadas por escarpas festonadas pela ação erosiva dos rios. A amplitude e dimensões de tais formas são variáveis, dependendo da densidade da drenagem que atua na área.

Na parte Sul do Estado o relevo é cortado por amplos vales de fundo chato e vertentes íngremes, como, por exemplo, os vales dos rios Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto, Parnaíba e outros. No centro-norte, de relevo tubular, predominam as superfícies aplainadas sob forma de morros residuais.

Destacam-se, ainda, a planície litorânea e as planícies aluvionares que se estendem em faixas ao longo do rio Parnaíba e de seus afluentes, constituídas de terrenos recentes que dão origem aos solos férteis das margens dos rios.

As maiores altitudes, que se situam em torno de 900 metros, encontram-se nas fronteiras com Ceará, Pernambuco e Bahia, nas chapadas da Ibiapaba e do Araripe, a leste, e da Tabatinga e Mangabeira ao sul, cujas encostas suaves estão voltadas para o Piauí e onde nascem alguns dos afluentes da margem direita do rio Parnaíba.

Cabe ressaltar, pela sua importância dentro do relevo, as formações litorâneas constituídas por dunas, as áreas alagadiças ocupadas por mangues e o delta do rio Parnaíba.

Enquanto que os estados do Nordeste Oriental contam com um único rio perene, o São Francisco, com aproximadamente 1 800 Km em território nordestino, o Piauí conta com o rio Parnaíba e alguns de seus afluentes, entre eles o Poti, o Uruçuí Preto e o Gurguéia, com recursos permanentes, perfazendo um total de mais de 2 600 Km de extensão.

O Estado conta ainda com lagoas de notável expressão, tais como Parnaguá, Buriti e Cajueiro.

O regime fluvial sofre a influência da presença do pacote de sedimentos que, armazenando a água das chuvas, alimenta o lençol freático, o que mantém alguns rios perenes.

2.6. Aspectos climáticos do Piauí

No tocante ao clima, o Piauí apresenta aspectos bem sensíveis de transição, revelando-se úmido ou semi-úmido no litoral e à margem do Parnaíba (750 a 1 400 mm de chuva), sofrendo as precipitações redução em direção ao sudeste, atingindo índices inferiores a 800 mm em aproximadamente 35% do Estado, enquanto no Nordeste este percentual se eleva a 80%.

A temperatura varia de 18°C (mínima) a 39°C (máxima). A umidade relativa do ar (média) é de 72%, variando entre 60% (mínima) e 84% (máxima).

Em função das precipitações e das temperaturas, conta com dois tipos de clima bem definidos, classificados em:

- quente e úmido, com chuvas de novembro a maio e temperaturas mais elevadas de agosto a setembro, predominando ao norte, nordeste e em todo o oeste do Estado;
- quente e semi-árido, com precipitação inferior a 750 mm, predominando no sudeste do Estado.

Em decorrência da sua posição (zona de transição climática), o Piauí apresenta variadas formas de associações vegetais que refletem as condições de umidade das diversas zonas. As regiões ecológicas estão distribuídas grosseiramente em faixas paralelas na forma que se segue: caatinga arbórea e arbustiva, predominando no sudeste; cerrado e cerradão, no centro-leste e no sudoeste; floresta decidual, no vale do Baixo e Médio Parnaíba; formações pioneiras de restinga, mangue e aluvial campestre na faixa litorânea.

Estas regiões são separadas por áreas de contato, nas quais vivem em associação dois ou mais tipos ecológicos diferentes. Encontram-se na depressão de Campo Maior, no vale do Gurguéia, no centro-norte do Estado, entre o Parnaíba e o Poti.

Entre as paisagens vegetais destacam-se os coqueiros: carnaúba, babaçu, buriti e tucum, localizados na região da floresta decidual, nos vales úmidos e nas áreas baixas alagadiças e responsáveis pela importante atividade extrativa do Estado.

Os elementos físicos condicionaram os limites dos domínios das atividades econômicas: pecuária nas chapadas e pastos naturais, extrativismo e agricultura nos vales.

2.7. Distribuição de renda no Piauí

No Piauí, a distribuição da renda é marcada por dois traços comuns a todo o Nordeste: renda incipiente e desigualmente dividida. Em 1970, 65,8% das famílias recebiam rendimento médio mensal inferior ao salário-mínimo da região. No mesmo ano, apenas 44,2% dos municípios piauienses, de um total de 114, apresentavam renda média "per capita" igual ou superior à média do Estado. O primeiro dado indica (mas não só ele) a concentração da renda por parte de certa classe social; o segundo demonstra a mesma desigualdade e a mesma concentração - fatos sociais - na geografia humana piauiense. O Piauí é o Estado nordestino onde a renda é mais desigualmente distribuída (ver quadro 1). No Nordeste, em 1970, metade da população com 14 anos ou mais detinha 15% da renda total, mas no Piauí tal participação era de apenas 11,3%. Ainda mais sugestivo é o fato de que 90% da população piauiense era responsável por apenas 32,7% da renda. Nesse ano, 51,2% da renda total do Piauí concentrava-se em somente 1% da população do Estado.

2.8. Indicadores sociais e econômicos do Piauí

O Nordeste brasileiro é a região mais pobre do país e o Piauí é o Estado mais pobre do Nordeste. Assim, os indicadores do desenvolvimento deste último são ainda mais baixos do que a média nordestina.

O quadro 2 mostra alguns indicadores sociais e econômicos de desenvolvimento no Piauí, comparando-os com os do Nordeste como um todo.

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA INDIVIDUAL NOS ESTADOS NORDESTINOS

% POP.	PIAUI		RIO GRANDE DO NORTE		ALAGOAS		SERGIPE		PERNAMBUCO		PARAIBA		MARANHÃO		BAHIA		CEARÁ	
	% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA		% RENDA	
	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
40	7,15	7,15	12,18	12,18	13,01	13,01	13,26	13,26	9,12	9,12	10,40	10,40	16,30	16,30	12,16	12,16	10,86	10,86
10	4,12	11,27	5,44	17,62	5,33	18,34	5,13	18,39	8,74	12,86	6,57	16,61	6,28	22,58	4,40	16,56	5,86	16,70
10	4,12	15,39	5,44	23,06	5,44	23,06	5,16	23,55	5,63	18,49	6,57	23,18	6,29	28,87	6,07	22,63	5,86	25,58
10	4,12	19,51	6,26	29,32	8,89	32,67	8,56	32,11	6,24	24,73	6,57	29,75	10,47	39,34	7,34	29,97	5,85	28,44
10	5,33	25,04	9,07	38,39	9,29	41,93	9,47	41,58	8,09	32,82	9,54	39,29	10,60	50,00	9,23	39,20	9,25	37,76
10	7,62	32,66	13,73	58,12	13,34	55,20	13,46	55,04	12,20	45,02	13,53	52,82	14,67	64,67	13,37	52,57	12,68	50,42
10 +	67,34	100,00	47,88	100,00	44,96	100,00	44,96	100,00	54,98	100,00	47,18	100,00	53,33	100,00	47,43	100,00	49,53	100,00
5 +	60,41	-	35,82	-	34,03	-	33,85	-	44,49	-	35,68	-	27,07	-	36,29	-	32,66	-
1 +	51,19	-	15,20	-	15,67	-	14,68	-	26,23	-	16,41	-	10,62	-	16,52	-	19,77	-
	0,7155		0,5508		0,5235		0,5247		0,6261		0,5541		0,4361		0,5505		0,5669	
	580,36		539,96		570,64		542,80		832,10		542,28		422,64		625,70		527,80	

FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico do Brasil - 1970.

QUADRO 2
INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO
PIAUI E NORDESTE

INDICADORES	PIAUI	NORDESTE	PI/NE %
- População recenseada em 1 970 (hab) *	1 680 573	28 675 087	6,1
- Área (Km ²) **	250 934	1 548 672	16,2
- Densidade Demográfica (hab/Km ²)	6,9	18,5	-
- Renda Interna em 1 969 (R\$ milhões) ***	455,9	14 363,10	3,2
- % da Agricultura	38,4	35,8	-
- % da Indústria	5,5	11,5	-
- % dos Serviços	55,1	52,7	-
- Renda Interna "per capita" (R\$ 1 969)	263,79	500,89	52,5
- Consumo "per capita" de Energia em 1 970 (KwH/hab)**	25,0	117,4	21,3
- Consumo Industrial de Energia em 1 971 (% do total) **	9,3	45,7	-
- Consumo Aparente "per capita" de cimento - 1 970 (Kg/hab) **	14,5	45,3	32,0
- Receita Tributária "per capita" - 1 970 (R\$) **	13,80	35,30	39,7
- Habitantes s/nº de médicos - 1 970 *	7,673	4,121	-
- % de Famílias com rendimento médio mensal inferior ao salário-mínimo - 1 970 *	65,8	53,1	-

FONTES: * Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1 970
 ** Fundação IBGE, Anuário Estatístico de 1 972
 *** Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica.

CAPÍTULO II

O PROBLEMA

CAPÍTULO II

O PROBLEMA

1 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O problema agrário piauiense tem, por tudo o que foi visto, raízes históricas que remontam ao segundo século do Brasil colônia. E esse problema consiste basicamente em tal herança arcaica, que hoje, intocada ou apenas ligeiramente modificada, determina a configuração rural do Piauí; em nossa opinião, o setor agropecuário é o cerne desse passado histórico que, resistindo aos tímidos impulsos de modernização que ocorrem à sua volta, em outros setores da vida piauiense, mantém toda a estrutura produtiva rural do Estado sob o estigma da exploração irracional e predatória, dos baixos níveis de produção e de condições sociais de trabalho particularmente injustas. Um outro aspecto do problema é o seu paulatino agravamento. Tentamos demonstrar, através de nosso trabalho, que o principal elemento arcaizante da economia rural do Piauí - a exploração extensiva de terras associada à elevada concentração de sua posse - está longe de haver perdido o seu impulso. Pelo contrário, a concentração da propriedade fundiária acentua-se, conforme demonstra o quadro 3.

Vê-se que, no período de 1950 a 1970, os produtores proprietários mantêm sob sua propriedade maior quantidade de estabelecimentos e maior área de terras do que os produtores arrendatários, parceiros e posseiros.

Já os quadros 4 e 5 revelam que as áreas entre 0 e 5 hectares, representavam 51% do número de estabelecimentos e apenas 6% da área total em 1950, 71% e 8% em 1960 e 11% em 1970: é evidente, pois, a crescente atomização da pequena propriedade. No entanto, os números referentes aos imóveis rurais com mais de 50 hectares indicam que, no que toca ao latifúndio, ocorreu o inverso. É evidente a tendência da grande propriedade a se concentrar.

QUADRO 3

DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA
DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE DO PRODUTOR
1 950/1 970

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %
Proprietário	88	55	13	85	34	92
Arrendatário	3	43	33	6	23	3
Parceiro	7	1	3	1	20	1
Posseiro/Ocupante	2	1	51	8	23	4
T O T A L .	(100,0) 34 106	(100,0) 7 808 623	(100,0) 268 333	(100,0) 8 106 855	(100,0) 217 886	(100,0) 9 606 730

FONTE: Censos Agropecuários do Piauí - anos 1 950/1 970.

QUADRO 4

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS EM NÚMEROS ABSOLUTOS E
PERCENTUAL, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS E PERÍODOS
1 950/1 970

CLASSES DE ÁREA	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %	ESTAB. %	ÁREA %
0 - 5	13	1	36	1	64	2
5 - 10	9	2	8	1	7	1
10 - 50	29 <u>51</u>	3 6	27 <u>71</u>	6 <u>8</u>	15 <u>86</u>	8 <u>11</u>
50 -200	28	11	18	20	9	13
200 a mais	21/ ₄₀	83/ ₉₄	11/ ₂₉	72/ ₉₂	5/ ₁₄	68/ ₈₁
T O T A L .	(100,0) 34 106	(100,0) 7 808 623	(100,0) 268 333	(100,0) 8 106 855	(100,0) 217 886	(100,0) 9 606 730

FONTE: Censos Agropecuários do Piauí - anos 1 950/1 970.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO EM % DAS ÁREAS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS

CLASSES DE ÁREA	1 950	1 960	1 970
	ÁREA (Ha) %	ÁREA (Ha) %	ÁREA (Ha) %
0 - 5	2,8	1,86	1,4
5 - 10	7,3	6,6	6,6
10 - 50	25,5	23,9	23,5
50 - 200	102,3	96,7	95,7
200 a mais	927,2	723,9	718,6
TOTAL	(100,0) 7 876 552	(100,0) 9 106 820	(100,0) 9 606 796

FONTE: Censo Agropecuário do Piauí - anos 1 950/1 970.

A área média da pequena propriedade cai de 2,8 hectares em 1 950 para 1,4 hectares 20 anos depois, significando forte diminuição relativa da área para plantio nas unidades rurais com menos de 50 hectares. Essa forte diminuição, contudo, é relativa porque se verificou apenas nas unidades rurais individuais com menos de 5 hectares. Nas grandes unidades latifundiárias, em câmbio, confirma-se a existência de grandes áreas não utilizadas ou subutilizadas.

O problema da economia agrária do Piauí pode então ser resumido nos seguintes tópicos:

- a) persistência de uma exploração de caráter extensivo das terras, principalmente na agropecuária;
- b) tendência ao crescimento da área total do latifúndio e à diminuição da área total da pequena propriedade;
- c) baixo desempenho da produção, cuja causa principal é esse comportamento da estrutura fundiária.

Tudo isso num contexto geral que podemos descrever como subdesenvolvido: a incipiente e arcaica rede urbana, os quadros típicos de carência alimentar, educacional, sanitária, etc,

a ausência de dinamismo dos setores secundário e terciário da economia, e muitos outros indicadores de baixa qualidade de vida e do fraco desempenho econômico que marcam profundamente o Piauí contemporâneo.

2 - IMPORTÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO SEUS OBJETIVOS

O pequeno produtor rural brasileiro, não obstante suas dramáticas condições de vida e trabalho, está no centro de uma preocupação de ordem estratégica disseminada em todos os escalões onde, de uma forma ou de outra, discute-se a realidade agrária do Brasil. Com efeito, é o pequeno produtor o principal responsável pelo abastecimento das cidades e toda uma prática de manutenção do Estado, da ordem pública e do status quo social, - em suma, toda uma política "de segurança nacional" - assenta-se, no Brasil, sobre a questão do fornecimento de víveres agrícolas aos centros urbanos. Ademais, uma reforma no campo brasileiro, visando ao aumento da produção implicaria desde logo a ascensão do pequeno produtor ou, pelo contrário, o seu virtual desaparecimento: a situação do pequeno produtor é polarizada, no contexto nacional. As consequências de ordem econômica, social e política de um remanejamento das forças produtivas do campo, envolvendo necessariamente o imenso contingente dos pequenos produtores, corresponderia a uma estupenda comoção histórica ainda que tal remanejamento fosse inspirado por propósitos reformistas mais ousados, mas não revolucionários. Mas, se é realmente necessário mexer na organização fundiária brasileira para tirar o país de uma crônica debilidade agrícola, ter-se-á forçosamente que mexer também, e quiçá radicalmente, na condição do pequeno produtor rural.

Duas alternativas a serem cumpridas caso se pretenda elevar a produção agrícola brasileira: a) uma concentração fundiária para se atingir economia de escala, com aumento das unidades produtivas; nesse caso, os pequenos produtores seriam eliminados como tais, convertendo-se em trabalhadores agrícolas assalariados ou simplesmente sendo aliçados do setor primário e da zona

rural; b) uma transformação das pequenas unidades agrícolas tradicionais em verdadeiras empresas familiares, com o aumento de sua produtividade e produção.

Segundo o próprio autor, a primeira orientação ou alternativa se baseia no pressuposto de que o grande empresário possui maior capacidade de assumir risco; é mais receptivo diante da inovação tecnológica e realiza melhores combinações dos fatores de produção, podendo assim, alcançar um melhor desempenho. Outro pressuposto contido nessa fórmula consiste em que os demais setores da economia estariam em condições de absorver a mão-de-obra liberada por efeito da concentração fundiária e da tecnificação obtida pela maciça aplicação de capital nessas grandes unidades produtivas. Por outro lado, a segunda orientação, a que se refere às pequenas unidades produtivas, parte do pressuposto de que a mesma eficiência na alocação dos fatores de produção poderia ser alcançada nessas pequenas unidades, desde que a estrutura de oportunidades lhes seja tão favorável quanto o é para as grandes empresas⁽¹¹⁾.

Isso com respeito exclusivamente às questões de natureza econômica. Já as preocupações de tipo social, com o destino desses pequenos produtores, não decorrem somente de considerações humanitárias. Lambert⁽¹²⁾ define essa ordem de preocupação ao afirmar que "a policultura é importante porque fornece alimento à população do país e emprega a maioria dos homens no campo". Queirós⁽¹³⁾ manifesta idêntico ponto de vista a respeito da chamada agricultura de subsistência, ou seja, aquela praticada pelo pequeno produtor.

Considere-se que esses pequenos produtores correspondem a mais da metade da população economicamente ativa do setor primário, dedicando-se basicamente ao cultivo de mandioca, milho, arroz e feijão, culturas essas denominadas alimentares. Sabe-se também que a política de crédito e subsídios não está ao alcance desse agricultor de forma satisfatória. É à medida que esse crédito

(11) J. Molina Filho, "Classificação e característica sócio-econômica dos agricultores", Porto Alegre, XII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, 1974, p. 1-2.

(12) Jacques Lambert, "Os dois Brasil", 7ª ed., São Paulo, Cia Editora Nacional, p. 130-137.

(13) M. I. P. de Queirós, "A posição social do sítitante na sociedade Global Brasileira", Cadernos 1, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1968, p. 111-122.

for sendo utilizado pelos produtores de maiores rendas, a distância que separa as duas categorias de produtores necessariamente aumentará.

É importante, pois, o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam indicar caminhos que levem o pequeno produtor a melhores condições de vida que as de mera subsistência.

Assim colocada a questão do pequeno produtor, sob o aspecto exclusivamente econômico da produtividade e sob o aspecto de seu destino no panorama social brasileiro, voltemos ao caso específico do Piauí.

Embora os imóveis rurais com menos de 50 hectares representem, no Piauí, 86% do número de estabelecimentos e apenas 11% da área total dos mesmos, eles participam de modo ponderável na produção de bens agrícolas destinados ao consumo urbano. Pode-se acrescentar que, no Piauí, as culturas mais importantes sob o aspecto do volume de produção são aquelas consideradas tradicionais, orientadas principalmente à subsistência. Assim, imóveis com menos de 50 hectares contribuíram, em 1970, com 27,8% da produção estadual de arroz; 38,4% da produção estadual de milho; 48,2% da de feijão e 46,7% da de algodão.

Ressalte-se que, caso fosse também computada a produção dos arrendatários e parceiros que existem no interior das grandes propriedades, os números relativos a essas pequenas unidades seriam ainda mais expressivos.

Compare-se o quadro acima com o seguinte, relativos aos imóveis com mais de 1 000 hectares, que representam 42% da área agrícola cadastrada: 15% da produção estadual de arroz; 10,3% da produção estadual de milho; 5,9% da de feijão e 5,8% da de algodão.

Da análise comparativa de tais dados ⁽¹⁴⁾ pode-se inferir, de imediato, a enorme disparidade entre a importância econômica e estratégica direta e aparente do pequeno produtor e a sua condição social no mínimo lastimável.

O pequeno produtor rural brasileiro é mal conheci

(14) Fundação IBGE, Censo Agropecuário, 1970.

do. As monografias especificamente sobre ele ainda são escassas. Tampouco existem estudos que facilitem uma visão coerente e global sobre o comportamento das relações de produção associado à estrutura do setor agrícola e que observe até que ponto os problemas que nos ocupam decorrem do comportamento das relações de produção vinculadas à estrutura fundiária e, por fim, quais as repercussões desta no processo sócio-econômico, no caso, o do Piauí.

O objetivo geral desta pesquisa é, pois, contribuir para a elaboração de uma política econômica e social mais racional e justa para o Piauí. Esse propósito geral pode ser desdobrado em alguns objetivos específicos, que ora passamos a mencionar:

- verificar as formas organizacionais da produção como derivadas e sua influência no processo de desenvolvimento;
- analisar a propriedade, a posse, a distribuição e a utilização da terra;
- analisar, nos diferentes imóveis rurais, as relações de trabalho que apresentam;
- analisar a característica da produção agrícola: de subsistência ou mercantil;
- analisar o complexo de relações entre o minifúndio e o latifúndio.

3 - HIPÓTESES

Tendo em vista os objetivos de nosso estudo, formulamos as seguintes hipóteses:

3.1. Hipótese geral

No Piauí, o conjunto das relações entre latifúndio

dio e minifúndio determinaria a gradual diminuição da área total minifundista e a atomização crescente de seus estabelecimentos, pela incorporação ao latifúndio de áreas do minifúndio, por alterações nas relações de produção e trabalho e pela redução da área média do minifúndio em consequência de sucessivas divisões de suas terras pela ação de pressões populacionais em seu interior.

3.2. Hipóteses específicas

- As relações de produção e de trabalho vigentes no setor rural piauiense estão vinculadas estruturalmente à ineficiência e ao baixo desempenho da produção agrícola no Estado;
- Ainda que caracterizada pelo predomínio das culturas de subsistência sobre as culturas comerciais, a produção agropecuária piauiense manifesta-se, em escala crescente, incapaz de atender às necessidades do consumo de alimentos;
- A estrutura fundiária do Piauí, com suas relações de produção e trabalho e com suas formas de organização da produção específicas, não permite ao pequeno produtor, um nível de produtividade adequado à sua subsistência;
- Assim sendo, a função precípua do minifúndio tem sido assegurar mão-de-obra e renda para a propriedade latifundiária.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

1 - ÁREAS PESQUISADAS: CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO

Para efeito deste trabalho, nossa pesquisa de campo compreendeu diversos municípios do Piauí (ver amostragem) considerados, em seu conjunto, representativos de uma situação econômica e social cujos parâmetros são o objetivo deste nosso estudo.

População e espaço físico

A área de atuação das Fazendas Estaduais compreende 10 municípios: Deiras, Floriano, Francisco Ayres, Arraial, Santa Cruz do Piauí, Nazaré do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Campinas do Piauí, Isaías Coelho e São Francisco do Piauí.

A área de atuação do Vale do Fidalgo constitui-se de 5 municípios: São João do Piauí, Simplicio Mendes, Paes Landim, São José do Peixe e Socorro do Piauí.

A área de atuação do Sul do Gurguéia abrange 8 municípios: Avelino Lopes, Barreiras do Piauí, Correntes, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Parnaguá.

Nos gráficos 1 a 3 estão as características das regiões pesquisadas.

A população dos municípios pesquisados reside predominantemente na zona rural (68,5%, contra 58% em todo o Estado). Estes municípios representam 23,0% da superfície do Estado (ver gráficos 1 e 2) e sua população, 281 478 habitantes, constitui 13,0% da população estadual. A densidade demográfica da área pesquisada, 4,7 hab/Km², é bem menor que a do Estado, 8,5 hab/Km².

Superfície dos municípios pesquisados em relação

à superfície do Estado:

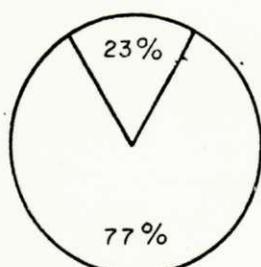


GRÁFICO 1

23% = superfície dos municípios pesquisados.

77% = superfície do restante do Estado.

População pesquisada em relação à população do Estado:

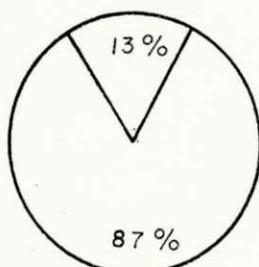


GRÁFICO 2

13% = população dos municípios pesquisados

87% = população do restante do Estado.

Quanto à área dos imóveis rurais pesquisados, estes representam, nos municípios da amostra, 17,2% (2 382 706,5 ha) da área total do Estado, sendo assim subdivididos:

0 a	50 ha	1,2%
50 a	100 ha	1,0%
100 a	500 ha	6,3%
500 a	1 000 ha	2,1%
1 000 a	10 000 ha	5,6%
mais de	10 000 ha	1,0%

Nos municípios pesquisados, a área composta por minifúndios representa 20,6% da área minifundista do Estado. A área ocupada por empresas rurais, 20% do total das mesmas do Estado. A dos latifúndios, 18,2% do total dos latifúndios do Estado.

Deve-se levar em consideração que a área pesquisada representa 17,2% da área total do Estado e que sua distribuição em áreas de minifúndios, de latifúndios e de empresas rurais segue aproximadamente a mesma proporção em que se verifica no Estado como um todo. Na área pesquisada, a distribuição é de 21% de áreas

de minifúndios; 2,8% de áreas de empresas rurais e 76,2% de áreas de latifúndios.

Áreas dos imóveis rurais pesquisados em relação à área total do Estado:

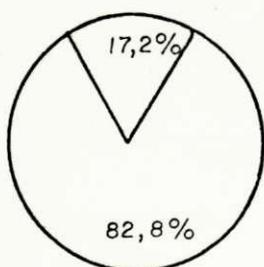


GRÁFICO 3

17,2% = área dos imóveis rurais pesquisados.

82,8% = área dos imóveis rurais do restante do Estado.

Os gráficos 1, 2 e 3 pretendem demonstrar que a estrutura fundiária do Piauí é caracterizada pela elevada concentração de terras nos estratos de áreas de 1 000 a 10 000 hectares. No sul do Gurguéia, esse tipo de área predomina a ponto de 23,6% das terras estarem concentrados em 2,8% do total de imóveis cadastrados pelo INCRA. Aliás, os mesmos traços concentradores se encontram nas Fazendas Estaduais, onde 31,4% das terras correspondem a apenas 1,1% dos imóveis rurais. No Vale do Fidalgo a concentração é ainda mais forte, com 2,2% dos imóveis detendo 35,9% das terras.

Fenômeno digno de atenção é a acentuada presença do minifúndio nessas duas últimas áreas, as Fazendas Estaduais e o Vale do Fidalgo. A pulverização da propriedade, contrastando com a presença do latifúndio, resulta numa grande quantidade de imóveis detêm apenas 12% das terras; no Vale do Fidalgo, 62% dos imóveis detêm 7,8% das terras. Acrescente-se que a situação legal desses minifúndios é consideravelmente instável, especialmente nas Fazendas Estaduais. Nestas, como no Vale do Fidalgo, já existem elevadas concentrações de posseiros, o que pode ser tomado, descontada uma coloração impressionista derivada da presença mais carregada do latifúndio, como uma tendência geral de todas as áreas de agricultura e pecuária do Piauí.

Áreas aproveitáveis

Apenas 56% das áreas aproveitáveis dos municípios

que pesquisamos são efetivamente exploradas. No Estado, o índice de exploração é de 56,3%. Tais números obviamente caracterizam um baixo limiar de utilização da terra.

Formas de exploração dos imóveis rurais

Os imóveis rurais da região pesquisada, sob o critério das formas de exploração, distribuem-se de forma similar à do resto do Estado, apresentando as seguintes características:

	<u>PRÓPRIETÁRIO</u>	<u>ARRENDATÁRIO</u>	<u>PARCEIRO</u>
Estado	94%	0,7%	5,3%
Área de pesquisa	95%	0,6%	4,4%

Pecuária

Na região pesquisada, sobretudo no Sul do Gurguéia e no Vale do Fidalgo, o rebanho de gado bovino distingue-se por seu padrão zootécnico superior à média do Estado.

Culturas

Os produtos agrícolas cultivados em nossa área de estudo são os mesmos que se cultivam em todo o Estado.

Os índices de produtividade da região estudada são idênticos ou superiores aos do Estado. Comparando-se as áreas, a produção e os rendimentos das culturas alimentares de nossa região com os do Estado, obtêm-se, respectivamente, 11,7%, 10,3% e 96,4%. No que diz respeito ao algodão, têm-se 9,4%, 11,1% e 118%, respectivamente. Quanto à mandioca, os índices são, na mesma ordem, 3,7%, 5,8% e 154,1%.

Vê-se então que, no que diz respeito à mandioca e ao algodão, a produtividade da região pesquisada é bastante alta

em relação ao Estado. Quanto às culturas alimentares, são comparáveis às do Estado em produtividade.

2 - VARIÁVEIS A SEREM ANALISADAS

Tendo em vista o nosso objetivo, que é o estudo das formas de organização da produção e da estrutura fundiária do Piauí, selecionamos as seguintes variáveis:

- Segundo a relação entre o produtor e a terra que trabalha:
 - . proprietário
 - . parceiro
 - . arrendatário
 - . posseiro/ocupante
- Segundo a distribuição da terra:
 - . classes de áreas por categorias
- Segundo a finalidade na utilização das terras:
 - . lavoura
 - . pecuária
 - . pastagens
 - . matas e florestas
 - . terras em descanso/terras produtivas não utilizadas
- Segundo as relações de trabalho e formas de pagamento:
 - . parceria
 - . arrendatário
 - . assalariado (temporário e permanente)
 - . posseiro/ocupante
 - . pequeno proprietário
- Segundo a utilização de mão-de-obra:
 - . pecuária
 - . agricultura

- Segundo os canais de escoamento da produção:
 - . produção comercial
 - . produção de subsistência.

3 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS UTILIZADOS NESTA PESQUISA

Assalariado permanente

É o chamado "morador", que reside na propriedade onde trabalha. À medida em que avançam, no campo, as relações capitalistas de produção, o assalariado permanente vai sendo substituído por outros mais qualificados para a produção. Os administradores, feitores, tratoristas, mecânicos, contadores, etc., são os trabalhadores assalariados permanentes por excelência. Mas, variando de acordo com a região, surgem outros tipos de assalariados permanentes, ainda que quase sempre não sejam assalariados puros. No Piauí, a principal categoria de assalariado permanente é o vaqueiro, cuja remuneração original, a "quarta", é paulatinamente substituída pela remuneração salarial.

O assalariado permanente no Piauí não sofre, praticamente nunca, uma expropriação completa de seus meios de produção. Nesse sentido, ele não é um "assalariado puro". Além de perceber salário por seu trabalho numa atividade principal, pode utilizar parcelas de terra para produzir seus bens de subsistência. Tal modalidade de assalariado tende a diminuir no Estado, não devido à maior presença do capitalismo no campo, mas pela retração daquelas atividades agrícolas que têm em vista o mercado.

Assalariado temporário

Na agricultura brasileira, os trabalhadores assala

riados temporários não obedecem a um modelo rígido. As formas sob as quais existem variam em função do maior ou menor grau de penetração das relações capitalistas no campo. Assim, esse tipo de assalariado pode ser o bóia-fria, o volante, o safrista, etc., até num outro extremo, os pequenos proprietários, pequenos arrendatários e parceiros que, para poder complementar os recursos para a subsistência familiar, se tornam parcialmente assalariados, sendo então conhecidos por "precaristas".

No Piauí, o trabalhador assalariado temporário é basicamente o "precarista", subsidiariamente trabalhando nas médias e grandes propriedades para complemento de sua subsistência. Não pode, como já foi visto, ser qualificado como assalariado puro, pois ainda conserva os seus meios de produção. Entre 1950 e 1975 os assalariados temporários diminuíram cerca de 73% no Piauí, já que passaram de 71 935 para 19 452.

Posseiro/ocupante

São aqueles que se instalam em qualquer terra de onde não sejam expulsos pelo menos antes de fazerem uma primeira colheita. Se as terras que ocupam são do Estado, podem vir a possuí-las por direito de usucapião. Se as terras são particulares, podem vir a tornar-se parceiros.

Arrendatário

É uma categoria que apresenta maior autonomia relativa que o parceiro, pois, através de contrato firmado com o proprietário, este percebe, como pagamento, uma quota fixa da produção do arrendatário e /ou uma importância fixa em dinheiro, pouco interferindo na produção do arrendatário. Mas essa autonomia é apenas relativa. Se o pagamento se faz com dinheiro, o arrendatário deve produzir bens que possa colocar no mercado e assim obter o dinheiro para o aluguel da terra. Se o pagamento é exigido em produto, o proprietário quase sempre é quem determina qual produto deve constituir o pagamento. Assim, o arrendatário sofre limita

ções em seu poder de decisão sobre o processo produtivo.

No Piauí, é a categoria de trabalhador que mais tem aumentado no contexto rural. Se em 1950 ele constituía apenas 0,6% do pessoal ocupado na agricultura, em 1970 ele já constituía 9,6% do total. O arrendatário piauiense, no entanto, trabalha em unidades extremamente reduzidas que lhe impedem a capacidade de acumulação e mal lhe possibilitam a precária subsistência de sua família. O arrendamento se faz, em geral, de forma muito vantajosa para o proprietário, com pagamento de renda pré-fixada e independentemente dos bons ou maus resultados da safra do produtor.

Parceria

Este sistema é predominante, no Piauí, nas propriedades dedicadas à pecuária e à produção agrícola para o mercado. Nestas últimas, o proprietário cede pequenos lotes de terra aos parceiros, para subsistência, e estes, em troca, prestam serviços na plantação do proprietário, recebendo pagamento por empreitada ou sob forma de diárias. Parceiros e proprietário quase sempre desenvolvem as mesmas culturas, com o proprietário interessando-se em comprar a produção dos parceiros. A renda da terra é paga em produto e por relações comerciais e de dinheiro. O excedente da produção do parceiro é, assim, transferido para o proprietário, em parte ou no todo, para a sua remuneração pelo arrendamento. Por outro lado, o proprietário financia o parceiro na entressafra, cobrando juros altos e lhe compra a produção na folha, não respeitando os preços do mercado. Como se percebe, nessa relação, o parceiro é na verdade arrendatário/parceiro, vindo, no caso, simultaneamente, relações típicas de parceria junto com aquelas típicas de arrendamento. Trata-se pois, de uma relação mista e cambiante.

Na pecuária, a função do parceiro é a formação dos pastos. Ele entrega as terras prontas para o gado, após utilizá-las por breve período. Em alguns casos, o parceiro deve ainda pagar a renda da terra com parte de sua produção. Isso ocorre com mais frequência no sul do Estado, região típica de pecuária de corte. A instabilidade que daí decorre obriga o parceiro a se tornar,

por assim dizer, itinerante dentro da região.

Empresa rural

Quando a agricultura se torna um empreendimento capitalista, a unidade rural passa a se comportar como uma empresa comum, cuja norma para o investimento é a busca do lucro. Quando o estabelecimento agropecuário tradicional se transforma em empresa agropecuária capitalista, as relações de produção no seu interior tendem para as do assalariado puro. No entanto, pelo menos no caso brasileiro, a empresa agropecuária restringe ao mínimo a mão-de-obra permanente devido aos vestígios que conserva de relações não capitalistas, continuando permanentes apenas os empregados mais qualificados, como tratoristas, administradores, etc. Os colonos e moradores são excluídos da propriedade e cria-se um proletariado rural puro, os volantes ou bóias-frias, os "de fora" ou clandestinos, como são chamados respectivamente em São Paulo e Pernambuco. A esses trabalhadores temporários recorrem as empresas para a maioria das tarefas rurais. A produção se torna mais especializada e a mecanização atinge índices expressivos; a produção para o auto-consumo decresce e a população residente nas terras da empresa passa a recorrer ao mercado para atender as suas necessidades (15).

Latifúndio

É a grande propriedade voltada a uma produção mercantil para o mercado externo ou interno, explorada com mão-de-obra não puramente assalariada. Muito frequentemente - no caso do Piauí - a atividade principal não é a agricultura, mas a pecuária, que o latifúndio explora de modo extensivo e arcaico: pouco ou

(15) Juarez R. Brandão Lopes, "Do latifúndio à empresa", Caderno CENRAP, São Paulo, Brasiliense, 1978, 2ª ed., p. 7-8.

quase nenhum investimento, pouco ou nenhum preparo do solo, abandono do rebanho às condições espontâneas do terreno. Quanto às relações de trabalho e produção, o latifúndio contém ou abriga praticamente todas, inclusive, mais recentemente, as de assalariado eventual de fora da propriedade. Essencial à definição do latifúndio é a relação simbiótica ⁽¹⁶⁾ (preferíamos dizer dialética) do mesmo com o minifúndio. Se não se considerar minifúndio e latifúndio como pólos conflitantes dentro de uma unidade maior, mas inseparáveis entre si, muito do sentido verdadeiro de cada um deles não será apreendido.

O caso do latifúndio no Piauí é algo diferente se comparado a outras regiões do Brasil. No Piauí, não existiu nunca, a rigor, o latifúndio com produção voltada ao mercado externo. A única forma realmente latifundiária da estrutura do campo piauiense é a grande propriedade dedicada à pecuária. Isso não implica que o latifúndio piauiense não se dedique, secundariamente, ao extrativismo ou a outras atividades menos expressivas; mas significa que a atividade pecuária é que lhe dá forma acabada de latifúndio ⁽¹⁷⁾.

Minifúndio

É o imóvel rural de área tão reduzida que mal permite uma agricultura de subsistência do trabalhador e sua família. Por força das relações mantidas com o latifúndio e com o total da estrutura fundiária, o minifúndio não permite ao trabalhador nenhum tipo de promoção social e econômica; empiricamente falando, a pobreza material extrema é indissociável do minifúndio.

(16) Op. cit, p. 7.

(17) Op. cit, p. 7.

Unidades camponesas

Unidades de terra exploradas por pequenos proprietários - quase sempre minifundiários - arrendatários, parceiros ou posseiros, através do trabalho familiar e destinadas à sua reprodução como camponeses (18). A produção é, portanto, basicamente de subsistência, com pequenos excedentes que são encaminhados ao mercado. Em antigas zonas agroexportadoras decadentes, após uma fragmentação da exploração do latifúndio (19), a camada camponesa re-compôs-se sobre as terras desativadas ou abandonadas em unidades de produção de subsistência, cujos excedentes, pagos como renda ou não, constituem-se em importante componente do abastecimento das zonas urbanas. Entretanto, nessa economia camponesa, a subsistência não é totalmente independente do mercado. O camponês recorre a ela para abastecer-se de roupas e outros bens que não produz. Essa economia, então, apresenta pelo menos três vínculos mercantis, quais sejam, a comercialização dos excedentes, a associação de culturas de subsistência com produtos para o mercado, e ainda, o aluguel de parte de sua força de trabalho para o latifúndio. Dessa forma os camponeses obtêm rendimentos monetários que lhes permitem completar a sua subsistência.

O conceito de unidade camponesa superpõe-se ao de minifúndio, ainda que, às vezes, a economia do minifúndio não seja uma real economia camponesa. No entanto, o comportamento das áreas típicas de minifúndio, das regiões densamente minifundiárias, expressa aquilo que entendemos como economia camponesa: uma produção desempenhada pelos grupos familiares, voltada basicamente à subsistência e secundariamente ao mercado, a deste dependente para a subsistência plena dos trabalhadores. Aqui, por fim, se vê claramente o forte condicionamento recíproco entre latifúndio e minifúndio e entre uma economia extensiva e arcaica e a economia camponesa.

(18) Ver cap. I deste trabalho, sobre a Ocupação e colonização do Piauí, nos séculos XVII e XVIII.

(19) Op. cit, p. 7-8.

4 - AMOSTRAGEM

4.1. Idoneidade da amostragem

Consideramos a amostragem obtida suficientemente idônea para representar a problemática rural dos municípios selecionados, e, por sua vez, assegurar a representatividade destes em relação ao Estado do Piauí. Consideramos que a área pesquisada, cujos percentuais relacionamos abaixo, apresenta todos os elementos constitutivos do problema que colocamos; da mesma forma, a pesquisa de campo por nós efetuada alcançou, estamos seguros disso, um índice quantitativo e qualitativo de dados à altura do rigor que procuramos imprimir à nossa pesquisa. Nossa proposta foi a de abranger uma área representando:

- 13% da população do Estado
- 23% da superfície do Estado
- 20,6% dos minifúndios do Estado
- 17,2% das áreas rurais do Estado
- 20% das empresas rurais do Estado
- 18,2% dos latifúndios do Estado.

4.2. Seleção da área a ser investigada

Devido à grande extensão da área de estudo e à grande quantidade de municípios que comporta, todos eles mais ou menos homogêneos entre si, selecionamos seis municípios para efeito de nosso trabalho, sendo dois deles de cada região. São eles (ver mapas 1, 2 e 3):

- Fazendas Estaduais: Deiras e Campinas do Piauí;
- Vale do Fidalgo: Simplício Mendes e São João do Piauí;
- Sul do Gurguéia: Corrente e Parnaguá.

4.2.1. Critérios de amostragem da unidade produtiva e tamanho da amostra

No cálculo do tamanho da amostra para a unidade produtiva, empregamos uma técnica obtida a partir da equação do erro (*), que é simples e precisa, adequando-se às características de nossa pesquisa. Além de assegurar alto índice de representatividade, é de fácil aplicação e resulta bastante econômico, pois minimiza o número de imóveis rurais a serem investigados enquanto maximiza a representatividade das amostras dentro dos estratos.

Foram estabelecidos três estratos de área: 0 a 50 hectares; 50 a 100 hectares e 100 a 250 hectares, inicialmente. Mas, devido à complexidade com que se organizam os imóveis no interior dos estratos, resolvemos, para alcançar maior representatividade no cálculo da amostra, subdividir o primeiro deles em três, quais sejam: 0 a 5 hectares; 5 a 10 hectares e 10 a 50 hectares.

De acordo com a população estudada por município selecionado e por estrato de área, calculamos um total de 383 unidades amostrais, assim distribuídas:

(*) ou seja, a fórmula:
$$n = \frac{NZ^2 \cdot p \cdot q}{Ne^2 + Z^2 p \cdot q}$$

n = tamanho da amostra
 N = tamanho da população
 Z = coeficiente de confiança
 p = proporção da presença de atributo
 q = proporção da não presença de atributo
 e = erro

Tal fórmula pode ser simplificada através de desenvolvimentos algébricos:

$$\frac{10\ 000}{n} = K' + \frac{10\ 000}{N}$$

K' é obtido de uma matriz que envolve o valor do erro, valores das proporções (p e q) e o coeficiente de confiança. O quadro 3 estabelece os valores assumidos por K' (K. 10 000), quando o nível de confiança é de 90% e se determinam valores possíveis de erro e do p. e q.

Foram fixados os seguintes valores:

e = 10%
 p = 0,5%
 q = 0,5%
 z = 1,6, que representa o nível de confiança de 90%.

Estrato de área		Quantidades amostrais
Fazendas Estaduais		
<u>Deiras</u>		
0 ----	50	44
0 ----	5	8
5 ----	10	10
10 ----	50	26
50 ----	100	12
100 ----	250	<u>9</u>
T O T A L		65
Campinas do Piauí		
<u>Simplicio Mendes</u>		
0 ----	50	45
0 ----	5	7
5 ----	10	9
10 ----	50	29
50 ----	100	10
100 ----	250	<u>9</u>
T O T A L		64
São João do Piauí		
0 ----	50	40
0 ----	5	7
5 ----	10	6
10 ----	50	27
50 ----	100	13
100 ----	250	<u>13</u>
T O T A L		66

... continua ...

Estrato de área		Quantidades amostrais
<u>Sul da Gurguéia</u>		
<u>Corrente</u>		
0 -----	50	31
0 -----	5	2
5 -----	10	3
10 -----	50	26
50 -----	100	16
100 -----	250	<u>17</u>
T O T A L		64
 <u>Parnaquá</u>		
0 -----	50	18
0 -----	5	2
5 -----	10	2
10 -----	50	14
50 -----	100	20
100 -----	250	<u>21</u>
T O T A L		59

4.2.2. Critérios de amostragem da unidade familiar ⁽²⁰⁾ e tamanho da amostra

Os critérios adotados para o cálculo do tamanho da amostra da unidade familiar levam em conta as famílias dos proprietários de terras e famílias dos moradores, sejam parceiros ou arrendatários. Para cada unidade produtiva, selecionou-se um máximo de duas unidades familiares, havendo, pois, teoricamente uma equivalência de 1 para 2. Assim, o total de amostras de unidades familiares é de 766.

(20) Família, medida em unidade. Não confundir com "unidade familiar produtora de mercadorias" ou outra aceção semelhante para "unidade familiar".

4.2.3. Seleção da amostra da unidade produtiva

Para a seleção de amostras das unidades produtivas, procedeu-se da seguinte forma, pela ordem:

- a) codificaram-se todos os imóveis rurais da área em estudo;
- b) organizaram-se esses imóveis por ordem crescente de área, por município e por estrato de área;
- c) dividiu-se o total da população de cada estrato por suas respectivas quantidades amostrais, obtendo-se desta forma, uma constante a que se denominou pela letra k ;
- d) sorteou-se um número entre 1 e K e selecionou-se o primeiro imóvel rural, ocupando este a mesma posição do número sorteado na listagem dos imóveis organizada em ordem crescente de áreas;
- e) adicionou-se ao número sorteado, o valor de K e obteve-se a segunda unidade amostral, e assim por diante, até a seleção de todos os imóveis que deveriam compor a amostra.

Tal processo permite incluir na seleção amostral de cada estrato de área, imóveis rurais de tamanhos os mais variados.

5 - COLETA DE DADOS

5.1. Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos empregados na pesquisa foram o questionário e o roteiro de entrevistas. Para o levantamento das

unidades produtivas e das unidades familiares, aplicou-se o ques
tionário através de pesquisadores treinados; para o levantamento
das unidades informantes da comunidade, utilizaram-se roteiros de
entrevistas, aplicados pelo autor e por técnicos da Fundação de
Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO.

Os ítens referentes a levantamento buscaram infor
mações de pessoas consideradas autoridades em seus campos de ação
ou representativas de grupos ou instituições a respeito dos quais
se desejou obter informação. Buscaram apreender atitudes, pontos
de vista, opiniões e informações que pudessem favorecer reforma
ções e tomadas de decisão.

- Dados sobre condições de posse, exploração e uso da terra: tiveram por objetivo, verificar as formas de ex
ploração e uso da terra e as relações de trabalho;
- Dados sobre o processo produtivo: pretenderam identi
car as técnicas utilizadas no processo da produção;
- Dados sobre os serviços agrícolas: tiveram o objetivo de medir o grau de utilização dos serviços agrícolas disponíveis;
- Outras informações: os dados contêm informações sobre o grau de conhecimento da população-meta acerca dos prin
cipais problemas que a afetam, bem como sugestões para sua solução;
- Dados sobre coeficientes técnicos de produção: para de
terminar os coeficientes técnicos de produção adotados pela população-meta;
- Dados sobre área colhida, produção e produtividade: a coleta teve por finalidade, a determinação da área co
lhida por volume de produção e sua composição, assim co
mo o nível de produtividade;
- Dados sobre receitas da unidade produtiva: seguiram o objetivo de averiguar o desempenho econômico;
- Dados sobre despesas da unidade produtiva: objetivaram a avaliação do desempenho econômico.

Quanto à forma, os questionários contiveram ítens

fechados, abertos e associados (fechados e abertos). Os ítems fechados tiveram por finalidade colher informações precisas sobre a realidade pesquisada; os abertos, avaliar opiniões e ouvir apreciações acerca do problema em estudo; os associados, colher os dois tipos de informação, tendo em vista um maior detalhamento dos dados a serem coletados.

5.2. Testagem dos instrumentos de coleta de dados

Os questionários foram submetidos à apreciação de técnicos das Fundações CEPRO e CEPA-PI. Foram ainda testados a nível de campo, em área alheia às regiões da pesquisa, através de três técnicos, inclusive o autor, estes aplicaram dois instrumentos cada um, junto a produtores das unidades produtiva e familiar.

A testagem permitiu fazer-se uma idéia do tempo a ser gasto na aplicação do questionário e determinou modificações no mesmo, mais especificamente nos ítems Utilização de Mão-de-Obra, Receita e Despesas e no questionário da unidade produtiva. Quanto à unidade familiar, modificaram-se ítems relativos à renda familiar no quadro de produção.

Testou-se também, no mesmo local, o roteiro de entrevista da unidade informantes da comunidade com dois líderes comunitários. Não houve necessidade de reformular o roteiro.

O roteiro de entrevistas a representantes de órgãos executores foi também apreciado por técnicos das duas Fundações mencionadas, tendo o autor realizado prova preliminar com pessoas alheias à pesquisa, com o objetivo de estimar o tempo a ser gasto em cada entrevista, aperfeiçoar a técnica das perguntas e corrigir falhas existentes no instrumento.

5.3. Limitações dos instrumentos de coleta de dados

Tais instrumentos, obviamente, padecem de limita

ções que lhes são inerentes. São decerto, suscetíveis a pressões que venham a afetar tanto os entrevistadores quanto as pessoas entrevistadas. Tampouco são totalmente independentes da subjetividade das pessoas que envolve. Essas limitações naturalmente se reduzem graças à habilidade do entrevistador em criar, sempre que possível, condições favoráveis à sua aplicação, onde as injunções, pressões, tensões e dispersão sejam mínimos.

5.4. Seleção e treinamento dos pesquisadores

Os questionários foram aplicados por 12 pesquisadores selecionados e treinados por técnicos da Fundação CEPRO e pelo autor do projeto. De um total de 25 candidatos ao treinamento, todos com experiência em pesquisas mais ou menos semelhantes, indicados pelo Departamento de Estatística e Informática da Fundação CEPRO, selecionaram-se 15, mediante exame de Curriculum Vitae. O treinamento consistiu basicamente em instrução acerca dos instrumentos da pesquisa e em simulação de pesquisa de campo. Instruiu-se também, acerca dos recursos necessários à redução das limitações dos instrumentos, conforme foi dito anteriormente. Para a seleção final dos pesquisadores, foram considerados quatro critérios: assiduidade às sessões de treinamento; participação nas mesmas; facilidade de comunicação interpessoal e segurança nas abordagens.

Os primeiros trabalhos em campo foram coordenados e minuciosamente acompanhados por técnicos e pelo autor.

5.5. As fontes de dados

Tendo por base o período de 1950 a 1980, os questionários e as entrevistas encarregaram-se de obter os dados primários.

As entrevistas foram realizadas a nível de liderança (prefeitos, vereadores, párocos, chefes de carteiras agrícolas de bancos, dirigentes de sindicatos rurais e dirigentes de órgãos envolvidos no programa - diretores, secretários de Estado, etc), e informal (líderes comunitários), e a nível das instituições envolvidas no programa, especificamente, coordenadores e executores de projetos e/ou atividades, Unidade Técnica do POLONORDESTE (UTPN), Secretaria de Agricultura do Estado do Piauí (SAPI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER-PI), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Piauí (CIDAPI), Unidade Executiva de Pesquisa de Âmbito Estadual (UEPAE-Teresina-EMBRAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Centrais de Abastecimento do Piauí S/A (CEASA-PI), Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí (COMDEPI), Secretaria de Educação (SE), Secretaria de Trabalho e Promoção Social (STPS), Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEAG-PI), Fundação Projeto Piauí, Fundação CEPRO, Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER).

Os questionários foram aplicados junto ao público-meta das áreas da pesquisa.

Para obtenção dos dados secundários foram utilizadas as informações colhidas em materiais bibliográficos, no INCRA (Estatísticas Cadastrais), na Fundação IBGE (Anuário Estatístico, Levantamento Sistemático da Produção Municipal e Censos Demográficos e Agropecuários), estatísticas cadastrais da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), Centro Estadual de Pesquisas Agropecuárias (CEPA), Instituto de Pesquisa Municipal (IPAM).

QUADRO 6

VALORES DE K (K 10.000) PARA O NÍVEL DE CONFIANÇA DE 90% ($Z = 1,65$ CURVA NORMAL),
SEGUNDO DISTINTOS VALORES DE (p) E (q), NÍVEL DE CONFIANÇA = 90% ($Z=1,62$)

MARGEM DE ERRO	p= 0,50 q= 0,50	0,55 0,45	0,60 0,40	0,65 0,35	0,70 0,30	0,75 0,25	0,80 0,20	0,85 0,15	0,90 0,10	0,95 0,05
1%	1,469	1,484	1,531	1,615	1,749	1,959	2,296	2,881	4,081	7,733
2%	5,877	5,936	6,122	6,458	6,996	7,836	9,183	11,524	16,325	30,931
3%	13,223	13,357	13,774	14,531	15,742	17,631	20,661	25,926	36,731	69,595
4%	23,508	23,745	24,487	25,832	27,985	31,343	36,731	46,094	65,299	123,722
5%	36,731	37,102	38,262	40,364	43,727	48,974	57,392	72,021	102,050	193,321
6%	52,899	54,433	55,097	58,124	62,967	70,523	82,645	103,711	146,924	275,382
10%	146,042	148,425	153,047	161,456	174,908	195,897	229,569	288,086	408,122	773,283

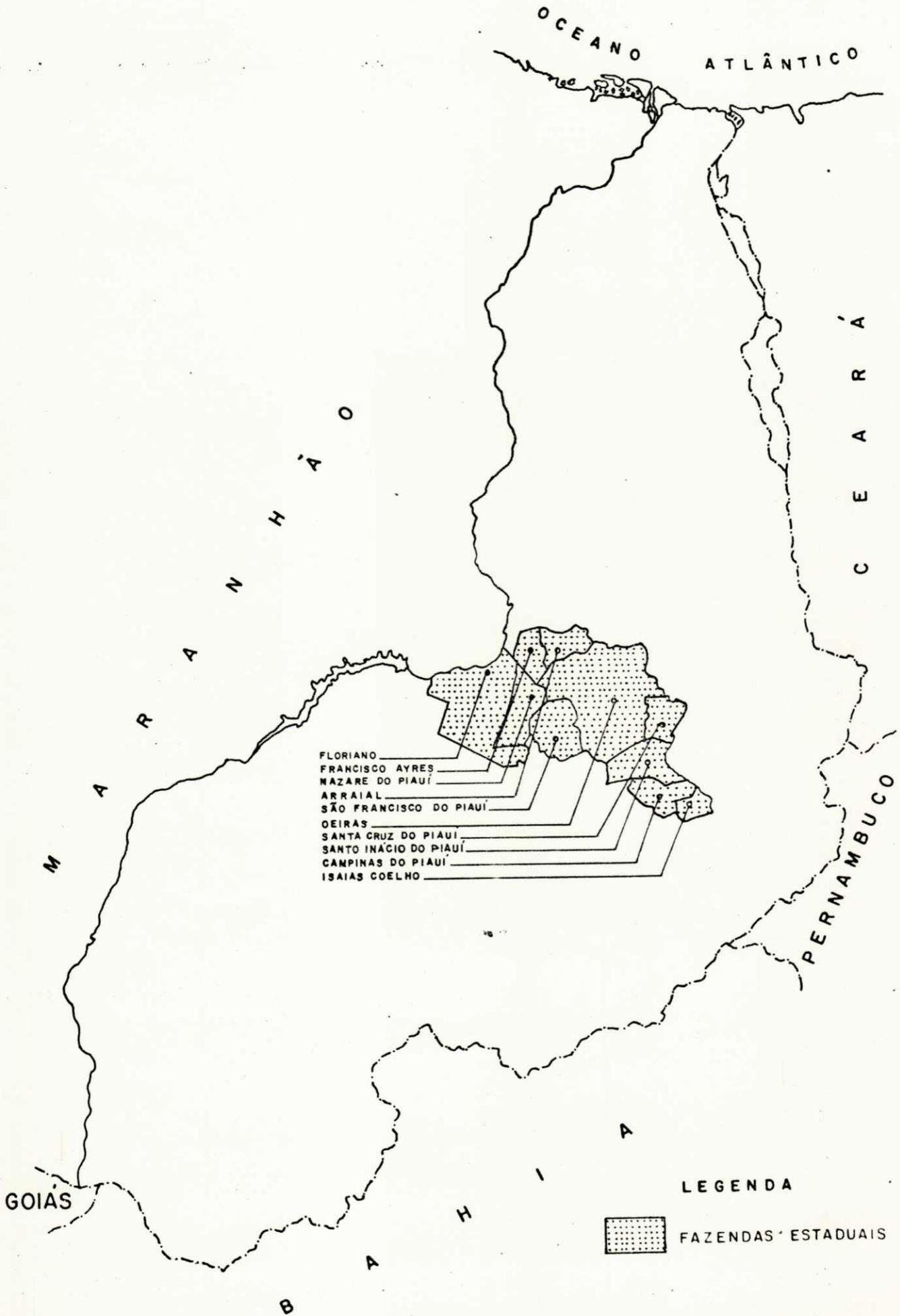
FONTE: Fundação CEPRO.

QUADRO 7
NÚMERO E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS POR MUNICÍPIO SELECIONADO

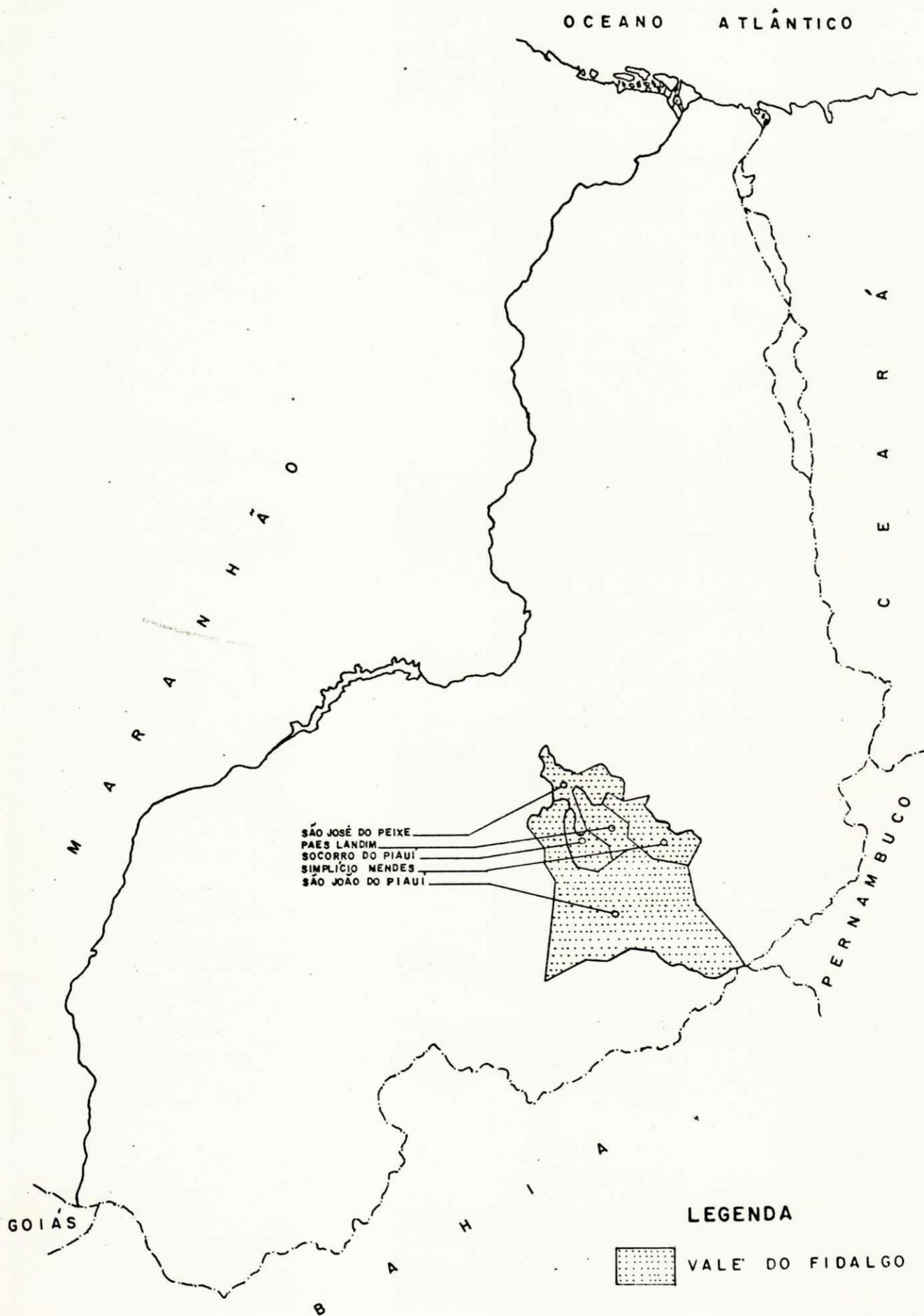
ESTRATO DE ÁREA (ha)	OEIRAS			CAMPINAS DO PIAUÍ			SIMPLÍCIO MENDES			SÃO JOÃO DO PIAUÍ			CORRENTE			FARNAJUCÁ		
	ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS		ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS		ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS		ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS		ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS		ÁREA (ha)	IMÓVEIS RURAIS	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%
0 - 50	20 727,5	1 132	47,7	11 932,5	1 447	93,3	16 082,3	784	64,8	30 392,7	1 570	52,0	13 890,2	532	41,0	2 563,5	139	22,0
0 - 5	632,3	215	8,7	2 449,0	912	61,3	394,5	127	10,5	804,8	267	8,8	115,1	34	2,6	28,3	13	2,0
5 - 10	1 992,3	252	10,2	2 482,5	321	21,6	1 227,9	156	12,9	2 011,9	255	8,5	437,0	55	4,3	80,6	12	1,0
10 - 50	18 102,9	665	26,8	4 493,0	214	14,4	14 460,4	501	41,4	27 576,0	1 048	34,7	13 338,1	443	34,1	3 454,6	114	18,0
50 - 100	22 131,4	308	12,4	1 092,0	16	1,1	11 846,5	160	13,2	38 150,3	523	17,3	21 858,2	285	22,0	11 110,3	150	24,0
100 - 250	32 619,1	212	8,6	1 416,0	9	0,6	24 504,1	153	12,7	76 069,0	484	16,0	48 379,4	299	23,0	26 302,2	166	26,0
0 - 250	75 478,0	1 652	66,7	14 440,5	1 472	99,0	52 433,4	1 097	90,7	144 612,0	2 577	85,3	84 127,8	1 116	86,0	43 533,5	455	73,0
TOTAL	-	2 478	100,0	-	1 487	100,0	-	1 209	100,0	-	3 020	100,0	-	1 298	100,0	-	621	100,0

FONTE: INCRA - Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária - 1 977.

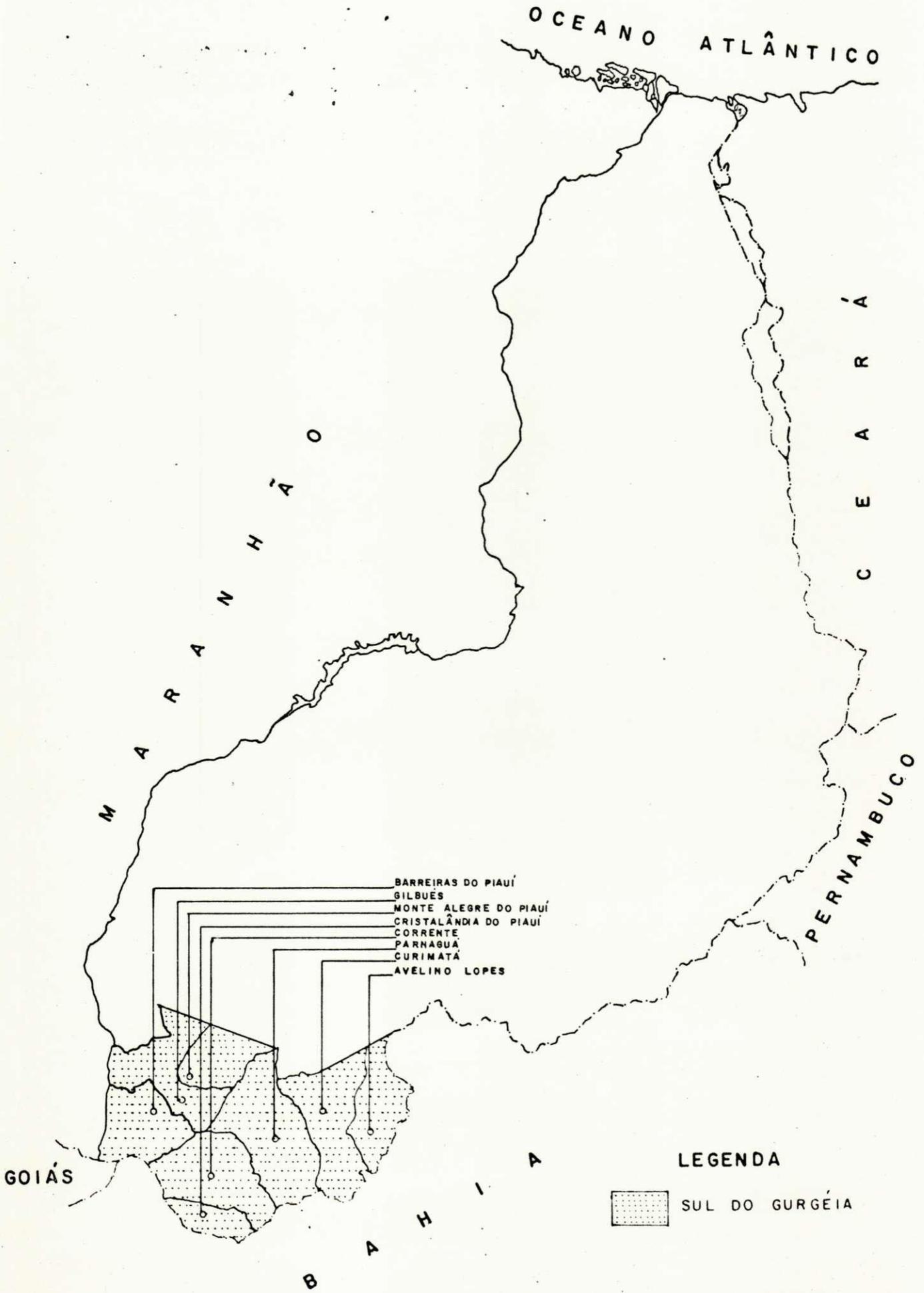
MAPA 01
ESTADO DO PIAUÍ
FAZENDAS ESTADUAIS



MAPA 02
ESTADO DO PIAUÍ
VALE DO FIDALGO



MAPA 03
ESTADO DO PIAUÍ
SUL DO GURGUÉIA



CAPÍTULO IV

POSSE DA TERRA

CAPÍTULO IV

POSSE DA TERRA

1 - CONCENTRAÇÃO DA POSSE DA TERRA NO PIAUÍ

Procuraremos demonstrar que, no Piauí, conforme já dissemos, a propriedade da terra assume formas monopolísticas e concentradoras, com o predomínio do latifúndio sobre o minifúndio. Utilizaremos, numa primeira exposição, dados censitários oficiais e, na análise e na conclusão, os resultados da pesquisa de campo que efetuamos em 1980.

1.1. Posse da terra segundo as condições de propriedade

Em relação à categoria dos proprietários, os números revelam que os estabelecimentos rurais aumentaram marcadamente, de 27 499 em 1950, para 46 914 em 1960 e 60 040 em 1970, ao passo que a sua área total em hectares sofreu aumento menos acentuado: 4,7 milhões em 1960 e 6,5 milhões em 1970. Quanto ao número de estabelecimentos, a participação das terras trabalhadas por seu produtor-proprietário, em percentual, decresce de 81% em 1950 para 54% em 1960 e para 32% em 1970. Quanto à sua área total, os percentuais são 60%, 63% e 68% nessas mesmas datas, revelando, pois, que o aumento verificado não foi muito expressivo. (Quadro 8).

Na categoria dos arrendatários, o número de estabelecimentos apresenta um forte crescimento, de apenas 1 400 (ou 4% do total de estabelecimentos), em 1950, para 29 382 (34%) em 1960 e nada menos que 93 323 (43%) em 1970. Quanto à área ocupada, ela ascende de 140 925 hectares (ou 2% da área estadual) em 1950 para 478 101 (ou 5%) em 1960, caindo, dez anos depois para 311 005 (3%).

Em relação aos parceiros, os números são menos espetaculares. Com efeito, os estabelecimentos de parceria eram 4 271 (13% do total de estabelecimentos rurais do Estado) em 1 950, 6 249 (7%) em 1 960 e 5 510 (3%) em 1 970, enquanto que a sua área total baixou de 2 901 796 (37% do total) em 1 950, para 2 817 007 (31%) em 1 960 e 2 372 666 (25%) em 1 970, observando-se, pois, no geral, um decréscimo.

Quanto aos ocupantes/posseiros, seus estabelecimentos, de apenas 936 (2%) em 1 950, se elevaram para 4 754 (5%) em 1 960 e para 48 752 (22%) em 1 970. Em compensação, o comportamento de sua área geral e de seus percentuais é diferente: 119 370 hectares, ou 1%, em 1 950, caindo para 115 291, ou também 1%, em 1 960 e se elevando para 383 393 hectares, ou 4% da área agrícola estadual, em 1 970.

1.2. Análise das condições de propriedade da terra no Piauí

A tarefa seguinte é verificar se as tendências de comportamento observadas podem ser definidas em linhas gerais, permitindo-se a sua projeção. Os dados obtidos pela pesquisa de campo serão decisivos nessa etapa.

1.2.1. Proprietários

Em números absolutos, no período 1 950/70, houve aumento geral de propriedades agrícolas diretamente sob controle de seu proprietário, tanto em número de estabelecimentos quanto em área. Em relação à sua participação percentual no total das unidades agrícolas do Estado, observou-se que, em número de estabelecimentos, sua participação baixou muito (81% em 1 950, 32% em 1 970), e que, quanto à área, sua participação conservou-se mais ou menos estável (60% em 1 950, 68% em 1 970). Numa primeira análise, essa situação indica uma fragmentação dessa categoria de

propriedade simultaneamente a uma concentração, ou seja, o seu re manejo segundo os termos do binômio latifúndio-minifúndio. Ve remos essa questão no subcapítulo sobre as classes de áreas. Um exame mais pausado leva-nos a associar o comportamento das propriedades cujo titular é o produtor com o de outras cujos produtores não são os seus proprietários. Efetivamente, a participação dos arrendatários e ocupantes/posseiros aumentou extraordinariamente no período. Entre 1 950 e 1 970, os dados revelam que os posseiros/ocupantes e os arrendatários foram responsáveis por um número crescente de unidades rurais produtivas numa proporção, apesar de tu do, não acompanhada pela expansão da área total por eles ocupada, verificando-se, então, a redução da área média dos estabelecimentos. A diminuição do número de estabelecimentos e da área total sob o controle de parceiros corresponde ao crescimento da faixa dos proprietários, o que também ocorre, mas apenas em 1 970 e somente em relação à área total, com os arrendatários. Os proprietários estariam, assim, recuperando terras que estavam em mãos de parceiros e arrendatários. Ainda nesse último ano, cerca de 10% dos parceiros teriam se convertido em posseiros/ocupantes ou mesmo, em proprietários.

Comparando-se esse panorama com os dados da pesquisa de campo por nós realizada em 1 980, tem-se confirmada a expansão do proprietário-produtor em número de estabelecimentos (63,5%) e quanto à área total de suas terras (81%), o que aponta à hipótese da existência, nessa classe de terras, de um binômio fragmentação-concentração da propriedade.

1.2.2. Arrendatários

Os dados obtidos na pesquisa de campo sugerem que os arrendatários tendem a desaparecer do campo piauiense. No en tanto, a constatação, na área pesquisada, de apenas 1 estabelecimento sob arrendamento, representando 3,6% da área total aproveitada ou aproveitável, deve-se, conforme pudemos confirmar "in situ", aos diversos programas especiais que vêm sendo implantados na re gião, como o POLONORDESTE, o que provocou, ao longo da última década, uma retomada das terras que estavam arrendadas. Como tais planos estão presentes em praticamente todo o Estado do Piauí, é de

se considerar que, a grosso modo, provocaram os mesmos efeitos nas demais regiões, naturalmente em grau maior ou menor. Mas os dados da pesquisa de campo confirmaram essa tendência. É de se presumir que esses ex-arrendatários tenham engrossado os contingentes de posseiros/ocupantes e também de proprietários, categorias que registraram expansão nas três décadas mais recentes. É bem provável que tenham se tornado parceiros ou que tenham se transferido para as zonas urbanas, onde o setor terciário é pouco desenvolvido e o secundário quase inexistente.

1.2.3. Parceiros

Pelos mesmos motivos que já mencionamos, os parceiros não aparecem em nossa pesquisa de campo. Não se registrou a presença de um só parceiro em toda a região estudada. Tanto quanto em relação aos arrendatários, os parceiros tiveram as suas terras retomadas por seus proprietários, estimulados pelos planos governamentais a investir diretamente no campo.

1.2.4. Ocupantes/posseiros

Na região onde se realizou a pesquisa de campo, os posseiros representam 36,4% dos estabelecimentos e ocupam 19% da área total. Afora o único arrendatário lá localizado, pode-se afirmar que toda a área pesquisada constitui-se de proprietários e posseiros/ocupantes. Conforme foi visto acima, tal situação pode projetar-se a todo o Estado, à medida que suas causas - os programas especiais como o Projeto Sertanejo, o POLONORDESTE, etc. - estejam presentes.

1.3. Posse da terra segundo as classes de área: latifúndio e minifúndio

Para efeito deste trabalho, classificamos os imóveis rurais, segundo sua área, em latifúndio (mais de 50 hectares) e minifúndio (menos de 50 hectares). Passemos então ao exame do período 1 950/1 970, que se compõe de dados dos censos agropecuários ao lado dos resultados de nossa pesquisa de campo de 1 980 (Quadro 9).

Em 1 950, havia no Piauí 17 362 estabelecimentos agropecuários com 50 ou menos hectares, representando 51% do total; e 15 743 com mais de 50 hectares, ou 49% do total. Em 1 960 61 050 (70%) e 26 249 (30%), respectivamente; em 1 970, 183 852 (86%) e 29 773 (14%), respectivamente, notando-se portanto, a crescentemente majoritária participação da primeira classe de área (menos de 50 ha) no número total de estabelecimentos e a forte diminuição da participação da outra classe, com mais de 50 hectares. Percebe-se ainda que, na primeira classe de área, a subdivisão que apresenta maior crescimento bruto e percentual em sua participação no número total de estabelecimentos é a das terras com menos de 5 hectares. Em compensação, na faixa das grandes propriedades, a classe que apresenta menor participação é também a que demonstra mais acentuado decréscimo nos números (imóveis com 1 000 ou mais hectares).

Quanto à área total, as classes de imóveis com menos de 50 hectares passaram de 284 650 hectares (ou 3,03% do total do Estado) em 1 950, para 649 055 (8%) em 1 960 e 1 074 918 (11%) em 1 970. Já a grande propriedade com mais de 50 hectares passou de 5 691 902 (96,07%) em 1 950 para 8 457 765 (92%) em 1 960 e 8 531 814, ou 89% da área total, em 1 970.

1.3.1. Minifúndio

No período 1 950/70, o número de estabelecimentos minifundiários multiplicou-se por 10, mas a sua área total multiplicou-se por apenas algo mais que 3. O estrato de área que mais se expandiu foi o correspondente a 5 ou menos hectares: o número de estabelecimentos multiplicou-se por mais ou menos 30, ao passo que a superfície total por ele ocupado multiplicou-se por algo menos que 18.

Os dados da pesquisa de campo sobre o minifúndio apontam a absoluta tendência à fragmentação da terra na área onde o estudo se realizou: todos os 229 estabelecimentos minifundiários registrados tinham no máximo 5 hectares, correspondendo a 65% do número total de imóveis rurais e a 32% de sua área total.

1.3.2. Latifúndio

No que diz respeito ao estabelecimento rural com mais de 50 hectares, registra-se uma tendência à expansão equilibrada no período 1 950/70, com aumento do número de estabelecimentos e numa proporção mais ou menos semelhante da área total por eles ocupada. Quanto a esta última, observa-se, em 1 970, uma ligeira queda no que toca às propriedades maiores, com mais de 200 hectares, e um aumento, proporcional a essa queda, nos estratos entre 50 e 200 hectares.

Nossa pesquisa de campo considerou o latifúndio "médio", com área entre 50 e 250 hectares, não compreendendo o grande latifúndio com área superior a esse limite. O comportamento dos latifúndios com mais de 200 hectares, no período 1 950/70, deve reproduzir-se em 1 980, na área pesquisada como em todo o Estado do Piauí. Seu percentual sobre a área total, em 1 980, é por nós estimada entre 65 e 68% (em 1 970 é de 68%). O paralelismo desses dois processos duais, o latifúndio e o minifúndio, leva-nos à hipótese de que no caso do latifúndio, a concentração da posse da terra ocorre com maior ênfase nas suas extremidades, isto é, na faixa de 50 a 250 hectares e nas faixas de 1 000 ou mais hectares. Mas a concentração de fato, em grandes números absolutos e não apenas relativos, vem ocorrendo mais decisivamente nas áreas entre 50 e 250 hectares, conforme dados censitários (1 950/70), confirmados pela pesquisa de campo (1 980).

2 - ANÁLISE CONCLUSIVA

Os dados obtidos por nosso trabalho de campo confirmam as tendências observadas no período 1950/70. Vê-se claramente configurado um processo dialético: minifundiarização em função da expansão do latifúndio. O binômio latifúndio - minifúndio transparece com perfil muito definido nos quadros analisados.

Dessa forma, pode-se concluir que as tendências fundamentais do comportamento da estrutura fundiária do Piauí, quanto à posse da terra, se direcionam nestes rumos:

- a) expansão e consolidação do binômio latifúndio-minifúndio, com a concentração da posse da terra em unidades com área média cada vez maior, por um lado, e a dispersão da posse em unidades com área média cada vez menor, por outro;
- b) desaparecimento paulatino das categorias de arrendatários e parceiros, por ação de programas especiais do Governo e de outros fatores a eles eventualmente associados; como a remuneração sempre elevada e frequentemente extorsiva devida ao proprietário, e a sua absorção pela camada dos pequenos proprietários e/ou pela dos ocupantes/posseiros;
- c) crescimento acelerado da categoria de ocupantes/posseiros, que ocupam terras particulares ou públicas cuja extensão total não acompanha esse crescimento, gerando-se então, um fator de pulverização da área média de seus estabelecimentos.

QUADRO 8

POSSE DA TERRA, SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADES
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE DO PRODUTOR
DURANTE O PERÍODO DE 1 950/1 980

PIAUI

CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE DO PRODUTOR	1 950				1 960				1 970				1 980 *			
	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%	ESTAB.	%	ÁREA (ha)	%
PROPRIETÁRIO	27 499	81	4 714 461	60	46 914	54	5 693 518	63	69 040	32	6 539 669	68	231	63,6	3 791,9	81
ARRENDATÁRIO	1 400	4	140 925	2	29 382	34	478 101	5	93 323	43	311 005	3	1	-	3,6	-
PARCEIROS	4 271	13	2 901 796	37	6 249	7	2 817 007	31	5 510	3	2 372 666	25	-	-	894,2	19
POSSEIRO/ OCUPANTE	936	2	119 370	1	4 754	5	115 291	1	48 752	22	383 393	4	133	36,4	-	-
T O T A L	34 106	100	7 876 552	100	87 299	100	9 106 820	100	216 625	100	9 606 732	100	365	100,0	4 689,7	100

FONTES: Censos Agropecuários do Piauí - 1 950/1 970.
Pesquisa de Campo, 1 980.

QUADRO 9

POSSE DA TERRA, SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADES

DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS E PERÍODOS

(MINIFÚNDIO/LATIFÚNDIO)

CLASSES DE ÁREA	1 950				1 960				1 970				1 980			
	ESTAB.	%	ÁREA	%	ESTAB.	%	ÁREA	%	ESTAB.	%	ÁREA	%	ESTAB.	%	ÁREA	%
MINIFÚNDIO																
0 - 50	17 362	51	284 659	3,03	61 050	70	649 055	8	183 852	86	1 074 918	11	229	65	1 465	32
0 - 5	4 407	13	12 445	0,01	31 154	36	57 972	1	138 719	64	200 576	2	229	65	1 465	32
0 - 10	3 173	9	23 065	0,02	7 065	8	46 476	1	15 110	7	99 926	1	-	-	-	-
10 - 50	9 782	29	249 140	3	22 831	26	544 607	6	33 023	15	774 416	8	-	-	-	-
LATIFÚNDIO																
50 - 100	5 200	15	365 049	5	9 574	11	649 199	7	12 393	6	845 384	9	60	17	1 335,3	29
100 - 200	4 418	13	620 754	8	7 239	8	977 287	11	8 339	3,5	1 138 030	12	63	18	1 786,3	39
200 - 1 000	5 812	17	2 448 100	31	8 014	9	3 182 471	35	7 708	3,5	3 081 799	32	*	*	*	*
1 000 e mais	1 313	4	4 157 993	52,07	1 422	2	3 648 808	39	1 333	1	3 466 601	36	-	*	*	*
	15 743	49	6 591 902	96,07	26 249	30	8 452 265	92	29 531	14	3 531 814	40	123	35	3 112,8	72
TOTAL	34 106	100	6 876 552	100,00	87 299	100	9 106 820	100	213 625	100,0	9 606 732	100	352	100	4 527,2	100

FONTES: Censos Agropecuários do Piauí - 1 950/1 970.

Pesquisa de Campo, 1 980.

DEMONSTRATIVO DA POSSE DA TERRA EM PERCENTUAL
 SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE
 ANOS DE 1950 / 1960 / 1970 / 1980

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS -----
 ÁREA _____

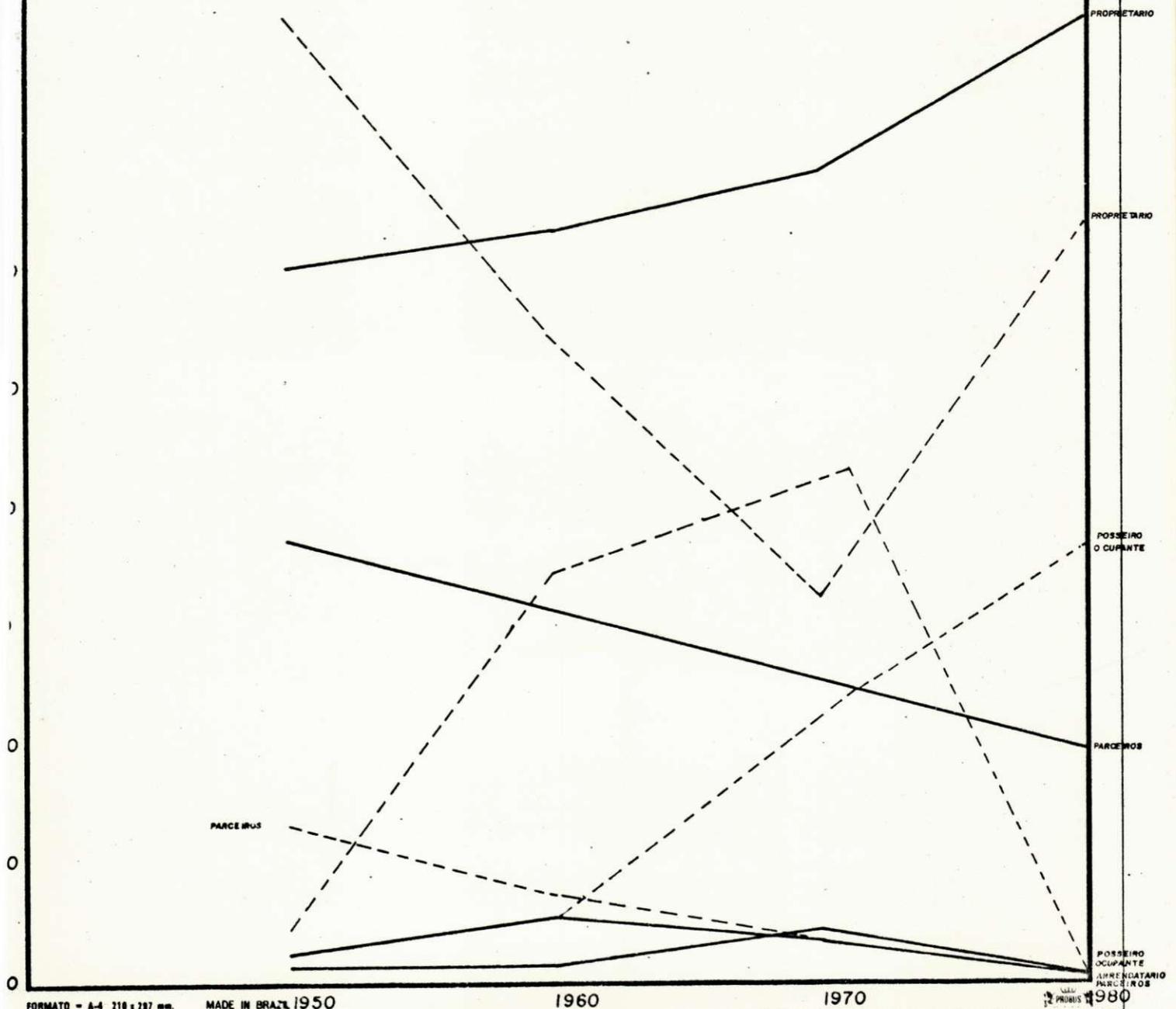
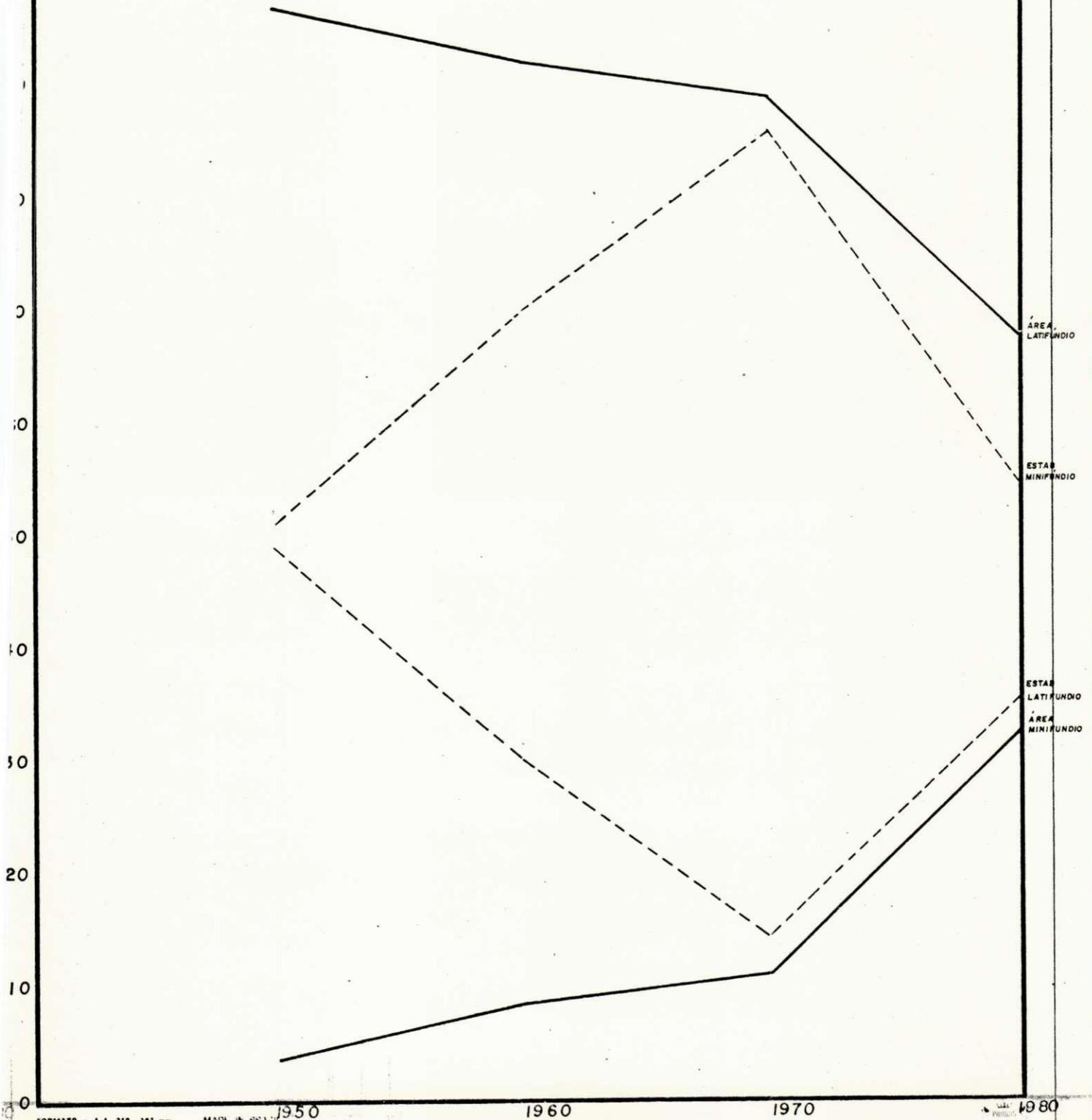


GRÁFICO 2

DEMONSTRATIVO DA POSSE DA TERRA EM PERCENTUAL
SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA (MINIFÚNDIO E LATIFÚNDIO)
ANOS DE 1950/1960/1970/1980

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS - - - - -
ÁREA - - - - -



CAPÍTULO V

· CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE
PAGAMENTO NA AGROPECUÁRIA

CAPÍTULO V
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE
PAGAMENTO NA AGROPECUÁRIA

1 - PESSOAL OCUPADO

Tentaremos obter o comportamento do pessoal ocupado no setor agropecuário do Piauí, em relação ao minifúndio e ao latifúndio e de acordo com a sua condição de produção, bem como com as formas de pagamento vigentes. Em seguida, verificaremos se a situação econômica do produtor correspondeu ao resultado do seu trabalho, isto é, se a remuneração pelo seu esforço tem sido razoavelmente justa no período 1 950/80, que passaremos a estudar.

1.1. Pessoal ocupado segundo as condições de produção

O exame do quadro 8 revela, no período 1 950/75, substancial aumento do pessoal ocupado nas tarefas agropecuárias no Piauí. Com efeito, de 206 300 pessoas empregadas em 1 950, passou-se a 358 300 em 1 960, a 519 900 em 1 970 e a 613 521 em 1 975. Em 1 950, pouco menos da metade - exatamente 48,1% - desse contingente estava empregado no setor do latifúndio (estabelecimentos de exploração extensiva agropecuária com mais de 50 hectares), enquanto que 51,9%, ou pouco mais da metade, ocupavam-se nos setores minifundistas (pequenos estabelecimentos, com área inferior a 50 hectares, de economia tipicamente camponesa).

Em 1 960, no entanto, já se nota um forte desequilíbrio, com os setores camponeses ou minifundistas ocupando 62,2% do pessoal e o setor latifundiário 34,8%. Em 1 970, a proporção se altera, no mesmo sentido, para 77,3% e 22,7%, respectivamente. Por fim, em 1 975, o censo agropecuário deste ano constata que nada menos que 96% do pessoal do setor agropecuário piauiense encontra

vam-se ocupados na economia camponesa, restando à esfera do latifúndio, tão somente 4%. Se se tem em mente o volume de terras sob controle dos proprietários latifundiários, o desequilíbrio dessa composição atinge níveis exponenciais.

1.1.1. Ocupação do latifúndio

No setor latifundiário da agropecuária piauiense, até 1960 predominavam, em número, os empregados assalariados temporários, que representavam, em 1950, 34,9% do total do contingente. Nesse mesmo ano, os assalariados permanentes correspondiam a 3,5% do total, os parceiros a 9,7 e, sob a rubrica "outras condições", um número igual a zero. Em 1960, os assalariados temporários eram, em números relativos, 26,3%, enquanto que os assalariados permanentes eram 2,6%, os parceiros 2,4% e, sob "outras condições" de produção, os trabalhadores restantes eram já 3,5%. Em 1975 (em 1970 o censo não discrimina os números de acordo com a condição de produção), esses índices se revelam extraordinariamente baixos: os assalariados temporários são apenas 1%, os permanentes 0,6%, os parceiros 2% e os restantes, pertencentes a outras condições de produção, 0,4%. Esses dados conferem, pois, com os dados gerais, que indicam um decréscimo acelerado na quantidade de trabalhadores ocupados na propriedade latifundiária.

1.1.2. Ocupação no setor camponês

No setor camponês da economia rural piauiense, compreendendo o minifúndio e outras pequenas áreas trabalhadas por produtores não proprietários, a situação era a seguinte em 1950: predominavam os proprietários, com um percentual de 15,5%, e as famílias não remuneradas, com 35,4% do total do pessoal. Para os arrendatários e ocupantes restava uma modestíssima participação, de 0,6 e 0,4%, respectivamente. Em 1960, os proprietários se reduzem, em números relativos, para 14,1%, enquanto que as famílias não remuneradas (ou familiares do produtor que o ajudam sem receber remuneração) aumentam para 43,8%. Nesse ano, os arrendatários

já são 7% e os ocupantes 1%. Em 1970, no entanto, os ocupantes já representam 9,9%, os arrendatários se elevam para 9,6% e os proprietários e famílias não remuneradas praticamente mantêm suas posições (14% e 43,8%, respectivamente). Por fim, em 1975, os proprietários são bem menos (8%) e as famílias não remuneradas bem mais (72%), enquanto que os arrendatários e os ocupantes sofrem algum decréscimo em seus percentuais (9% e 7%, respectivamente). . Nesses termos, o comportamento do setor camponês, no período em questão, corresponde ao comportamento no sentido inverso do setor latifundiário.

1.2. Pagamento do uso da terra pelo produtor

Segundo os resultados de nossa pesquisa de campo, efetuada em 1960, a forma de pagamento pelo uso da terra é, em termos absolutos na região estudada (100% entre moradores e arrendatários, na classe de área entre 100 e 250 hectares; v. Quadro 9), feita em produtos. O percentual pago ao proprietário da terra, sobre o total da produção, é de 20%, pagos em arroz, feijão e milho, preponderantemente. A situação pode ser estendida, de um modo geral, a todo o Estado do Piauí.

No entanto - e aqui empregamos um eufemismo - a participação do proprietário nos resultados do trabalho de moradores, arrendatários e outros trabalhadores que lhe pagam para usar a sua terra não se limita a esses 20% em produtos. O produtor também deve lhe preparar a terra para o gado, deixá-la em condições para o cultivo, conservá-la; além disso, existem outras formas adicionais de expropriação do trabalho desses produtores sem terra, como a carta de anuência para financiamento bancário, instrumento que estreita ainda mais a dependência do produtor em relação ao proprietário.

Na pesquisa de campo, a parceria não foi constatada. Tampouco se observaram outras formas tradicionais de pagamento pelo uso da terra, como o que é feito em trabalho prestado na terra do proprietário por parte dos moradores, parceiros ou mesmo, arrendatários.

1.3. Situação dos produtores após a venda de suas colheitas

Quando o produtor não possui terra e tem que arrendá-la, parte de sua produção se destina ao pagamento do arrendamento. Segundo vimos, essa é a forma predominante de remuneração ao proprietário no Estado do Piauí, e situa-se em torno de 20% do volume da produção do camponês sem terra. Parte dessa produção é destinada ao autoconsumo, parte ao pagamento da locação da terra e parte, finalmente, ao mercado, do qual o produtor sem terra (e o produtor/proprietário minifundista) depende consideravelmente para complemento de sua subsistência⁽²¹⁾. Tendo que transferir parte de sua produção ao proprietário da terra, tendo que prover a subsistência de si e de sua família, tendo ainda que lutar constantemente com fatores adversos de ordem natural ou econômica que comprometem o bom desempenho do seu trabalho, o produtor sem terra dispõe, no final, de pouco que possa ser encaminhado ao mercado. É natural, então, que o seu esforço não seja adequadamente remunerado, mesmo porque os preços do mercado estão sempre em baixa (através dos preços baixos para a compra e não necessariamente para a revenda, o comerciante intermediário compõe também ele um dos mais ativos escalões expropriadores do trabalho do produtor) e a demanda dos produtos é incerta. Um dado empírico fundamental de todas as análises e estudos que têm sido feitos sobre o setor rural piauiense é o evidente empobrecimento do produtor sem terra e do pequeno proprietário/produtor, uma trajetória que vai da pobreza relativa às formas extremas de carência e miséria.

Nossa pesquisa de campo procurou traçar o perfil da frustração ou do êxito no trabalho rural, segundo as condições de produção e as classes de área.

(21) O uso da palavra "excedente", para caracterizar a parcela da produção que se destina ao pagamento da renda da terra e ao mercado, após a dedução da parte destinada ao autoconsumo, não tem o sentido de "sobra", pois o excedente se obtém em geral, pela redução do consumo da família e pelo aumento da jornada de trabalho.

1.3.1. Os proprietários

Esta camada compreende desde o produtor/proprietário minifundiarista até o proprietário dos latifúndios médios. Nos menores estratos de área, até 50 hectares, 12% dos proprietários declararam que o resultado da venda de seus produtos foi satisfatória no decorrer do último ano, o suficiente pelo menos, para saldar todas as dívidas e guardar dinheiro. No estrato de 50 a 100 hectares, já latifundista, 13% dos proprietários declararam o mesmo, assim como 18% dos proprietários de estabelecimentos entre 100 e 250 hectares.

Para 26% dos proprietários de unidades até 50 hectares, a venda serviu apenas para pagar as dívidas, nada sobrando para aplicar, poupar, gastar. O mesmo foi dito pelos proprietários de estabelecimentos entre 50 e 100 hectares, numa proporção de 17%, e pelos de áreas entre 100 e 250 hectares, numa proporção de 28%.

A venda dos produtos da terra não deu sequer para o pagamento das dívidas: assim declararam 62% dos proprietários da faixa 0-50 hectares, 70% dos proprietários da faixa 50-100 hectares e 54% daqueles da faixa 100-250 hectares.

1.3.2. Os posseiros

Quanto aos posseiros, 25% deles declararam haver pago as dívidas com a venda dos produtos, tendo sobrado algum dinheiro (faixa 0-50 hectares), bem como 50% da faixa seguinte (50-100 hectares). Já 75% dos posseiros da faixa 0-50 hectares afirmaram haver ganho apenas o suficiente para saldar as dívidas, assim como 50% dos da faixa 50-100 hectares e 100% dos da faixa 100-250 hectares. Todos os posseiros da região pesquisada declararam haver ganho, com a venda dos seus produtos, pelo menos o suficiente para saldar todas as dívidas. Nenhum deles declarou se encontrar na terceira e pior situação, a de não poder sequer pagar as dívidas.

1.3.3. Os arrendatários

Um arrendatário, o único envolvido pela pesquisa, localizado em estraço de área entre 100 e 250 hectares, declarou que o resultado da venda dos produtos não foi suficiente para liquidar as dívidas sequer.

1.3.4. Moradores (parceiros)

A pesquisa de campo reuniu, sob a rubrica "moradores", os produtores não-proprietários cujo acesso à terra se dá sob o regime de parceria, e não aqueles que, como assalariados permanentes do latifúndio, residem no próprio local de trabalho.

Os parceiros contactados pela pesquisa localizavam-se na classe de área de até 50 hectares; 4% deles declararam que a venda dos produtos permitiu pagar as dívidas e guardar dinheiro, 10% afirmaram que deu apenas para pagar as dívidas e 32% que não deu sequer para saldar as dívidas.

2 - ANÁLISE CONCLUSIVA

O quadro 8 permite a conclusão de que os empregados assalariados temporários constituem a mão-de-obra predominante utilizada pelo latifúndio. Seu percentual de participação no total da mão-de-obra declina em relação a 1 950 e quase desaparece sob ínfimos 2% em 1 975, mas as estatísticas não podem ser consideradas sem algumas mediações. O descenso nos percentuais gerais de ocupação de pessoal pelo latifúndio segue a tendência polivalente (concentradora, extensiva, despovoadora, etc.), já identificada na grande propriedade rural piauiense. No entanto, os assalariados temporários não acompanham essa curva. Sua ocupação é eventual e temporária, verificando-se uma concentração deles

quando há tarefas a serem realizadas na propriedade agropecuária. O calendário dessas tarefas obviamente, não coincide em todos os latifúndios. Em certas épocas do ano, como nas entressafras, tais empregados ficam sem trabalho. Constituem uma mão-de-obra flutuante, volante, esporádica e, portanto, muito dificilmente apreendida pelos instrumentos estatísticos para efeito de grandes quadros anuais.

A queda, de 34,9 para 1%, na participação do empregado assalariado temporário no setor latifundiário corresponde à ascensão, de 35,4 para 72%, dos familiares não remunerados no setor camponês (período 1950/75). Trata-se, estes últimos, quase sempre de camponeses e suas famílias prestando serviços no interior do latifúndio. Essa mão-de-obra de tipo familiar é remunerada apenas através da pessoa do chefe da família. Não se tratando de arrendatários ou outra condição, são então, predominantemente, uma modalidade não pura de assalariados. O chefe da família pode eventualmente dispor de mais de uma fonte de remuneração e também retribuir, em trabalho ou em produtos, o uso de uma porção de terra. Assim, essa camada "familiar" da mão-de-obra geral não apresenta uma definição fixa e características segundo as condições de produção e formas de pagamento.

Analisando-se o quadro 6 que apresenta o valor em cruzeiros dos custos da mão-de-obra na agropecuária do Piauí, em 1980, percebe-se que a mão-de-obra de tipo familiar, apesar de numericamente majoritária, consumiu importância muito inferior à que foi dispendida com a mão-de-obra assalariada, exceção feita à classe de área minifundista (menos de 50 hectares), onde a proporção entre as duas modalidades é equilibrada.

É no mínimo desconcertante o fato de que um percentual tão pequeno de proprietários de pequenos e médios latifúndios tenha-se declarado satisfeito com os resultados da venda de seus produtos. Com efeito, pode-se deduzir que o grau de endividamento desses proprietários é grande, como grande é sua despesa com mão-de-obra assalariada. Ao mesmo tempo, esse tipo de latifundiário sofreu também as consequências dos baixos preços do mercado, pois parte de seus ganhos é representada pela renda-produto que lhe paga o camponês sem terra. Tratando-se de uma estrutura arcaica e imobilista, o latifúndio, em especial o de tamanho intermediário, não consegue nem diversificar sua produção nem agilizar seus méto

dos produtivos, e ainda menos remanejar-se estruturalmente para superar as limitações de um mercado tosco e primitivo como é o piauiense e lançar-se em busca de mercados mais compensadores.

Pode-se então concluir que, sob o aspecto das condições de produção e formas de pagamento, a agropecuária piauiense apresenta como tendências delineadas:

- a) consolidação da mão-de-obra assalariada temporária como a relação de emprego dominante no latifúndio;
- b) expansão e consolidação da mão-de-obra familiar não remunerada, no latifúndio ou fora dele;
- c) crescimento lento mas seguro da camada de ocupantes/posseiros e de arrendatários;
- d) decréscimo nos índices de ocupação relativos a assalariados permanentes e parceiros, no latifúndio;
- e) decréscimo do número de proprietários no setor camponês/minifundista;
- f) decréscimo nos índices de remuneração pela venda de produtos ao mercado nas faixas do minifúndio e do latifúndio pequeno e médio, e a tendência paralela, por parte do proprietário, de exigir maior renda - produto ao produtor sem terras.

QUADRO 10

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTOS NA AGROPECUÁRIA
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO
NAS DATAS DOS CENSOS - PIAUÍ

CATEGORIA DO PESSOAL OCUPADO	1 9 5 0	1 9 6 0	1 9 7 0	1 9 7 5
Latifundiário				
- pessoal ocupado nos latifúndios	<u>48,1</u>	<u>34,8</u>	<u>22,7</u>	<u>4,0</u>
• Empregados permanentes	3,5	2,6	-	0,6
• Empregados temporários	34,9	26,3	-	1,0
• Parceiros	9,7	2,4	-	2,0
• Outra condição	-	3,5	-	0,4
Camponeses	<u>51,9</u>	<u>65,2</u>	<u>77,3</u>	<u>96</u>
- Proprietários autônomos	15,5	14,1	14,0	8,0
- Arrendatário,	0,6	7,0	9,6	9,0
- Ocupantes	0,4	1,0	9,0	7,0
- Famílias não remuneradas	35,4	43,8	43,8	72
T O T A L (milhares)	206,3	358,3	519,9	613,521

FONTES: Censos Agrícolas, 1 950, 1 960, 1 975 e Sinopse do Censo Agrícola, 1 970.

QUADRO 11

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTO, SEGUNDO O USO DA TERRA, TIPO DE PRODUTOR E CLASSES DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DAS FORMAS DE PAGAMENTO PELO USO DA TERRA, SEGUNDO O PRODUTOR
PIAUI - 1 980

CLASSE DE ÁREAS	PROPORÇÕES DAS FORMAS DE PAGAMENTO PELO USO DA TERRA								
	PARCEIROS %			MORADORES %			ARRENDATÁRIOS %		
	PRODUTOS	DIAS DE TRABALHO	OUTROS	PRODUTOS	DIAS DE TRABALHO	OUTROS	PRODUTOS	DIAS DE TRABALHO	OUTROS
0 - 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 - 50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 - 100	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100 - 250	-	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	100,0	-	-	-	-	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

QUADRO 12

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTOS, SEGUNDO A CLASSE DE ÁREA E PRODUTO
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL PAGO EM PRODUTO PELO USO DA TERRA, SEGUNDO O PRODUTO
E AS CLASSES DE ÁREA - PARCEIRO/MORADOR/ARRENDATÁRIO

PIAUÍ - 1 980

CLASSES DE ÁREAS	PROPORÇÃO DO PRODUTO COLHIDO PAGO PELO USO DA TERRA			
	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	FARINHA DE MANDIOCA
0 - 10	-	-	-	-
10 - 50	-	-	-	-
50 - 100	-	-	-	-
100 - 250	20 %	20 %	20 %	-
250 - 1 000	-	-	-	-
1 000 e mais	-	-	-	-
T O T A L	100 %	100 %	100 %	-

FONTES: Pesquisa de Campo, 1 980.

CAPÍTULO VI
ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

CAPÍTULO VI

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1 - AGRICULTURA COMERCIAL E DE SUBSISTÊNCIA

Uma das características da estrutura fundiária do Piauí é a presença da agricultura de sobrevivência em propriedades rurais de toda classe de área. Praticamente todo imóvel e toda unidade produtiva têm suas roças destinadas à alimentação de seus moradores. Assim, na análise dos quadros deste capítulo, deve-se ter em mente que ambas culturas, comercial e de subsistência, não existem em estado puro, isoladas entre si. A cultura de subsistência também é comercial à medida que os excedentes de autoconsumo do produtor são encaminhados ao mercado; e a cultura comercial não exclui, ao seu lado, a presença da roça para a subsistência.

Em 1960, na faixa de classe de área de 0 a 5 hectares, 73% dos estabelecimentos e 70% da área total se dedicavam predominantemente à produção de subsistência; 29% e 7% respectivamente, à produção predominantemente comercial. Na faixa imediatamente superior, de 5 a 50 hectares, os números referentes à produção de subsistência caem bastante, para 30% e 35%, e os relativos à produção comercial baixam quanto aos estabelecimentos - 19% - e aumentam quanto à área - 21%. Na classe de área seguinte, 50 a 100 hectares, a cultura de subsistência predomina em 35% dos estabelecimentos e 35% da área total, e a comercial em 27% e 28%, respectivamente. Na faixa de 100 a 500 hectares, 33% e 32% referem-se à cultura de subsistência e 41 e 44% à comercial. Por fim, no grande latifúndio de 500 e mais hectares, apenas 20 dos estabelecimentos e 15% da área total dedicam-se predominantemente à atividade de subsistência, enquanto que 67 e 74%, respectivamente, dedicam-se à atividade comercial.

Em 1970, o pequeno estabelecimento (até 50 hectares) se caracteriza por números extraordinariamente baixos quanto às culturas de subsistência, quando seria de se esperar índices similares aos da década anterior. Com efeito, apenas 16% dos estabelecimentos e 20% da área total são dedicados a atividades de subsistên

cia na classe de área de até 5 hectares: ficando 1% e 20% para culturas comerciais, respectivamente. Na classe seguinte, de 5 a 50 hectares, os números são de 21 e 23% para subsistência e 0,1 e 14% para a cultura comercial. Na faixa de 50 a 100 hectares, registram-se 24 e 25% (subsistência) e 19 e 19% (comercial), estabelecimentos e área, pela ordem. Nas classes de 100 a 500 hectares, 27 e 26% para subsistência e 34 e 36% comercial; acima de 500 hectares, 19 e 13% (subsistência) e 63 e 66% (comercial).

Em 1975, o quadro volta a ser proporcionalmente dividido, como seria de se esperar. Os minifúndios e os pequenos estabelecimentos assumem formas caracteristicamente camponesas. Na faixa do pequeno estabelecimento de 0 a 5 hectares, 90% dos estabelecimentos e 87% da área total dessa classe praticam, predominantemente, culturas de subsistência, ao passo que 5 e 3%, respectivamente, dedicam-se à agricultura comercial. Na categoria de 5 a 50 hectares, há 53 e 39% (estabelecimentos e área) onde predominam as culturas de subsistência, contra 9 e 10% voltados às comerciais; no estrato seguinte, de 50 a 100 hectares, há 54 e 54% contra 17 e 18%; na de 100 a 500 hectares, 45 e 42% e 31 e 35%; na de 500 ou mais hectares, 23 e 15% e 65 e 76%.

1.1. Agricultura de subsistência no Piauí

No Piauí, praticamente todo o abastecimento de gêneros agrícolas às zonas urbanas depende da economia camponesa e da importação de outros Estados. Assim, o déficit crescente no balanço do comércio interestadual do Piauí, no setor de alimentos de procedência agrícola, é consequência direta da situação das culturas de subsistência, que cada vez menos abastecem os mercados.

Entre 1960 e 1970, as culturas de subsistência de crescem no cômputo geral da agricultura, em especial no pequeno estabelecimento com menos de 5 hectares; entre 1970 e 1975, sem embargo, registrou-se nova expansão para além dos limites anteriores, de 1960. O quadro 14 ilustra a situação. No entanto, nos estratos de área superiores a 100 hectares, o comportamento em 1960/75 indica uma posição estacionária das culturas de subsistência no interior dos

latifúndios. Enquanto que nos estratos de área inferior a 100 hectares parece que a retomada da expansão da agricultura de subsistência se deu em detrimento das culturas comerciais, cujos números são negativos, nas áreas com mais de 100 hectares os índices são negativos, ou positivos mas inexpressivos, para os dois tipos de cultura.

1.2. Culturas comerciais no Piauí

Já a agricultura comercial e a bovinocultura declinaram fortemente entre 1960 e 1970, principalmente nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, e, apesar de uma reação em 1975, seu saldo permaneceu negativo. Isto é, as atividades comerciais no campo piauiense tendem a decrescer numa curva que é mais acentuada quanto aos estabelecimentos menores e mais suave no latifúndio, principalmente naquele com mais de 500 hectares (ver quadros 15, 16 e 17).

2 - ANÁLISE CONCLUSIVA

Ressalta o fato de que, nos estabelecimentos de até 100 hectares, observa-se em 1975 uma tendência à expansão das atividades de subsistência sobre as comerciais, fazendo supor que, mesmo que nas classes de área superiores a 50 hectares tenha havido um aumento da área média por estabelecimento em consequência da concentração da posse da terra, as culturas de subsistência tendem, paulatinamente, a substituir as comerciais - ainda que a longo prazo. Se isso ocorrer verdadeiramente, significa o avanço da economia camponesa sobre uma faixa inferior do latifúndio. Mas isso não quer dizer que a produção de gêneros alimentícios para o mercado seja maior; quer dizer, com mais certeza, que o crescimento observado corresponde a uma maior necessidade do autoconsumo. Indica também a possibilidade de que o proprietário, à medida que abandona

algo das atividades comerciais, passa a exigir maior renda/produto de quem ocupa parte de suas terras. Já no grande latifúndio o comportamento das culturas de subsistência e comerciais equivale, a grosso modo, às flutuações observadas em seu peso relativo e absoluto sobre o total da estrutura fundiária do Piauí. Com efeito, ainda que definitivamente implantado no Piauí, o grande latifúndio não conhece expansão espetacular nem descensos abruptos; o seu comportamento tende a estabilizar-se. Um decréscimo de até 10 por cento, por exemplo, nos números brutos de sua agricultura ou pecuária não causa maior comoção. Já o declínio da agricultura de subsistência, pode significar que, com o emprego maior de assalariados, a função de alimentar os habitantes do latifúndio esteja se transferindo para o fornecimento dos mercados. Nesse caso, no latifúndio de maior área, ocorre o inverso do que se imagina no latifúndio de menor extensão: um recuo da economia camponesa e a consolidação de relações de trabalho e formas de pagamento mais afins às da empresa rural de molde capitalista (ainda que o grande latifúndio piauiense esteja, obviamente, longe de ser uma empresa desse tipo).

Em função do que foi visto, chegamos às seguintes conclusões:

- a) as culturas de subsistência no Piauí demonstram uma evolução quase que insignificante;
- b) tendo em vista suas funções precípuas, alimentar o pessoal ocupado na agropecuária e abastecer os centros urbanos com gêneros alimentícios, tal evolução está muito aquém das necessidades ditadas pela expansão demográfica tanto no campo como, principalmente, nas cidades;
- c) ocorre um lento e paulatino predomínio das culturas de subsistência sobre as comerciais nas classes de áreas até 100 hectares, mas esse fenômeno corresponde às necessidades de autoconsumo e às maiores exigências de renda/produto por parte dos proprietários das terras, e não às necessidades dos mercados urbanos;
- d) pode-se então afirmar que o processo econômico rural do Piauí exclui as zonas urbanas de seu âmbito, por sua orientação dualística no sentido:
 - 1 - da produção para autoconsumo;
 - 2 - da produção comercial para exportação.

QUADRO 14

DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO COMPORTAMENTO DAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA
E COMERCIAL, POR ESTABELECIMENTO E POR CLASSE DE ÁREA

ANOS: 1 960, 1 970 e 1 975

ATIVIDADES	0 - 5		5 - 50		50 - 100		100 - 500		500 A MAIS		
	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	
Subsistência	1 960	- 57	- 50	- 9	- 12	- 11	- 10	- 6	- 6	- 1	- 2
	1 970										
	1 970 1 975	+ 74 / 17	+ 67 / -17	+ 32 / 23	+ 31 / 19	+ 30 / 23	- 29 / 19	+ 18 / 12	- 3 / - 9	+ 4 / 3	+ 2 / 0
Comercial	1 960	- 28	+ 13	- 18	- 7	- 8	- 9	- 7	- 8	- 3	- 8
	1 970										
	1 970 1 975	+ 2 / -26	- 17 / -17	+ 8 / -10	- 4 / -3	- 1 / 9	- 1 / -10	- 3 / -10	- 1 / - 9	+ 2 / -1	+ 10 / -2
T O T A L	30 698	56 703	26 820	522 703	7 989	538 689	10 132	2 057 230	2 609	3 554 279	

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

QUADRO 15

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E SUAS ÁREAS PELAS ATIVIDADES
 PREDOMINANTES (COMERCIAL OU DE SUBSISTÊNCIA), POR CLASSES DE ÁREA

PIAUI - 1 960

ATIVIDADES	0 - 5		5 - 50		50 - 100		100 - 500		500 A MAIS	
	ESTABELEC.	ÁREA (ha)								
Subsistência	73	70	30	35	35	35	33	32	20	15
Comercial	29	7	19	21	27	28	41	44	67	4
TOTAL	39 698	56 703	26 820	522 703	7 989	538 689	10 132	2 057 230	2 609	3 554 279

1 - O critério adotado foi do tipo de cultura:

Culturas comerciais: algodão, babaçu, cana-de-açúcar e pecuária bovina.

Culturas de subsistência: arroz, feijão, milho, mandioca e suínos.

2 - Os valores que faltarem para completarem 100% na vertical, referem-se às outras culturas e pecuárias.

QUADRO 16
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELEDIMENTOS E SUAS ÁREAS PELAS ATIVIDADES
PREDOMINANTES (COMERCIAL OU DE SUBSISTÊNCIA), POR CLASSES DE ÁREA
PIAUÍ - 1 970

ATIVIDADES	0 - 5		5 - 50		50 - 100		100 - 500		500 A MAIS	
	ESTABELEC.	ÁREA(ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA (ha)	ESTABELEC.	ÁREA(ha)	ESTABELEC.	ÁREA(ha)
Subsistência	16	20	21	23	24	25	27	26	19	13
Comercial	1	20	0,1	14	19	19	34	36	63	66
T O T A L	137 404	198 717	45 522	817 109	11 305	768 878	12 477	2 532 764	2 795	4 015 639

1 - O critério adotado foi o do tipo de cultura:

Culturas comerciais: algodão, babaçu, cana-de-açúcar e pecuária bovina.

Culturas de subsistência: arroz, feijão, milho, mandioca e suínos.

2 - Os valores que faltarem para completar 100% na vertical, referem às outras culturas e pecuárias.

QUADRO 17
 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E SUAS ÁREAS PELAS ATIVIDADES
 PREDOMINANTES (COMERCIAL OU DE SUBSISTÊNCIA), POR CLASSES DE ÁREA
 PIAUÍ - 1 975

ATIVIDADES	0 - 5		5 - 50		50 - 100		100 - 500		500 A MAIS	
	ESTABELEC.	ÁREA (ha)								
Subsistência	90	87	53	39	54	54	45	42	23	15
Comercial	3	3	9	10	17	18	31	35	65	76
TOTAL	137 653	221 837	45 489	816 644	11 475	788 495	12 659	2 549 595	2 730	4 342 388

1 - O critério adotado foi o do tipo de cultura:

Culturas comerciais: algodão, babaçu, cana-de-açúcar e pecuária bovina.

Culturas de subsistência: arroz, feijão, milho, mandioca e suínos.

2 - Os valores que faltarem para complementarem 100%, referem-se às outras culturas e à pecuária.

FONTE: Censo Agropecuário, 1 975.

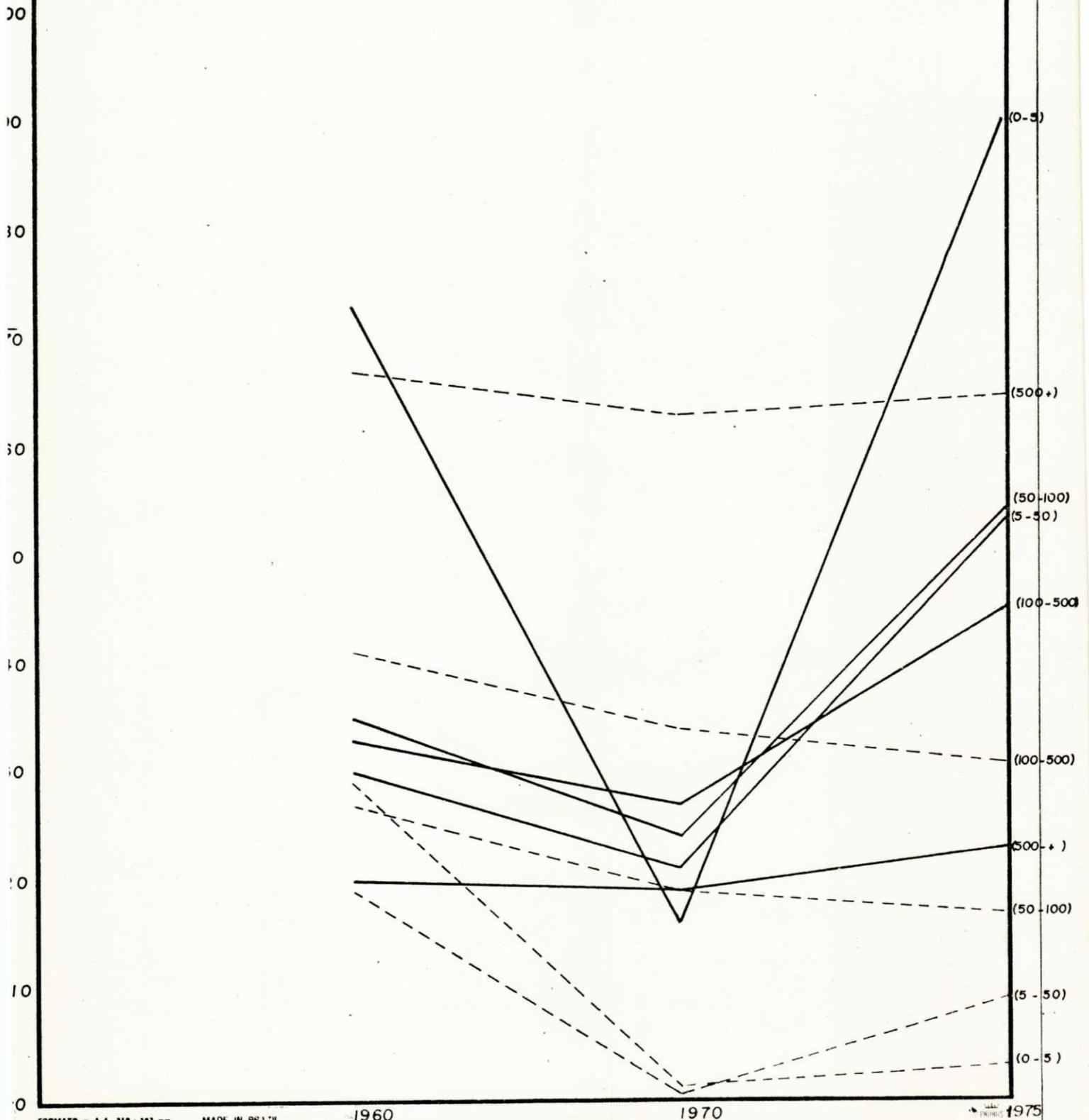
ESTABELECIMENTOS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTABELECIMENTOS
SEGUNDO AS ATIVIDADES PREDOMINANTES

ANOS DE 1960 / 1970 / 1975

ATIVIDADES

SUBSISTÊNCIA ———
COMERCIAL - - - - -



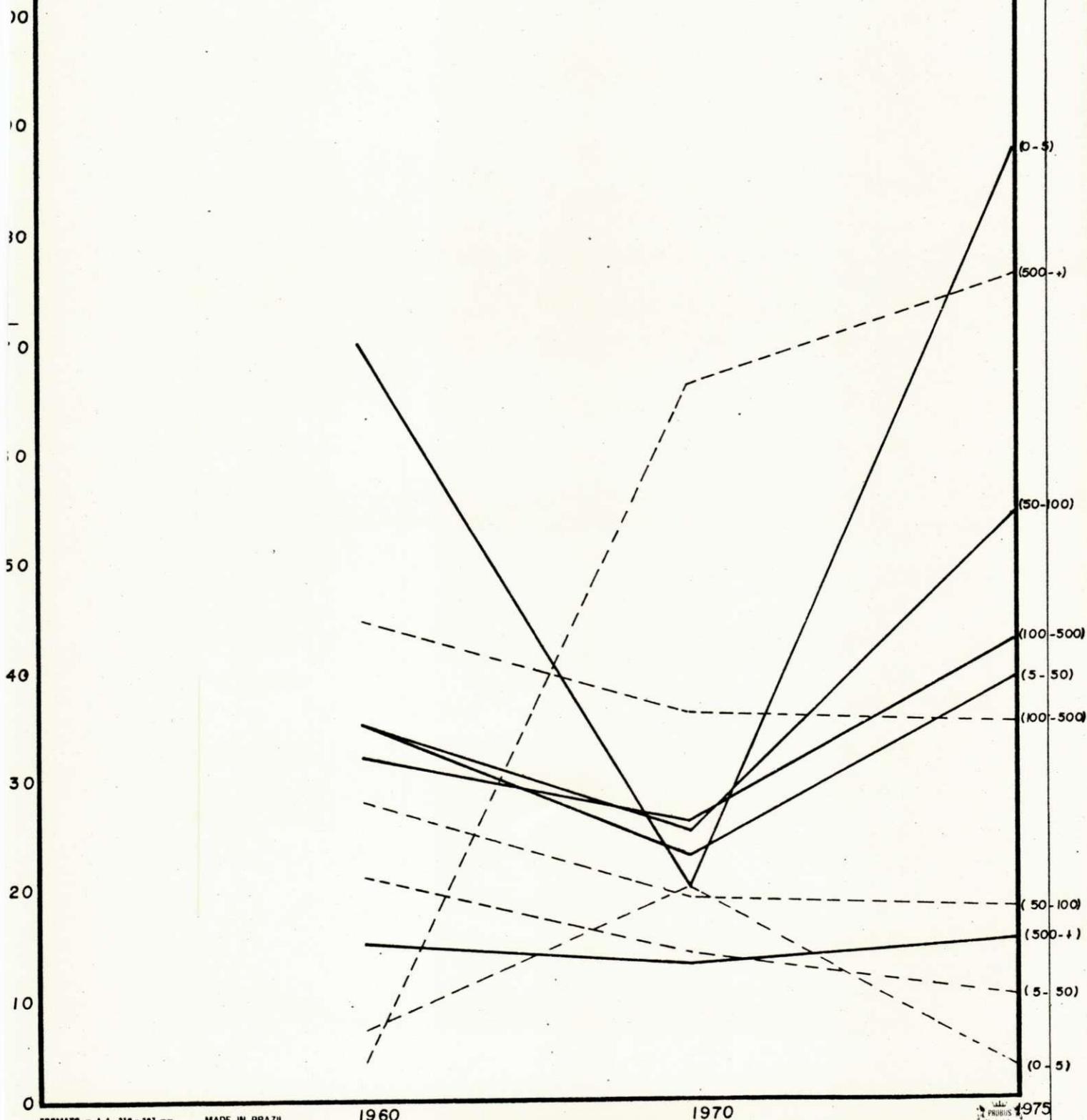
ÁREA

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ÁREAS SEGUNDO AS ATIVIDADES PREDOMINANTES

ANOS DE 1960/1970/1975

ATIVIDADES

SUBSISTÊNCIA ———
 COMERCIAL - - - - -



CAPÍTULO VII

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

CAPÍTULO VII

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

1 - AUTOCONSUMO E MERCADO

1.1. Produção e autoconsumo

Nossa pesquisa de 1980 revela que a venda da produção aos mercados corresponde a pouco mais ou menos de 30% da produção total para os agricultores não-proprietários. Um volume entre 61 e 73% corresponde à parcela da produção destinada ao autoconsumo. Como demonstra o quadro 18, a pequena propriedade com menos de 50 hectares é responsável por 54% da produção total, mas a sua participação direta no mercado é de bem menos de 31%, número este correspondente à parte que resta após deduzida a parte que fica para o autoconsumo. É de se supor que, deduzida desses 31% a parcela para o pagamento da renda-produto, muito pouco reste para ser encaminhado aos mercados. No pequeno latifúndio de até 100 hectares, a produção responde por 30% do volume total e a sua participação no mercado é equilibrada, de 27%. No latifúndio com mais de 100 hectares, os percentuais são 26% e 39%, respectivamente. Supondo-se que o autoconsumo seja mais ou menos equivalente em todos esses estratos, percebe-se que o produtor minifundista é pouco menos onerado que seu igual do estrato latifundiário inferior, em termos de obrigações em renda-produto ao proprietário. A maior desproporção entre produção e autoconsumo se verifica nesse primeiro estrato de latifúndio, onde o agricultor não-proprietário dispõe de relativamente pouco para vender, pois 73% do total produzido são destinados ao autoconsumo. Em valores absolutos, o produtor minifundista não-proprietário é o que mais vende; em percentual, o que mais vende é o produtor não-proprietário inserido no latifúndio com área entre 100 e 250 hectares.

1.2. O destino dos excedentes da produção

A comercialização dos denominados excedentes da produção (isto é, o que resta da produção após a separação da parte destinada ao autoconsumo) no Piauí segue, via de regra, um itinerário que começa com o produtor e, antes de atingir o consumidor, passa pelo coletor, grossista do interior, grossista urbano e retalhista. Tal esquema apresenta forte correspondência com a estrutura fundiária, pois a concentração da propriedade rural é, em última análise, quem determina a dispersão da produção agrícola em quantidades pequenas espalhadas por numerosos pontos isolados do território, o que resulta em reduzido poder de barganha para o produtor no momento da comercialização.

O quadro 19 demonstra que a produção é escoada de modo fragmentário e dispersivo (no caso, o quadro se limita à dos produtores-proprietários).

2 - ANÁLISE CONCLUSIVA

O futuro da produção de alimentos de origem agrícola no Piauí será fatalmente comprometido pela ineficiência da produção e também dos sistemas de comercialização. Um e outro surgem como aspectos de uma só unidade, a estrutura fundiária de caráter concentrador. A existência de numerosos intermediários (um deles, eventualmente, pode ser o proprietário da terra, que às vezes obriga o produtor a vender-lhe seus produtos sob condições particularmente vantajosas para o primeiro), a dispersão da produção e o consequente poder de barganha reduzido do produtor, e a liberação para o mercado de apenas uma pequena parcela da produção, após o pagamento da renda da terra e o autoconsumo, determinam, em contraste com os altos índices estaduais de crescimento demográfico (ver quadro 20), a diminuição relativa da oferta de produtos agrícolas no mercado.

QUADRO 18

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO EXPLORAÇÃO E CLASSE DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NÃO VENDIDA E VENDIDA, PRODUÇÃO TOTAL POR CLASSES
DE ÁREAS PARA NÃO-PROPRIETÁRIOS NA AGRICULTURA

CLASSES DE ÁREA	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA ATIVIDADE EM c\$ 1 000					
	PRODUÇÃO TOTAL (c\$)	%	PRODUÇÃO CONSUMIDA (c\$)	%	PRODUÇÃO VENDIDA (c\$)	%
0 - 10	-		-		-	
0 - 50	8 437 718	54	5 809 103	69	2 628 615	31
50 - 100	3 073 835	30	2 241 552	73	832 283	27
100 - 250	3 944 681	26	2 408 962	61	1 535 719	39
250 - 1 000	-		-		-	
1 000 a mais	-		-		-	
TOTAL	15 456 234	100	10 459 617	100	4 996 617	100

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

QUADRO 19

UTILIZAÇÃO DA TERRA, SEGUNDO A COMERCIALIZAÇÃO E CLASSES DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DO DESTINO PRIMEIRO OU DIRETO OU IME
DIATO DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA DOS PRODUTORES - PROPRIETÁRIOS
1 9 8 0

CLASSES DE ÁREA	DESTINO DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA DOS PRODUTORES - PROPRIETÁRIOS															
	CAMINHONEIRO		COMÉRCIO RURAL		COMÉRCIO URBANO		FEIRA LIVRE		INDÚSTRIAS		COOPERATIVA		INTERMEDIÁRIOS		OUTROS	
	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%	Nº ESTAB.	%
0 - 50	17	47	35	70	28	49	66	59	5	56	-	-	-	-	12	32
50 - 100	6	17	10	20	17	30	18	16	3	33	-	-	-	-	15	39
100 - 250	13	36	5	10	12	21	27	25	1	11	-	-	-	-	11	29
TOTAL	36	100	50	100	58	100	111	100	9	100	-	-	-	-	38	100

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

QUADRO 20
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS DO PIAUÍ
 1 950/1 970

ANO	TERESINA		PARNAÍBA		FLORIANO		PICOS		POPULAÇÃO URBANA TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1 950	51 418	51	30 174	29	9 101	9	4 568	4,5	100 697
1 960	98 329	54,4	39 145	21,1	15 574	8,6	8 080	4,4	180 784
1 970	181 071	53,9	57 031	17	26 791	7,9	18 092	5,3	335 420

FONTE: Censos IBGE - Anos: 1 950/1 960 e 1 970.

CAPÍTULO VIII
DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

CAPÍTULO VIII

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS

1 - TERRAS EXPLORADAS E NÃO-EXPLORADAS

O quadro 21 demonstra que as terras não exploradas - incluindo-se aí terras incultas, improdutivas e em descanso - do Piauí, estão concentradas profundamente nos limites do latifúndio, ainda que o percentual que toca ao minifúndio esteja em franca ascensão. Com efeito, em 1950, do total de terras não exploradas do Estado, 96% pertenciam ao latifúndio; em 1975, algo menos, 91%. No entanto, o minifúndio correspondia, em área, a apenas 3% do total do Estado em 1950, saltando para 12% em 1975. Assim, a evolução dos índices de terras não-exploradas indica que, mesmo com o aumento da participação minifundista, o latifúndio detém uma parcela proporcionalmente maior, em 1975, de terras não-exploradas em relação a 1950. O crescimento do percentual referente ao minifúndio decorre principalmente da transformação de matas ou de terras improdutivas do latifúndio em terras em descanso do minifúndio.

Em relação às terras exploradas, a participação das terras improdutivas, em descanso ou não-exploradas alcança índice elevado em 1950 (ver quadro 22) para latifúndio e minifúndio, mas tais percentuais se estabilizam em seguida, em 29% (latifúndio e entre 20 e 25% (minifúndio). Em geral, as terras não-exploradas e improdutivas são, majoritariamente, terras em descanso no que diz respeito ao minifúndio.

2 - ANÁLISE CONCLUSIVA

Se se considera que, graças à disponibilidade de terras e à sua capacidade de expansão, o latifúndio mal necessita

de terras em descanso, ou de descansar suas terras, e que o minifúndio, pelas razões opostas, necessita aproveitar um pouco mais intensivamente as suas terras, porque pouco dispõe de terras ociosas e inexploradas, ver-se-á, então, que a existência de terras verdadeiramente improdutivas e não-exploradas está associada preferentemente ao latifúndio. Isso não significa, evidentemente, que a exploração minifundista ou camponesa se dêem um sentido vertical, intensivo. É preciso não esquecer que o minifúndio se define por sua escassa disponibilidade de terra tanto quanto o latifúndio se define por sua grande área e por sua possibilidade de expandir-se. Latifúndio e minifúndio, sem embargo, são aspectos distintos e conflitantes de uma mesma estrutura cujo princípio é a ineficiência econômica geral. A falta de espaço físico é o que faz do minifúndio, quase sempre, uma porção de terra mais intensamente cultivada, em termos relativos, do que o latifúndio.

Considerando-se que as terras em descanso representam terras temporariamente fora de utilização, e não espaços virtuais para conquistar, conclui-se que, no Piauí, o minifúndio já esgotou, também por esse lado físico, as suas possibilidades de expansão. Por outro lado, o latifúndio ainda contém grandes áreas virtualmente inexploradas em seu interior ao mesmo tempo em que se expande sobre as terras dos minifúndios.

QUADRO 21

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO OS SETORES DE EXPLORAÇÃO POR CLASSES DE ÁREAS
DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DE CADA UM DOS SETORES DE EXPLORAÇÃO, DE ACORDO COM CLASSES DE ÁREAS

PIAUI - 1 950/1 975

CLASSES DE ÁREAS	TOTAL GERAL %	TOTAL %	PERMANENTE %	TEMPORÁRIO %	PASTAGENS %	MATAS %	TERRAS EM DESCANSO %
<u>1 950</u>							
0 - 50	3	21	9	22	2	2	4
50 a mais	<u>97</u>	<u>79</u>	<u>91</u>	<u>91</u>	<u>78</u>	<u>98</u>	<u>96</u>
	100	100	100	100	100	100	100
<u>1 960</u>							
0 - 50	7	35	10	42	5	57	6
50 a mais	<u>93</u>	<u>65</u>	<u>90</u>	<u>58</u>	<u>95</u>	<u>43</u>	<u>94</u>
	100	100	100	100	100	100	100
<u>1 970</u>							
0 - 50	11	63	48	68	6	8	8
50 a mais	<u>89</u>	<u>37</u>	<u>52</u>	<u>32</u>	<u>94</u>	<u>92</u>	<u>92</u>
	100	100	100	100	100	100	100
<u>1 975</u>							
0 - 50	12	64	46	70	7	6	9
50 a mais	<u>88</u>	<u>36</u>	<u>54</u>	<u>30</u>	<u>93</u>	<u>94</u>	<u>91</u>
	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Censo Agropecuário de 1 950, 1 960, 1 970 e 1 975 - PI.

QUADRO 22

DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E EM PERCENTUAL DAS TERRAS EXPLORADAS
E NÃO EXPLORADAS, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA

PIAUÍ - 1 950/1 975

CLASSES DE ÁREA	TOTAL GERAL	TOTAL EXPLORADAS	%	TOTAL NÃO EXPLORADAS	%
<u>1 950</u>					
0 - 50	284 650	151 798	53	132 852	47
50 a mais	8 118 765	4 906 434	60	3 212 331	40
<u>1 960</u>					
0 - 50	589 976	461 613	78	128 363	22
50 a mais	7 277 170	5 165 165	71	2 112 005	29
<u>1 970</u>					
0 - 50	1 027 022	824 031	80	202 991	20
50 a mais	6 219 465	5 865 825	71	2 353 640	29
<u>1 975</u>					
0 - 50	1 037 075	801 668	77	235 407	23
50 a mais	7 789 221	5 500 509	71	2 288 712	29

FONTE: Censos Agropecuários do Piauí, 1 950, 1 960, 1 070 e 1 975.

Unidade de medida: Ha.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Uma agricultura ineficaz, que mal assegura a subsistência do produtor sem terras ou do pequeno proprietário e que poucas compensações financeiras dá ao grande proprietário de terras, ao mesmo tempo em que atende apenas uma parcela mínima das necessidades de abastecimento às cidades; e que, estruturada sobre relações de propriedade, de produção e de trabalho injustas e marcada por profunda desigualdade entre os homens, apresenta uma tendência atomizadora (da pequena propriedade) e simultaneamente concentradora (da posse da terra) - eis, em linhas gerais, o perfil da economia rural do Piauí. No entanto, apenas uma parte da produção total minifundista chega aos mercados; cerca de 2/3, ou até 3/4, permanecem, no primeiro movimento circulatório, no local da produção, para o autoconsumo e para - quando é o caso - pagamento da terra ao proprietário, de onde prosseguem rumo ao mercado, após ser deduzida a parcela destinada ao consumo do proprietário.

Aspecto importante da economia fundiária do Piauí é a marca da ineficácia, do baixo rendimento e do ínfimo nível tecnológico em todas as classes de áreas, do minifúndio ao grande latifúndio. O fato de que o latifúndio esteja lenta mas constantemente se expandindo à custa, principalmente, do minifúndio não significa muito em termos de enriquecimento do proprietário. Característica fundamental do latifúndio piauiense é a sua baixa capacidade de gerar renda significativa. O processo de concentração da posse da terra não significa, então, pelo menos de imediato, uma correspondente concentração de capital. O latifúndio se expande movido por uma dinâmica resultante do tipo de exploração extensiva, horizontal, de baixo custo de investimento. Assim, avançando à medida que as terras se cansam ou se esgotam, o latifúndio vai deixando uma reserva enfraquecida onde muitas vezes surge uma economia camponesa.

O processo de concentração da posse da terra do Piauí tem alterado substancialmente as relações de produção e de trabalho no campo em dois sentidos principais: aumenta o número de pequenos proprietários enquanto decresce a área média de suas terras, e aumenta também o de arrendatários e ocupantes/posseiros enquanto cai, também aqui, a área média de seus estabelecimentos. Por

um lado, as terras minifundistas se reduzem; por outro, cresce o número de seus ocupantes. Com isso, cada vez mais a produção se reduz à quota de autoconsumo ou quase só a ela, pouco restando ao mercado; em certos casos, com toda certeza, a produção chega a ser insuficiente até para o autoconsumo. Dessa forma, a agricultura do Piauí, se já não atende às necessidades das zonas urbanas, tampouco permite a subsistência ao produtor em termos compatíveis com as suas necessidades reais de alimentação. Nessas circunstâncias, o minifúndio e a economia camponesa em geral já não existem tanto para prover a subsistência do produtor como para fornecer renda e mão-de-obra, assalariada ou não, para o latifúndio.

Nesse caso, qual é o modo de produção que se pode identificar na agropecuária piauiense? Serão as relações de produção e trabalho vigentes no campo do Estado do Piauí predominantemente capitalistas ou, usando-se a conceituação clássica, serão elas feudais ou semi-feudais? Será o latifúndio piauiense remanescente histórico da gleba européia? Ora, qualquer hipótese a ser lançada acerca do futuro da estrutura fundiária piauiense dependerá de respostas precisas a essas questões.

O exame das formas de comportamento da estrutura fundiária do Piauí, objeto deste estudo, conduz às seguintes afirmações:

- a) As relações de produção e de trabalho vigentes na agropecuária do Piauí são, no todo ou em sua grande maioria, de natureza capitalista;
- b) Assim, as perspectivas da estrutura agrária do Estado devem ser traçadas nesse contexto capitalista.

O Brasil não conheceu historicamente o feudalismo. Mesmo as capitâneas hereditárias do início da colonização portuguesa não podem ser entendidas como instituições feudais ou semi-feudais genuínas, apesar de, formalmente, terem um estatuto jurídico inspirado em modelos feudais. Assim, os parceiros, arrendatários e pequenos proprietários não podem ser classificados, a rigor, como camponeses no sentido tradicional e histórico do termo, o de produtores autônomos e parcelários; da mesma forma, os trabalhadores assalariados permanentes ou temporários mantêm relações de trabalho que podem ser definidas, inequivocamente, como de emprego. Analisando o conjunto da agropecuária brasileira, assim Caio Prado Jr.

colocou a questão do modo de produção e das relações de produção e trabalho que não são "feudais" ou "semi-feudais" porque são, basicamente, capitalistas:

"É certo que a propriedade fundiária rural se acha no Brasil em conjunto e na maior parte de suas regiões, extremamente concentrada, e que a agropecuária se realiza em sua maior e principal parte em estabelecimentos de grande área... o nosso latifúndio é na parte essencial e fundamental da economia agrária brasileira, a grande exploração rural, o empreendimento em grande escala, centralizado e sob a direção efetiva... do proprietário que a essa qualidade de "proprietário" alia a de empresário da produção. Deriva daí que os trabalhadores da grande exploração agropecuária brasileira ... não são camponeses no sentido próprio de produtores autônomos e parcelários, e sim empregados daquela grande exploração. Empregados que recebem sua remuneração (o pagamento pela venda e cessão de sua força de trabalho) em dinheiro, participação na produção ou em outra modalidade qualquer. Mas são sempre empregados, e se não assalariados puros.. pelo menos se podem assimilar a assalariados pela natureza de suas relações de trabalho" 22.

Processos e expedientes de natureza não-econômica e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, ainda bastante utilizados no Brasil pelos proprietários rurais, não atribuídos por Caio Prado, a "remanescentes escravistas explicáveis em país onde a abolição da escravidão data de pouco mais de duas ou três gerações, e em lugares retardatários ou por contingências econômicas ou outras que lhes emperraram o desenvolvimento" 23. É claro que o capitalismo não é aqui definido pelo nível tecnológico da produção; o que o define são relações humanas de produção e trabalho.

Este é o caso do Piauí. Ainda que possam existir, no Estado, legítimos casos de parceria, aliás difíceis de serem detectados estatisticamente, o certo é que a grande maioria dos parceiros piauienses, por não serem verdadeiramente parceiros na acepção jurídica e sócio-econômica do termo - isto é, produtores autônomos que pagam a utilização da terra alheia com parte ou metade da produção - são, de fato, empregados que recebem a remuneração pelos

(22) PRADO JR., Caio. "A Revolução Brasileira", par. 104-105.

(23) Idem, op. cit., pp. 105-106.

seus serviços com a metade da produção. Dessa forma, assalariados (seja temporários ou permanentes) e parceiros, no Piauí, estão muito mais identificados com relações capitalistas de produção e trabalho do que com outros tipos de relações, hipoteticamente determinadas por modos de produção "feudais" ou "semi-feudais".

No entanto, há um número indeterminado - certamente expressivo - de pequenos produtores autônomos - arrendatários, proprietários e mesmo parceiros - que exercem sua atividade por conta própria. Estes são, propriamente, camponeses; ou melhor, se assemelham ao que a economia política e a sociologia classificam de camponesinato. No entanto, o presente estudo sobre a estrutura agrária do Piauí constata que este camponesinato não é, em absoluto, majoritário em comparação com aqueles assalariados e parceiros cuja relação de trabalho é a prestação de serviços, e que, sob esse aspecto, são empregados da produção tanto quanto os grandes proprietários são empresários da produção.

A agropecuária do Piauí, malgrado seu baixíssimo nível tecnológico, é estruturada em empresas comerciais. As unidades produtoras, organizadas à base de empregador e empregado, de capital e trabalho, produzem para o mercado e o seu objetivo é o lucro financeiro. Isso certamente basta para defini-la em termos de capitalismo, independentemente das relações de produção e de trabalho "impuras" ou "espúrias" que apresenta, caráter esse herdado de um passado colonial e escravista ainda relativamente recente.

Tal quadro, em nossa opinião, configura um capitalismo rural incipiente e tosco, com a expansão e multiplicação do capital dependendo profundamente, senão exclusivamente, da apropriação do trabalho dos produtores não-proprietários, assalariados ou não. Em vez de optar pela modernização de seus processos produtivos, esse capitalismo rural piauiense tem-se limitado - em escala crescente, como se pode deduzir de nosso estudo - a onerar os produtores que se acham num extremo da escala social, os camponeses sem terra. O círculo vicioso assim traçado, com a baixa rentabilidade determinando baixo índice de investimento e vice-versa, estreita-se com o correr do tempo e leva-nos à hipótese de que uma crise extremamente grave deverá surgir no setor primário piauiense, e em toda a sociedade do Piauí, quando o limite de exploração do trabalho camponês ou assalariado atingir níveis insuportáveis.

Se o latifúndio é empreendimento pouco dinâmico,

pouco produtivo e pouco rentável, mercê de suas técnicas rudimentares, de sua natureza extensiva e também do contexto geral de subdesenvolvimento social e econômico onde se insere, supõe-se, de imediato, que as suas oportunidades de sobrevivência e crescimento estão na apropriação intensiva do produto do trabalho de arrendatários, parceiros ou posseiros e no pagamento de salários cada vez menores, em termos de valor real, aos trabalhadores assalariados. O volume e a qualidade da produção, a expansão dos mercados e outros itens do capitalismo mais atualizado ainda não entram na ordem de preocupações do latifúndio. Por outro lado, uma transformação profunda da economia rural e da estrutura fundiária do Piauí certamente esbarraria no grau de penúria da economia estadual como um todo, mais no conservadorismo de suas instituições, como amiúde se argumenta. O círculo vicioso, destarte, são muitos na verdade e todos concêntricos. O Piauí não tem um setor secundário sequer razoavelmente desenvolvido, para não dizer minamamente implantado; seu setor terciário acompanha a pobreza geral; assim, o enriquecimento do Estado só se dará obrigatoriamente em função da agropecuária, num primeiro estágio pelo menos. Como então promover adequadamente a dinamização da agropecuária? Tímidos ensaios que têm sido experimentados nos últimos 10 anos não chegaram a quebrar a inércia da produção, mas, como se viu num capítulo deste estudo, contribuíram para a agudização do drama social.

Se o campo piauiense é predominantemente capitalista, o seu futuro estará no aprofundamento da experiência capitalista, com a paulatina transformação do latifúndio em empresas agropecuárias, tal como ocorre em grande parte do Sudeste e Sul brasileiros. Nesse caso, os custos sociais e econômicos de tal transformação seriam, mais do que em outra parte do Brasil, imensos. Mas esse assunto já ultrapassa o âmbito deste estudo.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- 01 - ANDRADE, Manuel Correia de. O planejamento regional e o problema agrário no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1976.
- 02 - ANTONIO, Giles. Análise preliminar de algumas simulações do modelo de comportamento da agricultura do Nordeste, Recife, setembro, 1977.
- 03 - BARAN, P.A. A economia política do desenvolvimento. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- 04 - CARVALHO, João Monteiro de. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 05 - CASTELO BRANCO, Renato. O Piauí: a terra, o homem, o meio. São Paulo, Quatro Artes, 1970.
- 06 - CASTRO, Antonio B. de. & ensaios sobre a economia brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1977.
- 07 - CEPA. Diagnóstico agropecuário do Estado do Piauí. ed. Teresina, Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí, 1973.
- 08 - COELHO, Jorge; AGUIAR, Hermes; DORNAS, Helvécio e MONTEIRO, Renam, Nordeste. Reforma agrária e desenvolvimento rural. Recife-PE, 1978.
- 09 - Comitê de Estudos Rurais e Urbanos - CERU, b) CIDA, 1966, Posse e uso e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola - Brasil, Washington, D. C. União Pan-Americana, Organização dos Estados Americanos.
- 10 - DANTAS, Antonio Luiz Abreu, Distribuição de renda no Nordeste, 1970.
- 11 - DAVINA, Romolo, Introdução à economia rural brasileira, São Paulo, Atlas, 1979.

- 12 - D'INCAO, Maria da Conceição. O bóia-fria - acumulação e mi
séria. Vozes, Petrópolis, 1 981.
- 13 - DOBB, M. A. Evolução do capitalismo. 6ª ed. Rio de Ja
neiro, Zahar Editores, 1 977.
- 14 - FUNDAÇÃO CEPRO. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento,
Teresina, 1 979.
- 15 - _____ . Piauí: realidade em números, 1 979, Teresina -
Piauí.
- 16 - FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. São Paulo ,
1 974, As alternativas de desenvolvimento para grupos de
baixa renda na agricultura brasileira, 28 p. (mimeo).
- 17 - GRAZIANO SILVA, J. F. O que é questão agrária, Coleção Pri
meiros Passos, 3ª ed. Brasiliense, 1 981.
- 18 - _____ . Progresso técnico e relações de trabalho na
agricultura, Editora Hucitec, 1 981, São Paulo.
- 19 - _____ & QUEDA, O. Distribuição da renda e posse da
terra na produção e consumo de alimentos, in: PINSKY, J.
Capital e trabalho no campo, 7ª ed. São Paulo, Hucitec.
1 977.
- 20 - _____ et alli. Estrutura agrária e produção de subsís
tência na agricultura brasileira, Brasil, Ed. Botucatu ,
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho -
Faculdade de Ciências Agrônômicas, Campus de Botucatu ,
1 977.
- 21 - GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática,
1 978.
- 22 - GUIMARÃES, A. P. Quadro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1 977.
- 23 - HARNECKER, Martta e URIBE, Gabriela. Exploração capitalista,
3ª ed. 1 981, Cadernos políticos de educação popular,

Iniciativas Editoriais, Rio de Janeiro.

- 24 - _____ . O capital: conceitos fundamentais. 1 980, IBGE, Censo agropecuário, VIII recenseamento geral, Piauí 1 979, Rio de Janeiro.
- 25 - _____ . Sinopse preliminar do censo agropecuário. Censo econômico, 1 975, Maranhão e Piauí, Rio de Janeiro.
- 26 - INCRA. Estatísticas cadastrais/4, Brasília, 1 978.
- 27 - HUTCHER, Gary e SCANDIZZO, Pasquale L. Relatório de pesquisa a nível de região. v. 1, Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento, Banco Mundial, 1 979.
- 28 - LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. 7ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- 29 - LIMA, Arlindo da Costa. MONNERAT, João Bosco E. SCANDIZZO, Pasquale L. Modelos matemáticos aplicados ao planejamento agrícola, Recife, 1 976.
- 30 - LOPES, Juarez R. Brandão. Do latifúndio à empresa, Unidade e diversidade do capitalismo no campo, 2ª ed. São Paulo, Cadernos CEBRAP, Brasiliense, 1 978.
- 31 - MARTINS, Agenor de Souza. Situação sócio-econômica - Piauí, CEPRO, fevereiro, 1 979.
- 32 - MARTINS, J. de S. A imigração e a crise agrária, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 222 p. 1 973.
- 33 - _____ . Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 161 p. 1 976.
- 34 - MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1 978.
- 35 - MOLINA FILHO, J. Classificação e caracterização sócio-econômica dos agricultores. Porto Alegre, XII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, 1 974.

- 36 - MONTEIRO, Hamilton de Matos. Nordeste insurgente (1850/90). Estudos - tudo é história, São Paulo, Brasiliense, 1981, São Paulo.
- 37 - OSTRAVITIANOV e LAPIDUS. Manual de Economia Política. Coleções bases, 4 - Global Editora, 1978.
- 38 - PATRIC, George F. Desenvolvimento agrícola do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- 39 - PINTO, L.A.C. Sociologia e desenvolvimento. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1972, Editora Civilização Brasileira, 332 p.
- 40 - PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira. 4ª ed., 1972. São Paulo, Brasiliense.
- 41 - QUEIRÓS, M.I.P. de. A posição social do sitiante na sociedade global brasileira, Cadernos 1, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1968.
- 42 - SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo, in: PINSKY J. Capital e trabalho no campo, 7ª ed., São Paulo, Hucitec, 1977.
- 43 - SINGER, P. Economia Política do Trabalho. São Paulo, Hucitec, 1977.
- 44 - _____. Capital e trabalho no campo, São Paulo, Hucitec, 1977.
- 45 - SOARES, Glaucio Ary Dillon. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 46 - TELES, J. A. & FERREIRA, A. R. Estrutura econômica piauiense. ed. Teresina, Fundação CEPRO, 1974.
- 47 - WESSELS, Th. J. Algumas reflexões sobre o crédito aos pequenos agricultores, Recife, setembro, 1977.

A N E X O S

ANEXO 1

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTOS, SEGUNDO OS TIPOS DE PROBLEMAS QUE AFETARAM
O BOM DESEMPENHO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CLASSES DE ÁREAS

DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS DOS PROBLEMAS QUE AFETAM
O BOM DESEMPENHO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREA

PIAUI - 1 980

CLASSES DE ÁREA	PROPORÇÃO DOS PROBLEMAS QUE AFETAM O BOM DESEMPENHO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA															
	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%	7	%	8	%
0 - 50	253	64	49	65	76	55	4	66	68	67	105	63	37	64	11	37
50 - 100	53	15	8	11	36	26	-	-	13	13	32	19	12	21	12	40
100 - 250	61	16	18	24	27	19	2	34	20	20	29	18	9	15	7	23
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 - a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	371	100	75	100	139	100	6	100	101	100	166	100	58	100	30	100

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

- 1 - Seca
- 2 - Excesso de chuva
- 3 - Enchentes
- 4 - Problemas de terra

- 5 - Falta sementes selecionadas
- 6 - Falta de defensivos
- 7 - Falta de adubos
- 8 - Outros

ANEXO 2

CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTOS, SEGUNDO OS TIPOS DE CUSTO E CLASSES DE ÁREAS
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS DAS DESPESAS MÉDIAS NA AGROPECUÁRIA

CLASSES DE ÁREAS	VALOR MÉDIO (EM €\$) DOS CUSTOS DA AGROPECUÁRIA							
	MECANIZAÇÃO	%	ARMAZENAMENTO	%	PECUÁRIA	%	TRANSPORTES	%
0 - 50	50 937,00	34	5 086,00	28	56 598,00	80	7 893,00	12
50 - 100	46 290,00	31	9 030,00	50	474 645,00	71	27 950,00	44
100 - 250	51 104,00	35	3 968,00	22	143 246,00	21	27 500,00	44
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	151 133,00	100	18 048,00	100	674 489,00	100	63 289,00	100

FONTES: Pesquisa de Campo, 1 980.

ANEXO 3

CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, SEGUNDO O TIPO DE MÃO-DE-OBRA E CLASSE DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS DO VALOR MÉDIO DAS DESPESAS
COM MÃO-DE-OBRA NA AGROPECUÁRIA, DE ACORDO COM O TIPO DE MÃO-DE-OBRA

CLASSES DE ÁREA	VALOR MÉDIO (EM €\$) DO CUSTO DE MÃO-DE-OBRA NA PECUÁRIA			
	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR	%	MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA	%
0 - 50	74 036,00	26	70 756,00	0,9
50 - 100	53 482,00	19	159 473,00	21,0
100 - 250	158 269,00	55	534 763,00	70,0
250 - 1 000	-		-	
1 000 a mais	-		-	
T O T A L	285 787,00	100	764 992,00	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

ANEXO 4

UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO O TIPO DE CULTURA E CLASSES DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS DA MÉDIA COM A UTILIZAÇÃO DA
MÃO-DE-OBRA (H/D/ha) NAS CULTURAS

PIAUÍ - 1 980

CLASSES DE ÁREA	MILHO								ARROZ								FEIJÃO			
	PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO	
0 - 50	37,5	35	10,9	22	37,2	29	11,4	22	37,5	18	10,4	17	39,8	17	23,8	34	32,8	43	20,8	43
50 - 100	44,8	42	32,9	67	39,6	31	36,0	69	88,9	44	25,8	45	103,2	45	19,0	27	20,0	41	20,0	41
100 - 250	25,2	23	6,1	12	49,8	39	5,0	38	76,7	38	25,7	41	86,0	38	27,8	39	8,0	16	8,0	16
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	107,5		49,4		126,6		52,4		203,1		61,5		229,0		70,6		79,7		48,8	

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

ANEXO 5

UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO O TIPO DE CULTURA E CLASSES DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS DA MÉDIA COM A UTILIZAÇÃO DA
MÃO-DE-OBRA (H/D/Ha) NAS CULTURAS

PIAUI - 1 980

CLASSES DE ÁREA	MANDIOCA								PASTAGENS - ARTIFICIAL								MILHO X FEIJO			
	PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO	
0 - 50	53,5	41	31,2	49	28,4	49	127,0	75	27,3	65	12,5	45	41,2	16	-	-	55,5	29	16,7	34
50 - 100	33,0	26	8,6	16	42,0	33	30,0	18	12,3	30	7,5	27	11,0	42	-	-	95,0	49	19,9	41
100 - 250	43,2	33	23,4	35	58,7	18	13,0	7	2,0	5	7,5	28	11,0	22	-	-	42,0	22	2,0	25
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	129,7		63,2		129,1		170,0		42,1		27,5		26,2				192,5		48,6	

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980.

ANEXO 6

UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO O TIPO DE CULTURA E CLASSES DE ÁREA
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS COM A UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
(H/D/Ha) NAS CULTURAS

PIAUI - 1 980

CLASSES DE ÁREA	FEIJÃO x MILHO								MILHO x ARROZ								MILHO x ALGODÃO			
	PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO		TRATOS CULTURAIS		COLHEITA		PREPARO DO SOLO		PLANTIO	
0 - 50	39,6	22	14,2	24	47,0	24	23,6	14	37,5	28	17,9	44	46,9	38	29,3	42	62,3	28	68,2	72
50 - 100	46,5	26	24,4	41	57,2	30	25,5	15	58,4	44	15,8	39	46,0	38	30,0	43	114,0	51	2,4	3
100 - 250	90,0	52	20,2	35	87,9	46	28,8	71	38,3	28	6,8	17	29,0	24	9,8	15	45,5	21	23,0	25
250 - 1 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 000 a mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	176,1		58,8		192,1		168,7		134,2		40,5		121,9		69,1		221,8		93,6	

FONTE: Pesquisa de Campo, 1 980

ANEXO 7

UTILIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO AS QUANTIDADES DE PESSOAS
E TIPOS DE CULTURASDISTRIBUIÇÃO DOS NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS DA MÃO-DE-OBRA,
SEGUNDO OS PERÍODOS E TIPOS DE CULTURAS

PIAUI - 1 980

TIPOS DE CULTURAS	PESSOAL OCUPADO											
	1 950				1 960				1 975			
	Nº DE HOMENS	%	Nº DE MULHERES	%	Nº DE HOMENS	%	Nº DE MULHERES	%	Nº DE HOMENS	%	Nº DE MULHERES	%
Agricultura	49 934	31	24 073	31	-	-	-	-	287 468	82,0	138 842	84,0
Pecuária	108 067	67	53 196	67	-	-	-	-	53 315	15,0	23 720	14,0
Extração Vegetal	2 254	1	618	1	256 028	100	166 671	100	11 325	0,3	3 468	0,2
Outros	2 377	1	1 198	1	-	-	-	-	409	0,01	25	0,01
TOTAL	160 632	100	79 085	100	256 028	100	166 671	100	352 517		166 055	

FORNTE: Censos Agropecuários do Piauí, 1 950, 1 960, 1 970 e 1 975.

ANEXO B

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO OS SETORES DE EXPLORAÇÃO, POR CLASSES DE ÁREAS
 DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS DOS SETORES DE EXPLORAÇÃO, DE ACORDO COM CLASSES DE ÁREAS

CLASSES DE ÁREA	TOTAL GERAL	LAVOURA			EXPLORADA		TERRAS N/EXPLORADAS OU IMPRODUATIVAS
		TOTAL PERM. + TEMP.	PERMANENTE	TEMPORÁRIA	PASTAGENS	MATAS	
<u>1 950</u>							
0 - 50	284 650	47 503	876	46 627	50 522	53 772	132 852
50 - 200	985 803	54 770	1 491	53 279	219 990	255 476	455 567
200 - 500	1 256 410	40 223	1 192	39 031	298 844	342 013	575 330
500 a mais	5 876 552	82 617	5 385	77 232	1 531 618	1 554 020	2 181 434
SUB-TOTAL	8 403 415	225 113	8 944	216 169	2 100 974	2 205 281	3 345 183
<u>1 960</u>							
0 - 50	589 976	192 021	2 171	189 850	127 206	142 386	128 363
50 - 200	1 479 210	198 945	5 296	123 649	423 469	430 714	426 182
200 - 500	1 476 960	67 056	5 701	61 355	491 387	459 355	459 162
500 a mais	4 321 000	75 760	8 064	67 696	1 572 549	1 446 030	1 226 661
SUB-TOTAL	7 867 146	533 782	21 232	442 550	2 614 611	2 478 485	2 240 368

ANEXO 9

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO OS SETORES DE EXPLORAÇÃO POR CLASSES DE ÁREAS
DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS DAS ÁREAS OCUPADAS POR SETORES, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS

CLASSES DE ÁREAS	TOTAL GERAL	LAVOURA			EXPLORADA		TERRAS N/EXPLORADAS OU IMPRODUTIVAS
		TOTAL PERM. + TEMP.	PERMANENTE	TEMPORÁRIA	PASTAGENS	MATAS	
<u>1 970</u>							
0 - 50	1 027 022	401 459	68 915	332 544	202 658	219 914	202 991
50 - 200	1 887 622	147 254	49 134	98 120	595 809	579 314	565 249
200 - 500	1 700 181	49 044	16 423	32 621	616 145	505 546	529 446
500 a mais	4 628 658	38 337	10 419	27 918	1 937 871	1 393 871	1 258 945
SUB-TOTAL	9 246 487	636 094	144 203	491 203	3 352 483	2 698 279	2 556 631
<u>1 975</u>							
0 - 50	1 037 075	429 329	70 153	359 176	235 522	139 817	235 407
50 - 200	1 906 164	153 289	53 204	100 085	650 048	451 839	650 988
200 - 500	1 664 987	55 047	20 217	34 830	632 041	423 371	554 528
500 a mais	4 218 070	28 715	7 503	21 212	1 683 829	1 422 340	1 083 186
SUB-TOTAL	8 826 296	666 380	151 077	515 303	3 201 440	2 437 367	2 524 109
TOTAL GERAL	34 343 344	2 061 369	326 144	1 665 225	11 269 508	9 819 412	10 666 291

FONTES: Censos Agropecuários do Piauí, 1 950/1 970.

Pesquisa de Camp. 1 980.